

GISELI DEPRÁ

**O LAGO DE ITAIPU E A LUTA DOS AVÁ-GUARANI PELA TERRA:
REPRESENTAÇÕES NA IMPRENSA DO OESTE DO PARANÁ
(1976-2000)**

**UFGD
2006**

GISELI DEPRÁ

**O LAGO DE ITAIPU E A LUTA DOS AVÁ-GUARANI PELA TERRA:
REPRESENTAÇÕES NA IMPRENSA DO OESTE DO PARANÁ
(1976-2000)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em História, da Universidade Federal da Grande Dourados, para a obtenção do título de Mestre em História .

Orientador: Prof. Dr. João Carlos de Souza

Dourados, 2006

GISELI DEPRÁ

**O LAGO DE ITAIPU E A LUTA DOS AVÁ-GUARANI PELA TERRA:
REPRESENTAÇÕES NA IMPRENSA DO OESTE DO PARANÁ
(1976-2000)**

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente e orientador _____

2º Examinador _____

3º Examinador _____

Dourados, _____ de _____ de 2006.

DADOS CURRICULARES

GISELI DEPRÁ

- NASCIMENTO** 02/07/1981 – VERA CRUZ DO OESTE/PR
- FILIAÇÃO** Pedro Deprá
Edi L. Lodi Deprá
- 1999/2002 Curso de Graduação em História Universidade Estadual do Oeste do Paraná
- 2003/2005 Curso de Especialização em História e Região –
Linha de Pesquisa: Movimentos e Práticas Sociais,
na Universidade Estadual do Paraná, UNIOESTE –
Marechal Cândido Rondon – PR
- 2004/2006 Curso de Pós-Graduação em História, nível de
Mestrado, na Universidade Federal da Grande
Dourados – MS.

*A meu pai – Pedro Deprá - e mãe – Edi Lodi
Deprá -, aos quais tenho imensurável gratidão,
pelo apoio e incentivo, elementares para mais
esta conquista na minha vida.*

AGRADECIMENTOS

Embora uma dissertação seja, pela sua finalidade acadêmica, um trabalho individual, durante a trajetória de sua construção percebemos contributos de natureza variada, que não podem e nem devem deixar de ser realçados. Nesse sentido, algumas pessoas foram essenciais para efetivação deste caminhar. Por isso, quero trazer ao meu texto aqueles que, de alguma forma, participaram desta labuta, por meio de contribuições acadêmicas, emocionais, festivas, financeiras.

Aos que me ajudaram efetivamente na construção da pesquisa e, também, aos amigos que partilharam minhas angústias vivenciadas nestes últimos anos de estudo.

Assim, sou muito grata:

Ao meu orientador, Prof. Dr. João Carlos de Souza, por sua paciência e compreensão diante dos meus relapsos, dificuldades e nervosismos. Também, pelas críticas e sugestões relevantes feitas durante a orientação e pela confiança depositada no meu trabalho de dissertação;

À Carla Conradi e à Selma Martins Duarte, companheiras da graduação, da especialização e do mestrado. Parceiras de festas, estudos, dificuldades e de tantas idas e vindas entre o Paraná e o Mato Grosso do Sul. O que vivemos juntas é incomensurável e, com muito carinho, preservo, nos arquivos de minhas lembranças memoráveis, cada momento vivido com vocês;

Aos meus amigos de tantos momentos, Meiri Adrina, Carlos Panek, Marcos Antunes, Cleobe da Silva, Diva da Silva, Luciano Silva e Jerry Marin, que foram companhias agradáveis e grandes incentivadores diante da minha dificuldade de adaptação na cidade de Dourados;

À Prof. Dr^a. Geni Rosa Duarte, orientadora do projeto para o mestrado, que com seu jeito sereno e sábio indicou os caminhos e as possibilidades para a pesquisa hoje concretizada;

Ao professor Jorge Eremites, que fez sugestões muito esclarecedoras sobre a questão indígena;

Ao Claudemir da Silva (nego), que algumas vezes me prestou esclarecimentos via internet;

Às pessoas que gentilmente me deram estadia e ajuda durante a árdua e longa coleta das fontes: Elizete Festnner (Liba), Tia Madalena, Vanessa Jangarelli, Eva e Suzana;

A CAPES, pelo financiamento da pesquisa.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	7
LISTA DE TABELAS	8
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	9
RESUMO	10
ABSTRACT	11
INTRODUÇÃO.....	12
CAPITULO I - O CAMINHO ENTRE A LUTA E A ESPERANÇA DOS AVÁ- GUARANI NO OESTE DO PARANÁ	19
1.1 Avá-Guarani: um sujeito histórico	22
1.2 A Cultura e a Unidade Política, Religiosa e Territorial dos Avá-Guarani.....	24
1.3 A Expropriação do Território Indígena.....	28
1.4 Oeste do Paraná: avá-guarani e o contexto sócio cultural.....	33
1.5 Água, a Luz: a ameaça ao Tekohá.....	42
1.6 Sobre a Questão Cultural.....	48
CAPÍTULO II - ÁGUA, LUZ, DESENVOLVIMENTO E DESTRUIÇÃO.....	53
2.1 A Luta Indígena Pela Terra	58
2.2 Políticas Indigenistas.....	61
2.3 A Luta dos Avá-Guarani e seus Mediadores.....	71
CAPÍTULO III - A IMPRENSA E O EMBATE ENTRE OS AVÁ-GUARANI E A ITAIPU	77
3.1 A Notícia: uma construção jornalística	79
3.2 Itaipu: a construção da notícia.....	82
3.3 Nos jornais: a ambigüidade dos discursos sobre os indígenas.....	87
3.4 Uma representação do progresso: o discurso sobre a Hidrelétrica.....	96
3.5 Os Avá-Guarani na década de 1980: em cena na imprensa	100
3.6 Na imprensa alternativa: denúncias em relação à Itaipu e à Funai	105
3.7 No vendaval do mercado: lago de Itaipu e aldeia, rotas do eco-turismo	112
3.8 Amnésia no discurso: projetos em disputas na comemoração dos 500 Anos	119
3.9 Fronteiras: obstáculos na Aceitação Étnica.....	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	129
ANEXOS	138

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Foto da manifestação dos Avá-Guarani (*O Porantim*. s/d)..... 34
- Figura 2 – Charge sobre a luta dos Avá-Gurani pela Terra - (*Visão*. 26/04/1982. p 33)..... 104
- Figura 3 – Índios felizes (O Paraná. 18/04/1997, capa) e (O Paraná. 17/04/1998, capa)..... 117

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Análise das notícias em: <i>O Paraná; Jornal de Itaipu; Tribuna de Foz; Mega News - Informativo da Itaipu e O Mensageiro</i>	97
Tabela 2 – Análise das notícias em: <i>O Paraná</i>	99
Tabela 3 – Notícias do jornal <i>Mensageiro</i>	114
Tabela 4 – Principais notícias em <i>O Paraná</i>	114

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABA - Associação Brasileira de Antropologia
ADEAFI – Associação de Defesa e Educação Ambiental de Foz do Iguaçu
ADESG - Associação dos Diplomatas da Escola Superior de Guerra
ANAÍ - Associação Nacional de Apoio ao Índio
ANDE - Administración Nacional de Eletricidade
CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CEPEDAL – Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação da América Latina
CEUD – Centro de Educação Universitária de Dourados
CIMI – Conselho Missionário Indianista
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPI - Comissão pró-índio
CPT - Comissão Pastoral da Terra
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MCR – Marechal Candido Rondon
NEPI – Núcleo de Estudos e Pesquisa da Itaipu
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
ONGs – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
PIN - Plano de Integração Nacional
UCDB – Universidade Católica Dom Bosco
UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UHI – Usina Hidrelétrica de Itaipu

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, a Ciência e a Cultura

UNI - União das Nações Indígenas

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

RESUMO

Esta dissertação tem o objetivo de identificar através, da análise de alguns jornais de circulação na região Oeste do Estado do Paraná, as transformações sofridas pelos indígenas Avá-Guarani com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e conseqüente inundação de suas terras com a formação do reservatório de água no Rio Paraná. O recorte temporal em questão pontua-se do início dos alicerces da Usina Hidrelétrica de Itaipu em 1976, quando as terras indígenas são comprometidas para a construção da barragem, se estendendo às duas décadas seguintes, quando se desencadeia um embate entre indígenas e Itaipu pela demarcação da terra. A pesquisa se sustenta na análise das notícias divulgadas pela mídia escrita na região, que permitem visualizar características distintas adotadas pelos jornais, de acordo com o seu compromisso, que perpassa tanto representações de ausência, como de presença na abordagem sobre estes indígenas. Essa observação dos documentos indicou diferenças entre a postura ideológica dos jornais e a linha editorial de cada um, vinculadas a um tipo particular de interesse, motivado principalmente pela política e economia regional. São elementos que tiveram influência na sucessão das notícias e na configuração da questão indígena na imprensa regional, que variam entre a omissão e a denúncia.

ABSTRACT

This dissertation's objective will be to analyze some news papers of the western region of the state of Parana, the transformations that the native people Ava Guarani suffered with the construction of the hydroelectric power station of Itaipu and consequently the flooding of their land with the formation of a water reserve with Parana's great river. The main question here is about the foundation of the hydroelectric power station of itaipu in 1976, when the native people are involved with the construction of the barrier, later on there is a conflict between the natives and the owners of the Itaipu concerning the land. This research project helps to analyze many news articles characteristics that were written in this region, combining these, we will be able to know more about these natives. The observation of these documents indicates the difference between the ideological posture of news papers and the editorial line of each one, both with similar interest, motivated mainly by the politics and the regional economy. They are elements that influenced succession of the news and the configuration of the natives in the regional news, these vary between omission and denunciation.

INTRODUÇÃO

A idéia de elaborar um trabalho dissertativo surgiu nos tempos da graduação, quando no Laboratório de Ensino de História da Universidade Estadual do Oeste do Estado do Paraná desenvolvi uma Pesquisa de Iniciação Científica, que consistiu na organização de um acervo de fontes da imprensa escrita com o objetivo de levantar dados para o ensino e a pesquisa sobre a história do Brasil República. Nesse projeto, além de manusear revistas e jornais, paralelamente, foram feitas leituras e reflexões a respeito da imprensa e de sua influência na veiculação dos acontecimentos na sociedade. Para a exploração das fontes jornalísticas, da sua organização e arquivo, foram realizadas discussões teóricas para melhor conhecer o material. O conhecimento adquirido contribuiu para elaboração do trabalho de Conclusão de Curso, intitulado *A imprensa Escrita e a Greve nas Universidades Estaduais do Paraná*.

Todas as atividades desenvolvidas na graduação possibilitaram o amadurecimento de muitas idéias. O contato com jornais, fotografias, revistas, materiais didáticos, entre outros, manuseados durante as pesquisas acadêmicas, permitiu o esclarecimento sobre questões documentais, tais como sua coleta, seleção e análise. Essa prática metodológica foi fundamental para identificação das fontes e, conseqüentemente, melhor aptidão para averiguação documental.

Durante o curso de História, conhecemos a Reserva Indígena de Santa Rosa do Ocoí, localizada no município de São Miguel do Iguçu, no Oeste do Paraná. Dessa forma, pôde-se observar a riqueza daquele povo e, ao mesmo tempo nos apercebemos da falta de esclarecimento sobre ele, ou seja, as informações que circulavam na sociedade não-índia (particularmente naquela em torno dos Avá-Guarani), eram vagas e carregadas de conceitos não só ultrapassados mas frequentemente desqualificados.

Dessa trajetória, procedeu a idéia de elaborar uma pesquisa que abrangesse o conhecimento adquirido durante a graduação em relação a imprensa periódica, como também à temática indígena, particularmente sobre os Avá-Guarani, a qual passei a problematizar. A Especialização atendeu parte destes anseios, pois foi neste período que se estruturou o projeto de pesquisa a ser enviado a um Programa de Pós-graduação. Com a especialização *Latu Sensu*, foram refletidas questões elementares para a elaboração do projeto, como, por exemplo, a respeito da problemática da pesquisa, do diálogo com a historiografia/bibliografia, da delimitação do espaço temporal e do trabalho com as fontes. Essa experiência permitiu maior esclarecimento acerca dos *problemas* e caminhos de uma pesquisa. Antes mesmo da conclusão da Especialização, em março de 2004, o projeto foi aprovado no Programa de Mestrado em História, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS – Campus de Dourados, atual UFGD.

No mestrado, a pesquisa realizada tem por objetivo analisar o tratamento dado às questões indígenas pela imprensa. Para isso, desenvolve-se uma discussão sobre a problemática regional relacionada à referida reserva indígena dos Avá-Guarani de Santa Rosa do Ocoí.

Este estudo analisa nos textos jornalísticos as representações e interpretações ocorridas a partir da inundação de suas terras com a formação do reservatório de água no Rio Paraná. Isso ocorreu devido à construção da Hidrelétrica Binacional de Itaipu, obrigando-os a se deslocarem para uma área diminuta junto ao Lago de Itaipu. Porém, desde as primeiras cogitações sobre o possível aldeamento, os Avá-Guarani reclamam seus direitos e, também, organizam diversas e constantes manifestações, seja sob forma de protestos públicos, seja por meio de documentos dirigidos a diferentes autoridades e instituições.

O aldeamento decorrente da formação do Lago da Itaipu, foi implantado em 1982, com uma área de aproximadamente 250 hectares, e recebeu a denominação “Aldeia do Ocoí” (RIBEIRO, 2002). Com o passar dos anos, neste espaço limitado, inevitavelmente ocorreram mudanças ou como afirma Barth (1998), “interações sociais” que alteraram o seu modo de vida. Como por exemplo, a sua economia tradicional, baseada na agricultura, na coleta, na caça e na pesca, inviabilizada pelo aldeamento. Em virtude disso, o índio é visualizado pela sociedade não-índia como um indivíduo vagabundo, desocupado, preguiçoso. Essas características muitas vezes são reforçadas pela imprensa regional, em cujas páginas pode-se

constatar que os Avá-Guarani ao longo de mais de duas décadas vêm sofrendo as mais variadas formas de pressão e discriminação.

Na luta por um espaço adequado para seu povo, os Avá-Guarani reagem, diante das ações da Itaipu e das políticas governamentais, para de alguma forma ganhar seu devido espaço e reconhecimento. A situação dos indígenas permaneceu, por muito tempo, ausente nos jornais locais, que em grande parte são ligados a oligarquias políticas e empresariais, que desprezam a cultura e a história desses indígenas.

Ao abordar as questões indígenas os jornais locais assumem um caráter elitista, que determina e nutre um olhar tradicional e racista. A indiferença e a generalização são características comuns, quando o noticiário faz menção ao índio de São Miguel, ignorando seus valores e particularidades culturais, enquanto grupo.

Assim, o objetivo deste trabalho consiste na análise do tratamento dispensado aos Avá-Guarani. Através da imprensa regional. Para isso, é feito um recorte temporal, contemplando os textos jornalísticos, a partir do período da construção da Itaipu, em 1976, estendendo-se às duas décadas seguintes. Além das notícias que tratam das questões dos indígenas, também são analisadas as que se referem à implantação da Usina, paralelas às questões territoriais. Como fontes históricas, são analisadas principalmente materiais da imprensa escrita de circulação regional, tais como jornais e revistas.

Devido a grande quantidade de periódicos consultados, os dados específicos sobre esse material estão registrados em lista catalográfica nos anexos A a I, ao fim deste trabalho. Trata-se de uma listagem organizada em forma de planilha, que apresenta as especificidades de cada fonte, tais como: o local onde os documentos podem ser localizados, o nome, o número de edição, a data, a cidade/estado de editoração e o número de exemplares listados.

A coleta total de dados para esta pesquisa resultou no registro de 43 jornais/revistas distintos, somando aproximadamente 500 referências entre textos, noticiários, artigos, editoriais, notas, colunas, caderno, manchetes e outros. Estas informações se concentram em diferentes jornais, conforme o anexo K.

Embora todo esse material coletado serviu como fonte de investigação, na análise detivemos maior atenção sobre os jornais *O Paraná* da cidade de Cascavel, *O Mensageiro* editado na cidade de Medianeira e *O Porantim* organizado pelo Cimi em Brasília a partir de informações de suas *regionais* e representantes de cada estado. A investigação foi realizada

contrapondo as discussões entre eles, por veicularem maior índice de assuntos relacionados aos Avá-Guarani e Itaipu, assim como seu maior número de exemplares catalogados.

O estudo se completa no diálogo com outros documentos, como relatórios, cartas, laudos, requerimentos. Esses documentos foram encontrados nos mesmos centros de pesquisas onde há os acervos dos jornais e das revistas que compõem esta pesquisa. Alguns deles foram também localizados através da Internet, em arquivos digitais e em sites específicos.

O trabalho de identificação das fontes desta pesquisa foi realizado em diferentes lugares. No Paraná, foram consultados os acervos do Centro de Estudo e Pesquisa e Documentação da América Latina – Cepedal e, também, da Secretaria do Jornal *O Mensageiro*, do Museu Willi Barth, da Biblioteca da União e da Biblioteca Municipal de Cascavel. Em Mato Grosso do Sul, a pesquisa foi realizada no Centro de Documentação Kaiowá/Guarani e na Biblioteca da UFGD. A localização destes materiais assim como os dados complementares sobre a localização dos arquivos referidos, estão nos anexos de A a I.

Para o registro e a armazenagem dos dados, foi adotado o uso de fichas (Anexo J). O uso destas fichas, além de tornar o trabalho prático, também facilita a localização de informações no momento da estruturação/redação da pesquisa, permitindo selecionar e reduzir artigos originalmente trabalhados na íntegra. É a partir da análise e da reflexão sobre as temáticas das fichas que percebemos a dimensão da complexidade do discurso dos jornais e do trabalho que envolve sua desmontagem.

Essa metodologia de fichas facilita a observação de detalhes presentes nos jornais, tais como, o uso de estratégias e interesses. Com isso, evidenciam-se as propostas e o papel que o meio de comunicação desempenha no embate das forças em conflito. Este procedimento permite observar outros sujeitos com quem o jornal se relaciona de alguma forma – as alianças e os conflitos – porém, cabe ao pesquisador determinar o que está indeterminado recuperando ao máximo os sujeitos e as propostas.

O material selecionado para pesquisa exigiu rigorosa análise, paralela ao estudo do grupo indígena em questão. Esse estudo levanta as informações referentes às condições dos Avá-Guarani e avalia seu transcurso histórico e sociocultural. A partir desse *corpus* documental, realizou-se um exame que discute a presença desse grupo na imprensa escrita

regional e a imagem/discurso ou representação que se constrói a partir das informações veiculadas através destes meios de comunicação.

Outra questão metodológica a ser notada é o recorte temporal da pesquisa, ou seja, a análise das matérias dos jornais locais na conjuntura das últimas décadas, significa que o *corpus* documental da pesquisa está relativamente próximo do tempo vivido, ou seja, trata-se de uma história do tempo presente. Deste modo, a especificidade do tempo presente é tão forte quanto o uso do jornal como fonte na produção histórica. Os agentes sociais que vivenciaram o processo histórico podem, por motivos ideológicos ou não, disputar a interpretação do fato com o próprio historiador.

Neste sentido, observa-se que na história do tempo presente, o pesquisador é contemporâneo de seu objeto e divide com os que fazem história os seus atos, as mesmas categorias e referências. Dessa maneira, a falta de distanciamento ao invés de um inconveniente pode ser um instrumento de auxílio importante para um maior entendimento da realidade estudada e atua para superar a descontinuidade fundamental, que ordinariamente separa o instrumental intelectual, o afetivo e o psíquico do historiador e aqueles que fazem a história.

A História Imediata se insere na saliência da História Contemporânea, sua análise vincula-se aos processos em aberto. Assim, trata-se de uma história que corresponde ao período recente ou a um período ainda inconcluso, mas que pode ser trabalhado como qualquer outro período histórico, tendo em vista que o distanciamento temporal não é sinônimo de neutralidade.

O desenvolvimento de uma pesquisa exige muita atenção, criteriosidade e embasamento científico suficiente para que os procedimentos teórico-metodológicos possam ser conduzidos de maneira coerente, a fim de enriquecer o trabalho, permitindo completa exploração das fontes – escritas, orais, iconográficas, imagéticas, documentais – que trazem a intencionalidade do autor.

A leitura atenta da imprensa, segundo Guinzburg (1991) possibilita perceber um elemento crucial que se constitui nos interesses, embora não colocados de forma explícita, são construções de imagens e representações veiculadas através dos discursos, nada neutros. Porém, essas construções não aparecem ante a um primeiro olhar ou a uma simples leitura, uma vez que trazem em si visões, símbolos de sujeitos e contextos históricos defendidos por

quem escreve, o que requer interpretação. É possível percebê-las não apenas pelo que escrevem ou como se expressam, mas também pelo seu silêncio e omissão.

Na investigação histórica, o pesquisador depara-se com uma série de subjetividades inerentes às fontes, apresentadas por meio de indícios. Para uma boa análise, é relevante desenvolver uma observação que procure captar todas as suas dimensões, não só as aparentes e imediatas, mas também as ocultas; não apenas as mensuráveis, mas o que as coisas evocam ou simbolizam. Compreende-se que, em uma análise, é preciso adotar não só o que nos agrada, mas também o que incomoda, o que desafia nossas interpretações. Sobretudo, o trabalho do historiador deve ser rigoroso, objetivo, bem fundamentado, mas também, claro, comunicativo e sugestivo.

Na análise das fontes jornalísticas cabe observar os problemas, travar um diálogo de perguntas e respostas com o propósito de investigar, tratando os indícios não como afirmações verdadeiras ou falsas, mas como fatos que podem lançar luz sobre seu objeto de investigação. Esses indícios ou as entrelinhas devem ser explorados ao máximo, pois nada se encontra explícito, tendo em vista que a história procede através da interpretação dessas provas (COLLINGWOOD, 1972).

Dessa maneira, a partir da leitura do documento o pesquisador deve aproximar-se o máximo possível das possibilidades, para daí sim construir uma versão em que a história proceda de uma interpretação dessas provas. O pesquisador deve compreender por que a fonte representa aquilo que aparentemente expõe, tendo em vista a preocupação de perceber as particularidades e o contexto cuja problemática se insere. Nesta investigação dos jornais, foi preciso entender em que circunstância o Avá-Guarani é referido, o quê, como e quais são as reportagens publicadas a seu respeito e de que forma se considera ou se contextualiza o trajeto histórico deste povo e o que se escreve sobre a Itaipu.

Este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, é feito um breve histórico dos Avá-Guarani no Oeste do Paraná, abordando os elementos culturais ligados à identidade, ao tekohá e à conseqüente importância que isto assume diante da perda do espaço inundado. Paralelo a essa contextualização, discute-se a forma como a imprensa periódica participa da construção/desconstrução de representações sobre os indígenas e sua presença na região.

Em seguida, no segundo capítulo, com a finalidade de completar as informações estabelecidas inicialmente, é feita uma abordagem a respeito da construção da Itaipu e do

contexto político e econômico ligado à implantação desta obra. Pontua-se a influência das instituições indigenistas e de suas ações junto à causa dos Avá-Guarani. Sob as diferentes propostas e discursos seja da Itaipu, da Funai, do Incra ou do governo, temos a reação dos indígenas, que ampliam suas relações e alianças fortalecendo a sua luta nas negociações pela terra.

Nestes capítulos iniciais, é estabelecida uma interação com as interpretações veiculadas pela imprensa, com o objetivo de esclarecer a maneira como os meios informativos analisados acompanharam o processo de instalação da Usina Hidrelétrica e as reivindicações dos Avá-Guarani por um espaço que atendesse as suas necessidades de sobrevivência de acordo com seus costumes.

Por último, no terceiro capítulo, apresenta-se um estudo específico dos diferentes jornais analisados, demonstrando as características de cada um e a forma como os Avá-Guarani aparecem nas notícias em diferentes momentos que marcam as décadas de 1970, 1980 e 1990. Paralelo às informações, que nos permitem compreender a construção da imagem deste grupo indígena na imprensa regional, também é feito um estudo sobre as estratégias da imprensa. O estudo destes documentos permitiu visualizar os aspectos ideológicos presente nos textos jornalísticos, uma vez que, negar a interferência, na produção dos mesmos, dos interesses empresariais e políticos é o mesmo que acreditar na neutralidade ou na imparcialidade das matérias que são publicadas diariamente.

CAPITULO I - O CAMINHO ENTRE A LUTA E A ESPERANÇA DOS AVÁ-GUARANI NO OESTE DO PARANÁ

O rastro da presença dos Avá-Guarani sofreu um apagamento devido ao espelho da água formado com o lago da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que recobre grande parte do território antes ocupado por eles. Simultaneamente, a esse apagamento, foi desencadeada uma outra operação de natureza simbólica, mas também com eficácia de produção de amnésia social: a desqualificação desse grupo e de sua cultura.

A imprensa periódica participa da construção/desconstrução de representações sobre os indígenas e sua presença na região e, dessa forma, este estudo, tem por objeto apreender o tratamento que os jornais dispensam às questões indígenas após os anos 1970. Esse recorte temporal insere-se no processo de construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e na conseqüente inundação de terras indígenas. É analisado aqui, o discurso desses meios informativos em relação ao grupo Avá-Guarani da Reserva Indígena de Santa Rosa do Ocoí.

Em relação à denominação deste grupo, esta pode ser explicada conforme os estudos etnológicos, como Avá-Guarani ou Ñandeva. No trabalho de Fabio Mura, são encontradas algumas reflexões a respeito do uso destas diferentes terminologias. Por exemplo, *Ñandeva* pode ser compreendido como “nós”, “todos nós”. É, contudo, a única forma usada por aqueles que falam a língua guarani.

Na literatura etnográfica estes Ñandeva são denominados Chiripa por Metraux (1948); Susnik (1961) refere-se a esse subgrupo como Chiripa Guarani ou *Ava-Katu-Ete* (homens verdadeiramente autênticos), este último também usado por Bartolomé (1977); Ava Guarani (homem guarani) segundo Cadogan (1959) é a autodenominação utilizada por eles (2003).

No Brasil, são normalmente conhecidos como Guarani e no Paraguai como Guarani Chiripa/Xiripa, em referência à vestimenta de sua tradição ritual que lhes é típica. Para efeitos de reconhecimento da especificidade deste grupo que fala uma língua guarani, a denominação Ñandeva seria então recomendada por falarem sua língua, permitindo também que se fortaleça sua identidade como tal. Por este viés encontramos a denominação *Ñandeva* em trabalhos realizados sobre o grupo, assim como aponta a professora Sarah I. G. Tibes Ribeiro (2002).

Alguns trabalhos realizados no Oeste do Paraná possibilitam a exploração de elementos sobre este grupo. Cabe registrar pesquisas realizadas por Sarah I. T. Ribeiro (2002), Ivonete T. C. de Lima (1994), Elaine P. Rocha (1995), Carla C. Conradi (2003), Silvio C. Santos e Anelise Nacke (2003), Paulo Porto Borges (2003) e Anadir Fochezatto (2003), estes pesquisadores registram esse grupo como Ñandeva.

As diferentes formas de identificá-lo são visualizadas claramente nos meios informativos que ora usam Avá-Guarani, ora Ñandeva, sendo o mais comum, desde as primeiras menções da imprensa, o termo Avá-Guarani. Em verdade, é comum registrarmos generalizações nestas referências como quando os chamam somente de “Guarani”, ou senão pluralizam os nomes próprios imprimindo, “Avás”, “Avás-Guaranis”, “Guaranis” entre outros trocadilhos que fogem à regra da escrita original da língua nativa.

A pesquisa desenvolve-se a partir da análise documental em que se visualiza que os membros desse subgrupo se autodenominam “Avá-Guarani”, isso se evidencia nos documentos emitidos por eles, em distintas situações, assim se identificando (DOC. AA I, 12 out. 1986). Isso nos remete à discussão de identidade étnica, qual nos vale o conceito estabelecido por Fredrik Barth (1998), em seu texto *Grupos étnicos e suas fronteiras*, em que expõe que as identidades étnicas “não dependem de uma ausência de mobilidade, contato e informação.” (1998. p.188), mas, pelo contrário, o autor afirma que a interação entre grupos diferentes pode ser um fator definidor de identidades distintas, ou seja, não causa o seu desaparecimento, mudança ou aculturação. Dessa forma, faz-se necessário distinguir “os efeitos das condições ecológicas sobre o comportamento com os da tradição cultural” (1998.

p.193). Nessa abordagem, a definição de pertencimento a um grupo étnico parte da atribuição e identificação realizada pelos próprios declarantes.

Nesse sentido, a identidade não é vista de forma estática, tradicional ou original, ligada essencialmente à raça, mas sim, como algo em fluxo e em mudança permanente que depende da natureza das relações sociais estabelecidas entre o índio e os outros sujeitos e grupos étnicos. Assim, percebe-se que, conforme Tereza M. Maher (1998, pp.116 -135), a identidade lingüística, numa abordagem mais ampla, não estaria veiculada simplesmente à língua de um povo, mas veiculada à linguagem em uso, ao discurso.

Assim, um índio ao falar a língua portuguesa não significa, *a priori*, que se trate de um índio afastado de sua etnia e aculturado, uma vez que é em seu discurso que ele se fará identificar como índio. Segundo Barth, o índio poderá se adaptar, como estratégia, a alguns hábitos para ter acesso aos meios e lugares que lhe ajudarão a criar uma estrutura social e econômica de sobrevivência, sem que isso signifique uma mudança de identidade étnica:

Seu desejo de participar de sistemas globais para conseguir novas formas de valor, eles podem escolher entre as seguintes estratégias básicas: 1. Podem tentar fazer-se passar por membros da sociedade industrial e do grupo cultural preestabelecidos, incorporando-se, assim, a eles; 2. podem aceitar um estatuto de ‘minoría’, acomodar-se e procurar reduzir suas inabilidades de minoria, engavetando todas as diferenças culturais em setores de não-articulação, participando do sistema geral do grupo industrializado nos outros setores de atividade; 3. Podem escolher o realce da identidade étnica, utilizando-a para desenvolver novas posições e padrões[...] (1998. p.220).

Desse modo, a análise das identidades e de seus princípios básicos de estruturação deve voltar-se antes para as *condições e processos* políticos e históricos da formação em si, do que para seu "conteúdo cultural", qualquer que seja (BARTH, 1998. p.15). Nessas condições, a etnicidade é pensada como *socialmente construída*, e o grupo étnico como portador de uma “habilidade de separar e de misturar uma variedade de heranças culturais e étnicas, se organizando como grupo e ajudando a localizar indivíduos dentro do grupo” (OLIVEIRA FILHO, 1998, pág. 59). Percebe-se que a identidade étnica é construída em confronto com outras possibilidades de identificação e, dessa forma, a situação de contato interétnico é um lugar privilegiado para a análise das identidades étnicas e da *mudança cultural*.

Em relação à grafia do nome da Reserva do *Ocoí* – Santa Rosa do *Ocoí* -, este provém do rio *Ocoí*, caudaloso afluente do rio Paraná, encoberto pelas águas da barragem. O rio tem um importante significado no modo de viver dos Avá-Guarani, por isso eles preservam o nome daquele que havia sido último reduto de fixação Guarani na região, antes da represa inundar todo o território tradicional. Esta terminologia é grafada de maneiras diferentes nos meios informativos e em trabalhos científicos como, *Oko'y*; *Ocoy* e *Ocoí*, todavia, no decorrer deste trabalho é adotado “*Ocoí*”, em virtude à fidelidade da própria forma de escrita guarani.

1.1 Avá-Guarani: um sujeito histórico

As sociedades indígenas são, em parte, marginalizadas e pouco se conhece sobre sua luta. Característica esta que, aliada aos noticiários da imprensa, alimenta estereótipos não condizentes com a realidade étnica desse povo, o que provoca considerações mal compreendidas ou infundadas, acarretando uma desvalorização histórica e cultural.

Compreender o tratamento dado às questões indígenas pela imprensa escrita exige a exploração e a percepção de muitos elementos que configuram um campo vasto de investigação. Para isso, é necessário observar o papel que este meio de comunicação desempenha na produção de informações a respeito da conjuntura indígena. Também é preciso perceber a postura deste meio informativo frente aos acontecimentos, à trajetória dos fatos e à imagem construída desse índio. Sobretudo, cabe centrar atenção para as representações que são constituídas em relação a este povo ao longo dos impasses que se estendem a mais de duas décadas entre os Avá-Guarani e a Itaipu.

Muitas vezes, a questão indígena é (re)tratada de forma subejetiva. A imprensa aponta uma idéia de índio vitimizado, sem ação, direcionando para uma concepção ultrapassada/preconceituosa, ignorando a necessidade da interação cultural desse grupo.

Ao analisar como os índios foram caracterizados no impasse com a Itaipu, percebe-se o que há subentendido, consciente ou inconscientemente, nos textos da imprensa. Nas matérias de reivindicação pela terra, por exemplo, o termo usado é “índios”, não sendo feita referência à etnia – Avá-Guarani. Nota-se que a palavra “índios” é usada com um valor de força e de algo indomado, imprevisível, remetendo a idéia de selvagens.

Tal conduta influencia a formulação da representação de um tipo humano, um índio sempre igual e sempre o mesmo ao longo da história, o que é uma abstração. Esse índio não existe, não é real. Deste modo, sua história aparece como uma soma e não como um movimento de tensões e desencontros, um contraditório processo, mas como uma sucessão de momentos, em que a “bondade” e a “maldade” (se é que se pode falar assim) intercambiam-se entre categorias sociais, conforme a circunstância.

Todavia, como salienta Manuela Cunha (1999), é preciso ter em mente que o índio de hoje já não subsiste ao índio do passado, senão como um conjunto de superações. Quando se fala de marcos representativos do povo ou da cultura indígena cria-se uma espécie de *slogan* vazio, baseado numa epistemologia da aculturação e numa concepção estática da história. Estática e quantitativa, em que as quantidades são interpretadas ao contrário do que são, o que é próprio do raciocínio conservador. Observa-se que não há uma percepção de *história das práxis*, mas sim, preserva-se um discurso que tem apenas vítimas e não agentes ativos da transformação social.

O estudo sobre um grupo específico parte do pressuposto de que a questão indígena, assim como outras problemáticas de investigação, não deve ser generalizada. Conforme afirma John Manuel Monteiro (1995), é preciso reescrever a história indígena, para que o conhecimento sobre o passado possa lançar compreensão menos pessimista e mais justa sobre o futuro dos povos indígenas.

Mas, sobretudo, é preciso na produção desses novos conhecimentos rever os segmentos/padrões tradicionais e realizar novas abordagens. Para tanto, é necessário considerar os indígenas como sujeitos históricos plenos e perceber que o tempo histórico é múltiplo e diferenciado, como pontua João Pacheco de Oliveira Filho (1999).

Estudos etnográficos realizados no Oeste do Paraná possibilitam a exploração de elementos sobre o povo Avá-Guarani daquela região. Alguns deles são citados no decorrer desta pesquisa, pois abordam discussões historiográficas sobre a colonização do Oeste do Paraná, sobre os jogos de poderes dos órgãos de estado e as influências dessas transformações frente à sociedade indígena Avá-Guarani. Estas referências amparam a discussão realizada através da análise dos materiais da imprensa.

1.2 A Cultura e a Unidade Política, Religiosa e Territorial dos Avá-Guarani

Tendo em vista os estudos antropológicos, observa-se que os Guarani pertencem ao tronco Tupi, família lingüística Tupi-Guarani, isto se revela, de acordo com as afinidades de linguajar e de traços culturais entre os mesmos. Estes últimos se dividem ainda em subgrupos, diferenciados pelo dialeto e distinções culturais. No Brasil meridional, podem ser encontrados os subgrupos Guarani *Mbyjá*, *Kaiowá* e *Ñandeva*. Os *Mbyjá* são localizados principalmente no oeste de Santa Catarina, no Paraná e no Rio Grande do Sul. Os *Kaiowá* estão principalmente em várias áreas indígenas do Mato Grosso do Sul e os *Avá-Guarani* conhecidos no Paraguai como Guarani Chiripa, vivem em sua maioria no oeste paranaense e no Mato Grosso do Sul (MELIÁ, 1987).

A Etnologia Guarani contemporânea reconhece que a diferenciação entre os mesmos é determinada por particularidades que permitem identificar todas as manifestações sócio-culturais, sejam material, lingüística ou simbólica. Embora o volume de documentos escritos que se acumulou sobre os Guarani durante o período colonial e pós-colonial seja consideravelmente grande, a abordagem e o reconhecimento das especificidades de cada grupo começam a ser delineadas somente no fim do século passado e início do atual. Destaca-se que as observações e as descrições de detalhes etnográficos, que possibilitam as evidências das particularidades, principalmente do aspecto da cultura material, são as que levam alguns pesquisadores a considerá-las como sendo os alicerces para uma Etnologia Guarani (MELIÁ, 1987, p. 35).

Cabe lembrar que esses grupos/populações distinguem-se em muitos aspectos da vida econômica, da organização social, do sistema religioso e cosmológico. Necessariamente nas observações devem ser consideradas as realidades, as dificuldades e os contatos diferenciados. Segundo Elaine Rocha (1995) os Guarani apresentam não só *diferenciações* subgrupais como também *divisões* em cada subgrupo. Isso corresponde a comportamentos específicos a cada situação local e, portanto, a uma extraordinária variabilidade de comunidade para comunidade. Essa diversidade é perceptível aos antropólogos e comentada pelos próprios índios Guarani nas aldeias, nos encontros e assembléias.

Todavia, a intenção não é fazer aqui um estudo sobre os conhecimentos a respeito dos diferentes povos e suas culturas, mas esclarecer em linhas gerais aspectos etnológicos que possam sustentar as discussões presentes no trabalho. Para tanto, o foco deste trabalho agora é direcionado para os Avá-Guarani, que são os protagonistas deste estudo. Estes são herdeiros

naturais da região inundada pela formação da barragem para Usina Hidrelétrica de Itaipu, no oeste do Paraná.

O trabalho da professora e pesquisadora Sarah Ribeiro traz orientações referenciais acerca da trajetória deste grupo e os conflitos relacionados ao seu espaço, fator este que no decorrer das últimas décadas se tornou o principal agravante para os Avá-Guarani. Dados extraídos de seu estudo mostram que:

[...] os Ñandeva consideram como seu o território que separa as cidades de Foz do Iguaçu e Guaíra, às margens do rio Paraná e seus afluentes, compreendendo aproximadamente 2000 quilômetros quadrados. O avanço dos brancos, em suas diferentes fases de expansão, no entanto, restringe sobremaneira, os espaços em que lhes é permitido estabelecer aldeias ou simplesmente caminhar. Processo semelhante se passa entre grupos Mbý'a, que não tendo o Oeste como área tradicional, são compelidos por força das frentes de conquista até essas paragens (2002, p. 137).

Os estudos de Ribeiro advertem que esses indígenas estão localizados historicamente no vale do rio Paraná, acompanhando-o em sua extensão; esta questão também é levantada pelos estudos arqueológicos e antropológicos, desenvolvidos por pesquisas da Itaipu, as quais são apontadas a seguir. Hoje, estes grupos estão reassentados em um espaço às margens do rio Paraná, configurado desde 1982, como *reserva indígena*, no município de São Miguel do Iguaçu, no extremo Oeste paranaense. Conserva-se a esse local a denominação de *Ocoí*, em homenagem ao último *tekohá*, lugar onde viviam segundo seus costumes, antes da submersão de suas terras pelo lago da Itaipu. Tratava-se de uma região entre os rios Ocoí e o arroio Jacutinga, conhecido nessa ocasião como região do Ocoí (RIBEIRO, 2002).

O *tekohá* congrega um conceito cultural sincrético muito mais abrangente que a simples posse de uma área de terra, significando o lugar, o meio e o modo de ser guarani. O conceito de terra para o povo indígena Guarani é intimamente relacionado à idéia de terra-sem-males. Esta concepção aponta a terra como um lugar no qual se vive o "bom viver". Nesse sentido, Meliá (1989) chama atenção que, para estes indígenas, *viver não é sinônimo de produzir*. Assim, a terra não é apenas um espaço de produção econômica, mas é um lugar no qual se vive o *teko*. Como nas palavras dos velhos Guarani – sem *tekohá* (lugar para viver – terra), não há *teko* (jeito de ser). Ou seja, sem a materialidade da terra, não há possibilidade de construir-se enquanto ser cultural.

Dessa maneira, o *tekohá* pode ser compreendido como o lugar onde se realiza o *teko* – sistema, cultura, lei, costumes, modo de ser e de viver específico dos Guarani –, ou ainda “o lugar e o meio em que se dão as condições de possibilidade do modo de ser guarani” (MELIÁ, 1989, p. 336), e fundador de sua identidade. Este lugar específico, para ser viável, supõe uma terra específica, não qualquer terra nem de qualquer tamanho. Tem que ser boa para a agricultura e suficiente para abrigar a/as família(s) extensas com toda sua parentela, tendo, para cada uma, espaço para a roça nova e a antiga, para as casas com seus pátios e, ainda, mata, capoeira ou campo e água. Esta concepção de terra é o esteio da identidade deste povo cujos princípios vêm sendo negados e inviabilizados pela espoliação de seus *tekohá* tradicionais e pelo confinamento a que estão submetidos.

Existem muitas reflexões que buscam esclarecer essa questão. Nos estudos antropológicos de Levi Marques Pereira (2004), constam que historicamente o *tekohá* pode ser entendido como uma rede de relações entre parentelas, que tinham o reconhecimento de um mesmo líder, sujeito a alterações conforme a organização do grupo. No modo tradicional, *tekohá* era um modelo de organização, uma unidade política de interações sagradas e profanas. Seria um lugar que reúne condições físicas (geográficas e ecológicas) e estratégicas que permitam compor, a partir da relação entre famílias extensas, uma unidade político-religiosa-territorial. Idealmente um *tekohá* deve conter em seus limites o equilíbrio populacional, oferecer água boa, terras agricultáveis para o cultivo de roçados, áreas para a construção de casas e a criação de animais.

Este espaço deve incluir, necessariamente, o ka’aguy (mato), elemento apreciado e de grande importância na vida desses indígenas como fonte para coleta de alimentos, matéria-prima para construção de casas, produção de utensílios, lenha para fogo, remédios etc. O *tekohá* é, assim, o lugar físico – terra, mato, campo, águas, animais, plantas, remédios etc. – onde se realiza o *teko*, “o modo de ser”, o estado de vida guarani (PEREIRA, 2004).

A concepção de Fabio Mura determina *tekohá* como um processo continuado de construção e entendimento do território, a partir da relação compulsória que estes mantêm com os não-índios. “O *tekohá* seria, portanto, uma unidade política, religiosa e **territorial**, onde este último aspecto deve ser visto em virtude das características efetivas – materiais e imateriais – de acessibilidade ao espaço geográfico por parte dos Guarani” (MURA, 2004, p. 130) [*grifos do autor*].

Sob este prisma, Mura adverte que a relação entre os Guarani e a terra ganha um significado registrado na tradição cosmológica e na historicidade. Enfatizando-se a noção de *tekohá* enquanto espaço que garantiria as condições ideais para efetuar essa relação, os índios procuram reconquistar e reconstruir espaços territoriais, étnica e religiosamente exclusivos a partir da relação umbilical que mantêm com a terra, ao passo que flexibilizam e diversificam a organização das famílias extensas, podendo assim manter uma relação articulada e dinâmica com o território mais ampliado, neste caso, como espaço contínuo, conforme salienta Mura:

[...] o vínculo cosmótico entre os índios e a terra não é genérico, não existindo, portanto, uma relação abstrata entre Guarani indiferenciados e lugar também indiferenciado; ao contrário, o que se estabelece é uma relação entre famílias extensas específicas que se vinculam historicamente a lugares precisos, e que, a interrupção da continuidade ocupacional provoca exaltação da noção de origem antiga (*ymaguare*), baseada no sentimento de autoctonia, e a produção (quando as condições o permitem) de um efeito circulação, quando procuram se manter o mais próximo possível dos lugares de seus antepassados, deslocando-se circularmente ao redor deles sempre que são expulsos ou importunados pelo branco. A circulação ao redor de lugares dos quais por alguma razão foram afastados, permite aos Guarani dar continuidade à manutenção do equilíbrio cósmico, embora muitas vezes de modo fragmentário, o que permite minimamente a relação telúrica com o mundo (2003).

De toda forma, a terra para o índio assume um significado diferente da concepção atribuída pelo não-índio; uma vez que evoca um sentido especial, tendo em vista que não é considerada como parcela ou propriedade de posse de um ou de um conjunto de indivíduos. Ao contrário “os Guarani indicam que são eles que pertencem à terra” (MURA, 2004, p. 110). A terra funciona como um *tronco* e o que é produzido nela seriam os *membros*, assim um dependeria do outro para manter o equilíbrio.

As terras guarani são consideradas, por eles, sagradas, e são aquelas e não outras. Os recursos naturais necessários para a população indígena provêm daquelas terras e não de outras. As suas formas de jurisdição, seus costumes, suas magias, suas religiões, suas relações com os espíritos e com os deuses apenas são visíveis e concretizáveis pela presença da comunidade naqueles lugares, com as peças daquele específico cenário.

Quando um grupo assume fisicamente um espaço, não é um fenômeno definitivamente imutável, tendo em vista que sua formação é um fato histórico em contínua transformação e adaptação às condições do contexto territorial onde tal grupo desenvolve suas atividades. Mura (2004) indica que os indígenas revestem os princípios de organização social

como elementos básicos para a agregação dos indivíduos e a fixação dos traços culturais necessários para a consolidação de um determinado sentido de pertencimento e de uma determinada visão de mundo.

A legislação que trata da questão da terra indígena, isto é, da sua legitimação e demarcação, vem sofrendo várias alterações ao longo dos anos 90. Nas últimas décadas, verificou-se um significativo avanço não apenas na conceituação legal do que seja terra indígena, mas também na organização e atuação dos povos indígenas e dos movimentos em defesa dos direitos indígenas. Apesar disso, a realidade mostra que ainda há um longo caminho a ser percorrido até que os índios tenham os seus direitos efetivamente respeitados.

1.3 A Expropriação do Território Indígena

Com o processo paulatino de ocupação pelos não-índios das terras brasileiras, a partir dos anos 1920 e mais intensamente a partir dos anos 1960, tem início uma colonização sistemática dos territórios Guarani na região de fronteira do Oeste paranaense. Iniciava-se um processo de sistemática desapropriação de suas terras pelos colonizadores *brancos*¹.

Nesse processo, a presença indígena sofre acentuada negação, principalmente, com a invasão de suas terras pelos brancos que expulsam as populações indígenas dos seus espaços de origem. Ameaçadas, muitas famílias migraram para o Paraguai e os que insistem em permanecer são levados para regiões cada vez mais acidentadas.

Durante esse período, existe um interesse muito grande por parte dos colonos nas terras agricultáveis. No ano de 1975, ocorre a instalação do Instituto Nacional de Reforma Agrária na Região, fato que fortaleceu os interesses dos colonos (*Revista Contexto, 1984*). Com isso, o direito dos índios de ocuparem a área estava ameaçado, em função da política agrária desenvolvimentista que se instaura neste momento no Oeste do Paraná.

Como assevera a pesquisadora Sarah Ribeiro (2002), a presença dos Avá-Guarani foi e permanece ignorada por grande parte da sociedade regional, que compreende aquela região como um território constituído culturalmente por migrantes gaúchos e catarinenses, de

¹Utilizo o termo “branco” não no sentido de definir um grupo específico de indivíduos que possuem características raciais ou biológicas comuns como, por exemplo, ter pele branca. O termo usado tem uma conotação sociocultural, isto é, ele é usado como uma identidade genérica contrastiva, aqui, com a identidade indígena. É um termo referencial, cujo conteúdo só faz sentido em um contexto de identidades contrastivas, no caso entre índios e não-índios.

ascendência européia, fundamentalmente ítalo-germânica. Os Guarani, no entanto, - tendo sua presença sistematicamente obliterada pelos segmentos da sociedade nacional circundante, tendo em vista a *identidade regional* que esta forjou para si própria, na qual o elemento nativo não teria lugar, - continuam a habitar o território, entendendo-o como seu, permanecendo enquanto etnicamente diferenciados.

Na década de 1970, iniciam-se as discussões sobre a nova Usina Hidrelétrica Binacional, sendo referenciada como “Uma Construção de Gigantes” (*O Paraná*, 17/4/1987). Assim, a Usina Hidrelétrica é enfatizada na imprensa regional, como uma obra faraônica de grande renome no país. Apontamos no decorrer do trabalho e de maneira específica no último capítulo que, o jornal *O Paraná* priorizou informações de cunho expansionista, considerando a Itaipu como “uma solução energética para o desenvolvimento de um continente” (*O Paraná*, 23 abr., 1987).

Dados extraídos dos Relatórios de pesquisas realizadas na área de Itaipu (DOC. R.II) mostram que as obras da barragem da hidrelétrica tiveram início em 1975 e em fins de 1982 começou o alagamento de uma área de 835 km² às margens do rio Paraná. Isso provocou a destruição e o desaparecimento de importantes e insubstituíveis elementos para uma reconstituição mais precisa das várias ocupações humanas. Agora, esse espaço é submerso pelas águas que formam o lago e sustenta as turbinas da Binacional.

No período de 1975 a 1983, a Itaipu contrata o então titular do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná, Igor Chmyz para desenvolver o “Projeto Arqueológico Itaipu”². Chmyz foi responsável pelo desenvolvimento dos Relatórios das Pesquisas Realizadas na Área de alagamento. Esse trabalho dirigido por Chmyz, foi realizado em convênio entre a Itaipu Binacional e o Ministério da Educação e Cultura, através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

O desenvolvimento do Projeto Arqueológico ITAIPU resultou em uma coleta de quantitativos dados sobre os povos indígenas Guarani. Este trabalho ganhou respaldo e teve considerável relevância sobre aspectos da história e arqueologia do Oeste paranaense. O projeto era visto como grande modelo edificador apoiado pela política nacional. Porém, estes estudos remetiam-se a um índio pré-colonial, como que se a presença indígena na região estivesse resumida apenas a resquícios do passado, desconsiderando a presença dos Avá-Guarani nas terras a serem alagadas para a formação do lago.

² Ver, DOC. R.I, DOC. R.II, DOC. R.III, DOC. R.IV, DOC. R.V, DOC. R.VI, DOC. R.VII.

Vejamos a integra de um artigo que trata do trabalho arqueológico da Itaipu, denotando importância aos índios que parecem ser somente vestígios.

Pouca gente sabe que a Itaipu vem promovendo uma série de levantamentos arqueológicos de todas as áreas que serão inundadas, em ambas as margens do Rio Paraná. Estes levantamentos que integram o Plano Básico para a Conservação do meio-ambiente, já levaram à descoberta de vestígios de povos que *viveram* há 8 mil anos na região [...] Os estudos históricos e sócio culturais revelam dados etno-históricos, da *época jesuítas*[...] Segundo teoria bastante provável, muitas comunidades indígenas que *viveram* ao longo das margens do Rio Paraná, deslocando-se seguidamente de um lado para o outro poderiam ter vindo mesmo da patagônia, ao Sul da Argentina... (HOJE, 24/07/1981) [*grifos meus*].

O relato mostra que o projeto arqueológico financiado pela Itaipu é revelado como um grande feito, responsável pela preservação histórica dos *antigos* povos indígenas. Fala-se de modo como se os Avá-Guarani não fizessem parte daquele entorno, e como se não fossem os remanescentes e herdeiros dos vestígios que estão sendo encontrados às margens do Rio Paraná, lugar de localização imemorable deste grupo. Dessa forma, percebe-se que acontece um *escondimento* do índio que está inserido naquela região e que faz parte daquele momento histórico.

O periódico *Hoje* (24/07/1981) ao destacar que a “Itaipu descobre vestígios do passado”, promove o trabalho da Empresa. Nessa perspectiva, o articulista trabalha com uma idéia de “índio do passado” (OLIVEIRA, 1998), o que distancia o problema atual dos Avá-Guarani. Os levantamentos desses vestígios arqueológicos aparecem, especialmente, na imprensa de forma a suplantam o enfoque territorial. Sobrepõe-se às questões ainda que iniciais, de impasse entre a hidrelétrica e as reivindicações do grupo indígena.

Nos relatos e publicações do próprio professor e pesquisador Igor Chmyz, ele enfatiza a *importância* e as *descobertas históricas* deste projeto arqueológico. Em uma de suas publicações o pesquisador aponta:

este foi um importante projeto, que resultou na pesquisa e salvamento de considerável parte do patrimônio arqueológico localizado na região onde hoje se encontra a Usina de Itaipu. Ressalta que importante patrimônio histórico está inundado pelo Rio Paraná. São 600 sítios arqueológicos,

vestígios de habitações de vários povos milenares, entre os quais se destacam os Guarani (1976, p. 1).

De fato, por um lado, muitos vestígios da presença Guarani na área inundada pela Itaipu ficaram sob as águas do grande lago. Porém, por outro lado, os Avá-Guarani são elementos vivos daqueles povos que a Empresa Binacional tentou transformar em resquícios, como se tudo aquilo que era encontrado fizesse parte de algo acabado, extinto. As colocações são postas de modo a enfatizar um sujeito inexistente no contexto atual. Em nenhum momento relacionam esses *vestígios do passado* com a cultura do Avá-Guarani. Sobretudo, esta “herança indígena através de material lítico encontrado na região Oeste” (*Oeste*, ago. 1995, p. 29), coletada por meio de estudos antropológicos, mostra que os Guarani são herdeiros naturais dos espaços ocupados pela Binacional.

Os Relatórios de Pesquisa elaborados pela Empresa evidenciam a existência de sítios arqueológicos, constatando a presença de vestígios dos povos indígenas nas terras alagadas. Todavia, o financiamento desses trabalhos serviram como instrumento para minimizar as conseqüências, os “reflexos de Itaipu” (*O Paraná*, 03/02/1977, p. 14) que estariam por vir. Não atuaram necessariamente como fundamento favorável ao destino dos Avá-Guarani que seriam bruscamente lesados com a construção da Barragem.

A Itaipu desenvolveu 7 relatórios de pesquisas arqueológicas entre os anos de 1976 e 1982. As intenções da Binacional, no desenvolvimento desse estudo documentado através dos relatórios arqueológicos, tiveram uma repercussão favorável aos interesses da empresa na região, referindo-se principalmente à quantidade de terras necessárias para a edificação da “maior hidrelétrica do mundo” (*O Paraná*, 10 abr. 1977, p. 11).

Em um estudo sobre *Os Relatórios Antropológicos de Identificação de Terras Indígenas*, Antonio Carlos de Souza Lima (1998) reflete sobre a relação entre a antropologia e o indigenismo no Brasil, no período de 1968 a 1985, a partir da análise dos relatórios antropológicos de identificação de terras indígenas. Esse estudo aponta problemas para explorações futuras da antropologia e do indigenismo e, ainda, enfatiza que “nada pode superar a falta de pesquisa séria, empiricamente embasada” (1998, p. 265) para abordar essas questões. O autor conclui que “intervenções de advogados, antropólogos e até mesmo ONGs, repercutiram fortemente sobre as práticas antropológicas e administrativas” (1998, p. 266), sedimentando-se um novo quadro jurídico-normativo cujas repercussões devem ser avaliadas.

Em relação à análise e à constituição de documentos relacionados às terras indígenas, João Pacheco de Oliveira (1999) desenvolve uma reflexão sobre os perigos e armadilhas que podem ser colocados pela colaboração entre antropólogos e advogados, ou seja, no encontro da pesquisa antropológica com a ação judicial e as demandas indígenas. O autor preocupa-se com as tarefas e expectativas atribuídas aos antropólogos no contexto bem diverso daquele estrito da prática antropológica, da elaboração de um laudo pericial. Retoma as questões específicas e complexas que são dirigidas ao antropólogo no contexto judicial, problematizando o encontro entre a antropologia e o direito: questões, dentre outras, como a definição de um grupo étnico, da continuidade atribuída a um grupo étnico e a indagação sobre em que medida um grupo humano atual poderia vir a ser classificado como indígena.

Para o estado brasileiro, a edificação da Itaipu significava assumir uma posição geopolítica com objetivos facilmente discerníveis. Dentre outros interesses, salienta-se sua incorporação em área estratégica de fronteira, que se trata de um fator percebido pela ordem estabelecida como crucial para a “segurança do regime político e do sistema social vigente no Brasil para garantir o seu futuro de grande potência” (SCHILLING; CANESE, 2002, p. 174).

O jornal *O Paraná* se destaca por priorizar um discurso saudosista em relação à Hidrelétrica. Em pesquisa a arquivos deste jornal, do período de 1976 até meados de 2000, é destacada uma quantidade considerável de aproximadamente 200 notícias entre notas, artigos, depoimentos, tiragens, entrevistas e editoriais, sobre a construção da Usina. Identifica-se como o jornal que mais aborda o assunto de forma periódica e de maneira enaltecida no que diz respeito à Itaipu. Tal posicionamento mantém-se ligado à política vigente, seja no governo militar ou no sistema democrático pós 1985. Este assunto é mais bem tratado no capítulo 2 deste trabalho, quando são abordadas as estratégias políticas e econômicas paralelas ao *progresso* do país em suas respectivas fases de desenvolvimento.

No princípio da construção desta obra *faraônica*, aos 19 de abril de 1977, este jornal escreve um artigo intitulado “Itapu: surge uma cidade entre dois países” (*O Paraná*, 19 abr. 1977). Aborda neste mesmo mês a questão da Usina Hidrelétrica e os índios, publicando o artigo “Itapu: uma *solução* energética para o desenvolvimento de um continente” (*O Paraná*, 23 abr. 1977). Dias depois, ao referir-se às questões indígenas divulga, “O *Problema* do Índio no Brasil” (*O Paraná*, 26 abr. 1977), [*grifo meu*].

Trata-se de “um discurso legitimador, pautado na oposição recíproca entre o tradicional e o moderno, dando a entender a modernização engendrada e o arcaico suprimido”

(SCHREINER, 2002. p. 89). Ao citar o projeto hidrelétrico, emerge um discurso promissor idealizando uma idéia de êxito e desenvolvimento. Mas, em relação à questão indígena o foco é completamente pejorativo, balizando o índio como *problema*, ou seja, como algo que coage ou ameaça certos valores dentro de um país.

O meio informativo já no título do artigo – antes da leitura na íntegra do texto –, sugere uma denotação indutiva ao tema abordado. Mascara-se desta forma, através do “problema” indígena, os efeitos de um “grande empreendimento para um número de indivíduos ou grupos” (*O Paraná*, 23 abr. 1977). Dessa forma, fica evidente que a imprensa não atua pura e simplesmente como mera intermediadora dos fatos, embora assim se apresente, mas tende a forjar o imaginário político-social de seus leitores.

A partir dos primeiros alicerces da Itaipu³, iniciou-se um processo que se estende por mais de duas décadas, envolvendo questões ligadas a terra. Mesmo com a constante reivindicação dos Avá-Guarani, por vezes, sua presença foi omitida pela sociedade não indígena/nacional, seja por interesses políticos ou negligências culturais.

1.4 Oeste do Paraná: avá-guarani e o contexto sócio cultural

No município de São Miguel do Iguçu, está localizada a área Indígena de Santa Rosa do Ocoí onde se encontram os Avá-Guarani. Conforme dados da FUNAI (2005), essa Reserva tem uma extensão aproximada de 250 hectares. No ano de 1982 é oficialmente demarcada pela FUNAI como resultado do primeiro acordo com a Itaipu. Com a construção da Hidrelétrica de Itaipu, estes indígenas tiveram suas terras inundadas, assim se deslocaram para uma área diminuta junto ao Lago de Itaipu, pois não aceitaram a possibilidade de serem transferidos para outras reservas paranaenses. Naquele momento obtiveram esta área do Ocoí que pertence à faixa de Segurança Nacional. Mesmo que impróprios, esses espaços foram conquistados a partir das reivindicações feitas junto à FUNAI e à Itaipu.

Na figura 1 temos um artigo com foto, editados pelo jornal *O Porantim*, abordando o intentamento deste povo. A nota que acompanha a foto diz: “Os Guarani que vivem no Brasil protestam contra construção da hidrelétrica de Itaipu, em 1981: resistência acontece dos dois lados da fronteira”. A imagem mostra o *índio* no contexto urbano carregando faixas que denunciam o motivo pelo qual ali se encontra.

³ Questões sobre Itaipu são trabalhadas no capítulo 2 deste trabalho.

Percebe-se que índio apresentado na foto não é aquele exótico, o outro, a intenção, aliás, não parece ser esta, ao passo que a sua presença nas ruas, assume a mesma significação dos colonos mostrados pelos jornais de grande circulação na região Oeste e que também ocupam este mesmo espaço social - que não é o seu - para reivindicar os seus direitos. Questões sobre *Imagem* e o jornal *O Porantim* são discutidas no capítulo 3 deste trabalho, neste momento, o objetivo é demonstrar que a luta dos Avá-Guarani não tem espaço tal qual às comuns manchetes que protagonizaram em momentos anteriores a construção da Hidrelétrica.



Figura 1 – Foto da manifestação dos Avá-Guarani (*O Poranti s/d*)

Neste momento emerge também as manifestações dos agricultores contra Itaipu, por conta do alagamento das terras agricultáveis. Porém diferente do anonimato da luta dos Avá-Guarani nos jornais, este movimento dos agricultores se torna público, pois trata-se de um fator diretamente ligado à economia nacional e que esta ligado ao desenvolvimento do país.

Vejamos como o jornal *O Estado*, editado na capital Curitiba, apontou as negociações dos agricultores e a Itaipu:

- “Agricultores da região Oeste que terão suas terras alagadas pela Itaipu organizam-se para reivindicar” (nota de capa. 8, mar/1981);
- “Um problema crônico” (manchete.15, mar/1981);
- “Colonos iniciam marcha para Foz” (manchete. 17, mar/1981);
- “o documento da Itaipu rejeitado pelos colonos” (artigo. 23, mar/1981);
- “Itaipu: Impasse pode terminar” (manchete. 28, mar/1981).

Paralelo à linha discursiva do jornal *O Estado*, temos o jornal *O Estado do Paraná*, também de Curitiba, que assume uma mesma postura e complementa o *drama* dos colonos:

- “Agricultores estão sendo prejudicados” (capa. 6 mar/1981);
- “Reivindicações dos colonos foram aceitas pela Itaipu” (capa. 10. mar/1981);
- “Colonos querem Ney Braga” (manchete. 24, mar/1981);
- “Revolta dos colonos: classificação das terras irrita desapropriados” (artigo. 24, mar/1981);
- “OAB também apóia colonos” (19, mar/1981).

Observa-se que tanto no jornal *O Estado*, como no *O Estado do Paraná*, em averiguação aos seus cadernos publicados neste período em que também os Avá-Guarani vão às ruas, nada é relatado sobre as problemáticas destes índios. Nem ao mesmo em notas de referência sobre o assunto ou em pequenas tiras no meio do jornal. Verifica-se que simplesmente este *índio* não aparece nas páginas destes jornais diários que têm grande circulação na região. Mas, por outro lado, a luta reivindicatória dos agricultores é cotidianamente acompanhada.

Neste mesmo período em que os Avá-Guarani vão às ruas lutar contra a política estabelecida pela Itaipu, sendo esta empresa apoiada pelo governo, a questão indígena no Brasil congrega outras problemáticas em outros estados, como no Tocantins, no Amazonas, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul e em outras regiões. Percebe-se que de norte a Sul há conflitos pela terra, porém, em muitas vezes, esses conflitos não aparecem nas páginas da grande imprensa, ou apenas são apresentados como questões subjetivas e secundárias.

Vejamos no artigo publicado pelo jornal *O Porantim*, que acompanha a foto da manifestação indígena, algumas questões apontadas a respeito dos índios Avá-Guarani.

Uma das maiores hidrelétricas do mundo, a Itaipu – construída pelo Brasil e pelo Paraguai no início da década de oitenta – parece ter criado um fim do mundo para as 38 comunidades Guarani “inundadas” do lado paraguaio e para a comunidade Guarani do Ocoí, no lado brasileiro...

Alguns relutaram até o último momento em deixar sua terra, que seria tragada pelas águas da represa.

E sabem o que a Itaipu fez com os mais de 30 tekoha Guarani que ali viviam? Prontificou-se a colocar os índios em caminhões e a leva-los para as duas áreas de mil hectares cada, distantes do longo e das sagradas terras inundadas.

Muitos Guarani ficaram perambulando pela região até hoje... Outros saíram das terras nas quais foram confinados, mudando para outras comunidades e sendo perseguidos por fazendeiros. Até hoje perdura essa situação.

Em 1996, os índios formaram uma organização para voltar à beira do rio Paraná. A comissão, chamada “Paraná “Rembe’ýpe”, apresentou à Itaipu sua reivindicação de 115 mil hectares à beira do lago da hidrelétrica, próximo às suas terras originárias. Eles sabem que são donos da região ...

A empresa respondeu dizendo que já tinha feito a sua parte, indenizando os índios conforme a lei. E que a instituição não tem nenhuma obrigação de compra de terra para os índios. “Não corresponde à Itaipu conceder o solicitado”, respondeu o diretor de direitos jurídico-administrativos, Dr. Roque Pedro Miranda.

Os Guarani jamais se conformaram com essa deportação e exílio. Seus diversos movimentos e ações junto às autoridades mostram claramente não apenas seu inconformismo com essa situação, mas a determinação de retornarem para sua região de origem, nas margens do rio Paraná (*O Porantim*, set, 2005. p. 6).

Apesar do artigo não ser manchete e nem assunto de capa, este apresenta dados pontuais sobre o motivo pelo qual os referidos índios fazem o apelo, isso é feito a partir de uma breve contextualização histórica para apresentar a atual situação.

O aldeamento legitima-se em 1982 com uma área de aproximadamente 250 hectares, que passou a ser chamada de Aldeia do Ocoí. Desde então, os Avá-Guarani entram em um embate direto com o governo e a Itaipu em busca de um espaço adequado para seu povo. Espaço que remonte aos 1500 hectares dos quais eram donos antes a inundação. No trecho, a seguir, retirado da carta/abaixo-assinado encaminhada ao Banco Mundial em 12 de setembro de 1986, os Avá-Guarani indicam as suas condições de vida antes da construção da hidrelétrica:

Morávamos numa área de 1500 hectares, que tinha a oeste o Rio Paraná, a leste a estrada Santa Helena/Santa Terezinha, ao norte o Rio Ocoí e ao sul o arroio Jacutinga. Nossa área era toda de mato. Na área Ocoí-Jacutinga éramos mais de 100 famílias, mais de 500 pessoas. As famílias eram muito grandes [...] (*O Porantim*, set, 2005. p. 6).

Nessa carta/abaixo assinado observa-se a indignação dos indígenas diante da brusca redução de suas terras originais, tendo em vista que perdem não só um espaço significativamente extenso, mas também o seu *Tekohá*, reduzido às margens do Lago de Itaipu. Quando foram assentados no Ocoí, os índios eram em número menor, registrados em torno 50 famílias, hoje este número aproxima-se de 115 famílias. (CIMI, 2006)

Com o passar do tempo “cresce população indígena em São Miguel do Iguazu” (*Nova Integração do Oeste*, mar. 2003, p. 3). Todavia, o aumento da população da reserva é resultante não só pela questão procriativa, mas também pela migração de famílias Guarani vindos do Paraguai. Esse aumento da população indígena ao ser abordado pela imprensa, considera somente suas conseqüências e não as causas dessa situação/condição. Ou seja, não é informado que essas alterações populacionais, são consequência da progressiva transformação dos indígenas, que buscam novas formas de organizar suas unidades domésticas, tornando-se flexíveis às novas circunstâncias. Estas transformações são, conforme o relato de Elaine Rocha (1995), o fruto de uma integração de novas atividades habitacionais às novas e diferentes condições a eles colocadas. Porém esses fatores não são discutidos pelas notícias da imprensa, que apontam essa questão como apenas um fator problemático.

Observa-se que esses indígenas foram separados no decorrer do processo de tomada de suas terras, seja pelos colonos durante a colonização, seja pela Itaipu. Devido a atos arbitrários, muitas famílias afugentadas emigraram para terras vizinhas. Nos estudos de Sarah Ribeiro encontra-se a explicação:

Submetidos desde longa data a várias formas de violência por parte dos brancos, muitos Nãndeva e Mby'a, temerosos do que pudesse lhes acontecer, preferem partir em direção a outros espaços. Caminham prioritariamente no interior do seu território tradicional, buscando aldeias guaranis no Paraguai, Argentina, Rio das Cobras, dentre outras, certos de que podem retornar quando bem lhes aprouver (2002, p. 198).

Como é relatado pela autora, nesse processo muitos índios se estabelecem em novos espaços, porém os laços parentescos Guarani nunca se dissolveram. Assim, ao longo do tempo, muitas famílias acabam retornando à Aldeia onde hoje se encontram os Avá-Guarani em Ocoí, tendo em vista sua identidade cultural. Isso acontece independentemente da

imposição de fronteiras e da delimitação de espaços configurados pelo *estado-nação* (RIBEIRO, 2002). Em relação às fronteiras dos Estados nacionais, a passagem dos indígenas de uma fronteira a outra ainda causa muita reação da sociedade não-indígena, que não entende que uma das características desse povo é a mobilidade dentro de seus territórios.

No entanto, ao mesmo tempo em que há esta reação, ocorre a compra de terras no Paraguai por brasileiros, principalmente para o cultivo de soja. A prática tem levado aos povos que vivem do outro lado da fronteira os mesmos problemas enfrentados aqui. Tendo em vista que a moeda brasileira é valorizada em relação à moeda paraguaia, fazendeiros brasileiros têm investido em terras do outro lado da fronteira, e estas terras são, exatamente, os locais onde ainda havia espaço para os Guarani viverem no Paraguai.

Nesse contexto, a Itaipu constitui-se como um problema para a Argentina, Brasil e Paraguai, tendo em vista que os três países possuem comunidades prejudicadas com sua implantação. A população indígena, por exemplo, é afetada direta e indiretamente, uma vez que a pesca, a medicina, as terras, de que dependem, são destruídas. O princípio que rege a divisão da terra nestes países: o da propriedade privada choca-se com a visão de mundo do povo Avá-Guarani e com a da maioria dos indígenas da região da tríplice fronteira, cuja concepção é de que a terra foi criada para o uso coletivo de todos os seres que nela vivem.

A leitura de Mura (2004) indica uma compreensão das novas condições, uma vez que os indígenas estabelecem regras de relações que são características da vida política comunitária e intercomunicaria. O autor chama a atenção para estas reações que espelham as exigências da morfologia social do grupo em situações em que existe uma continuidade territorial e ecológica que não impõe aos indígenas barreiras indevassáveis obrigando-os a estar em espaços reduzidos e com fronteiras delineadas (MURA, 2004, p. 119).

Situações desta natureza, nada mais são do que o resultado da tentativa de *territorializar* os índios constringendo-os a espaços limitados e com fronteiras fixas. Neste sentido, a *territorialização* seria “uma intervenção da esfera política que associa (de forma prescritiva e insofismável) um território bem determinado a um conjunto de indivíduos e grupos sociais” (MURA, 1998, p. 56). De acordo com Mura, estas imposições, por parte dos Estados Nacionais, de regras de acesso e posse territorial são alheias às características da territorialidade dos índios e por isso “tem significativas conseqüências na organização das comunidades indígenas, especificamente, nas suas elaborações culturais e no gerenciamento das políticas de relacionamento interétnico” (MURA, 2004, p. 123).

João Pacheco de Oliveira (1998) argumenta que a atribuição a uma sociedade com uma base territorial fixa se constitui em um ponto-chave para a apreensão das mudanças passadas por ela, isso afeta profundamente o funcionamento das suas instituições e a significação de suas manifestações culturais. Nesse sentido, a noção de *territorialização* é definida como um *processo de reorganização social* que implica a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora, a constituição de mecanismos políticos especializados, a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais, a reelaboração da cultura e da relação com o passado.

Tal formulação acrescenta-se à análise de Barth (1998) sobre os grupos étnicos e suas fronteiras que definem um grupo étnico como um tipo organizacional, em que uma sociedade se utilizava de diferenças culturais para fabricar e refabricar sua individualidade diante de outras com que estava em um processo de interação social permanente. Portanto, seria um equívoco pretender reportar-se a uma condição de isolamento (localizada no passado) para vir a explicar os elementos definidores de um grupo étnico, cujos limites seriam construídos e, sempre situacionalmente, pelos próprios membros daquela sociedade. Isso leva o autor a propor o deslocamento do foco de atenção das culturas (enquanto isolados) para os processos identitários que devem ser estudados em contextos precisos e percebidos também como atos políticos.

Esta discussão nos remete às notícias relacionadas ao aumento da população indígena abordadas através da imprensa, que ao trazer estas informações não especifica detalhes culturais que envolvem este fato. As circunstâncias são postas como simples dados estatísticos, como algo que vem agravar “os problemas” da aldeia.

O jornal *Nova Integração*, editado na cidade de Toledo, ao publicar que “cresce população indígena em São Miguel do Iguazu” (mar 2003, p. 3) trabalha uma perspectiva corriqueira. O assunto é relatado como se fosse apenas um índice do censo populacional e em sucintas palavras discorre sobre o fato, sem abarcar pormenores.

Como característica cultural inerente ao grupo, é comum e freqüente a imigração e emigração de índios entre uma aldeia e outra (MELIÁ, 1987), tendo em vista principalmente o reconhecimento de parentesco do grupo. O grau de parentesco não está relacionado necessariamente com a consangüinidade. A parentela é reconhecida através do vínculo com o líder de uma comunidade, passando assim a ser reconhecido e aceito pelo grupo. Ou seja, os Guarani compreendem-se enquanto parentes independente das divisões estabelecidas pelo

não-índio, mantendo assim características de sua identidade. Como sublinha Manuela Cunha, “cada grupo étnico têm mecanismos de adoção ou de exclusão de um indivíduo no grupo étnico, esta depende de sua aceitação pelo grupo, o que, evidentemente, supõe sua disposição em seguir seus valores e traços culturais” (1987, p. 118).

Existe um reconhecimento étnico assegurando a unidade efetiva do grupo dentro de seus hábitos culturais. Embora, muitas vezes, justamente por essa resistência étnica é que os Avá-Guarani não são compreendidos pelos não-índios. Sobre isso, Cunha reflete que cada grupo étnico exibirá traços culturais diferentes, adaptando-se às condições naturais e às oportunidades sociais que provêm da interação com outros grupos. Isso é feito sem, no entanto, perder com isso sua identidade própria (1987, p. 116). Assim, percebe-se que os traços culturais poderão variar no tempo e no espaço como de fato variam sem que isso afete a identidade étnica. A especificidade étnica da organização social dos Avá-Guarani é uma característica resignificada ao longo do tempo pelos membros do grupo.

Como afirmou, em relato, à revista *Oeste* – da cidade de Cascavel - o Cacique Pedro Alvez da Reserva do Ocoí, “a população da aldeia é bastante flutuante, com característica nômade” (*Oeste*, set/1990, p. 22). Verifica-se nesta fala uma tentativa de esclarecer essa característica comum a eles. Ou seja, muitos destes índios se deslocam freqüentemente entre tribos aparentadas que estão em regiões circunvizinhos, seja no Paraguai, na Argentina ou em outras regiões do interior do Paraná.

A partir das reflexões de Barth (1998) sobre etnicidade e fronteira, compreende-se que as diferenças culturais podem permanecer apesar do contato inter-étnico e da interdependência dos grupos. A manutenção da fronteira étnica está relacionada à identidade étnica e conforme as culturas, não se destroem, mas se transformam. Barth critica a idéia de grupo étnico “fechado”, uma vez que pensar dessa forma é naturalizar o isolamento étnico de uma etnia para com a outra.

No que se refere ao deslocamento espacial, com base nos estudos sobre os Avá-Guarani, Sarah Ribeiro (2002) indica que essa característica sempre foi a grande estratégia deste grupo para manter a união entre si, além da superação de conflitos e tensões internas. O ir de uma residência a outra, de um lugar a outro, é uma instituição motivada culturalmente, cujos reflexos estão presentes na cosmologia dos Avá. Os indígenas se comunicam e mantém a circulação de pessoas, seguindo a lógica do [o]guata (andança). O fenômeno do [o]guatá tem em vista, historicamente, a busca de outro lugar para construir novas aldeias, isso ocorria

sempre que determinadas condições tornavam indesejáveis a permanência naquele local, tais como, desentendimentos internos, práticas de feitiço, excesso de doenças, desgaste da terra, esgotamento dos recursos naturais e, portanto, das condições de subsistência (RIBEIRO, 2002, p. 118).

A tomada das terras tradicionais dos Avá-Guarani, pela imposição seja das frentes de ocupação, seja pela Itaipu, provocou a essa população transformações no seu sistema social. Ou seja. Se adaptaram às condições e às oportunidades sociais resultantes dessa interação. Observa-se que isso é resultado da imposição de novas formas de produção econômica, da perda do território, de alterações nos padrões demográficos e de tantos outros. Isso resultou na interação necessária e compulsória com as populações não-índias.

Neste caso, a interação obedece a códigos, que geralmente fazem com que o grupo mantenha elementos que distingam sua identidade da dos demais. Desta forma, existe uma relação simbiótica entre os grupos, os quais criam normas sobre elementos culturais que irão colocar em interação e definem aquilo que irão interagir (BARTH, 1998). Os diferentes grupos étnicos mantêm, por sua vez, traços de distinção frente aos demais, padronizando a interação com os outros grupos e, assim, estabelecem as fronteiras. A partir disso, as delimitações que são postas e entendidas para afirmar uma sociedade se estabelecem nesse âmbito por meio de marcos representativos com espaços culturais, espaços econômicos, espaços físicos. A delimitação dos espaços físicos estabelecidos pelo estado, teria, portanto, o intuito de formação de identidades específicas para cada espaço delimitado.

Ligada à cultura, a identidade faz parte de um processo; é uma constante em valores, concepções, organização; é consequência da transformação social. Com as leituras de Oliveira Filho (1998), entende-se que o sujeito é um efeito de composição, sendo, portanto, um complexo de resignificações em que este – o indivíduo – adquire uma identidade de acordo com as mudanças ocorridas no mundo que o cerca. Estas modificações se constroem a partir da interação/relação social, na lógica comunicacional dos indivíduos.

Para Manuela Cunha, a identidade étnica se estabelece através da diferença.

A cultura original de um grupo étnico, na diáspora ou em situação de intenso contato, [...] tende ao mesmo tempo a se acentuar, tornando-se mais visível, e a se simplificar e enrijecer, reduzindo-se a um número menor de traços que se tornam diacríticos.[...] a escolha de tipos de traços culturais que irão

garantir a distinção do grupo enquanto tal depende dos outros grupos em presença da sociedade em que se acham inseridos [...] Poderão ser a religião, [...] roupas características, línguas ou dialetos, ou muitas outras coisas (1986, pp. 99-103).

Apesar das dificuldades nessa trajetória de espoliação, preconceito e discriminação, os Avá-Guarani não deixaram de definir suas estratégias próprias. Uma dessas estratégias que eles usaram e, ainda, usam para sobreviver talvez seja a de dentro das ocasionalidades *esconder sua identidade*. Essa estratégia contribui para que eles alcancem, na sociedade dos não-índio, o que não conseguiriam de outra maneira.

1.5 Água, a Luz: a ameaça ao Tekohá

No início da década de 1980, os Guarani protagonizam um episódio que até hoje tem conseqüência em sua população. Com a construção da Hidrelétrica, os índios tiveram suas terras inundadas, tendo que se deslocar para uma reserva delimitada e estabelecida pela Empresa Itaipu.

O reassentamento dos Avá-Guarani na reserva onde se encontram atualmente não foi um processo simples, pois envolveu grandes impasses e a omissão por parte das políticas da Itaipu e também da FUNAI.

Em março de 1982, o jornal *Porantim*, escreve que:

Enquanto no Paraguai já está em processo bastante avançado o projeto de reassentamento dos índios Avá-Chiripá (Guarani), cujas terras originais serão inundadas pelo lago da hidrelétrica Itaipu Binacional, no Brasil os Avá-Guaraní, habitantes da barra do rio Ocoí, município de Foz do Iguaçu – PR – que também serão desalojados pelas águas, continuam esquecidos pelo governo (*Porantim*, mar. 1982, p. 16).

Em vista da negligência frente a essa circunstância, uma árdua luta se desencadeou por iniciativa deste povo, solicitando a viabilização de uma área maior, onde pudessem viver e conduzir com maior liberdade sua cultura e sociedade.

Os Avá-Guarani reivindicam incessantemente suas terras apropriadas para a construção do Lago da Itaipu (RIBEIRO, 2002). Vejamos, em nota do informativo “Visão”, evidências sobre a imposição da Itaipu, a resistência dos Avá-Guarani, paralelo à negligência da FUNAI.

Há anos uma solução vem sendo buscada, mas até o momento nada está definido. A última proposta partiu da direção da Itaipu Binacional e foi imediatamente aceita pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Os Guaranis deixariam seus 50 hectares no Ocoí, a 60 km de Foz do Iguaçu, e passariam a viver numa extensão de 20 hectares – nos municípios de São Miguel do Iguaçu e Santa Helena – e em mais 80 hectares situados numa faixa de domínio da hidroelétrica. A comunidade Guarani não aceitou a proposta alegando que as terras não são boas para o cultivo e, por ser uma área alheia, poderiam ser novamente removidos no momento em que a Itaipu Binacional assim o desejasse (*Visão*, 26 abr. 1982, p. 33).

Contudo, o território de ocupação atual foi aceito provisoriamente, em virtude da falta de alternativa oferecida pela Itaipu. Sarah Ribeiro, em sua pesquisa, sublinha que no relato do acordo da Itaipu Binacional consta o compromisso de tão logo comprar novas terras que completariam o restante aproximado do espaço que lhes foi tomado com a inundação (2002, p. 202).

Quando em 1982, os índios viram as águas avançar sobre suas terras e moradias iniciaram uma peregrinação junto aos órgãos públicos, reivindicando condições para que sua gente recebesse um lugar de extensão territorial tal qual a que lhes fora usurpado.

Vejamos na íntegra o que os índios relatam:

Em 1979 começou a nossa luta começamos a lutar, a lutar até conseguir o nosso direito. A nossa luta foi muito difícil. Fizeram propostas de terras para nós.

A primeira proposta foi de 10 alqueires, a segunda foi de 60 alqueires, a terceira foi de 80 alqueires. Nós não aceitamos nenhuma. A quarta e última proposta foi de 251 hectares. Mas nós também não aceitamos esta proposta.

A Itaipu entregou para nós uma escritura de 251 hectares, mas o mapa feito em 31 de julho de 1982 estava marcado só 231 hectares. este mapa nós descobrimos faz dois meses.

Nós não estamos de acordo com os 251 hectares, mas naquele tempo a Itaipu começou a nos apertar, dava medo a nós, deu prazo de três dias para sair. Nós não queríamos deixar a nossa terra de 1500 hectares por uma terra de 251.

Ai Itaipu começou a encher a água da represa e não teve mais jeito, nós tivemos que sair [...] (Abaixo Assinado dos Ñandeva ao Banco Mundial, 12 set. 1986).

Observa-se que, inúmeros são os inconvenientes apontados pelos Avá-Guarani, pois, além de ser considerada pequena, a área é inadequada por sua localização aglutinada entre o lago e os colonos ali residentes. Conforme o relato é possível considerar que a aceitação do grupo pela terra oferecida pela Itaipu está pautada, por um lado, pelas pressões por parte da Empresa Itaipu, apoiadas pelo Estado e, por outro, na falta de alternativa deste grupo indígena.

Cabe salientar que muitas informações sobre as reais transformações/consequências com a formação do reservatório do Lago de Itaipu na região foram ocultadas não só aos Avá-Guarani, mas também a toda população que ali habitava. Sobre essa questão, a pesquisa de Anadir Fochezatto revela que a negociação da Empresa Itaipu,

foi um processo injusto e excludente, pois favoreceu aqueles que já tinham recursos para produzir e prejudicou os pequenos proprietários que precisavam dessa ajuda. Ao mesmo tempo, a política energética, desencadeada pelo governo militar durante a década de 70, visava aproveitar o grande potencial hidrelétrico dos rios brasileiros, para o desenvolvimento do País. Principalmente, para favorecer as indústrias da região sudeste. Entretanto, nessa corrida desenvolvimentista, esqueceu-se o lado humano que fora involuntariamente envolvido (2003, p. 8).

Neste processo, os Guarani têm sua presença sistematicamente esquecida por conta dos segmentos da sociedade nacional circundante. Ou seja, existe nesse momento um forte tradicionalismo dos ítalo-germânicos, que omitem a presença do elemento nativo.

A idéia de construção da Usina se sobrepunha a todos os obstáculos, fossem eles relacionados ao homem ou à natureza, assumindo-se como a própria *civilização*. Em nome da modernização, vastas extensões agricultáveis, áreas de grandes florestas de território indígena Guarani foram usurpadas (LEONARDI, 1996).

A invasão do espaço destes índios não foi feita necessariamente mediante a violência física direta. Mas, sim, por todo um círculo de interesses avançando paulatinamente sobre as fronteiras do espaço dos indígenas.

A ordem e o progresso de um governo autoritário e de uma sociedade conduzida por uma visão modernista-desenvolvimentista transformaram as florestas e a vida dos povos indígenas que tinham naquele espaço uma relação cultural que não se aplica da mesma forma ao valor da terra, conforme é compreendida pelos não-indios. Isto, pois, o território é fator básico na organização deste grupo indígena, seja na produção e reprodução física, no material e também no simbólico. Tradicionalmente, não objetivam a acumulação, porém a sobrevivência do seu povo e de sua cultura depende da garantia de seus territórios (OLIVEIRA FILHO, 1998).

Salienta-se que é preciso compreender que durante o processo de colonização do Oeste do Paraná, associado à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, o território Guarani foi bruscamente tomado pela sociedade nacional, tendo em vista o projeto de modernização, com o qual os indígenas foram sistematicamente expulsos para áreas destinadas a abrigá-los. Ou melhor, foram constrangidos a espaços limitados e com fronteiras fixas, num viés de territorializá-los.

Conforme esclarece Sarah Ribeiro (2002), desde o seu aldeamento os Avá-Guarani passaram a ser vistos como um incômodo para a sociedade local. O índio é visualizado como indivíduo vagabundo, desocupado, preguiçoso. Características muitas vezes reforçadas pela imprensa regional que, por vezes, está ligada a grupos políticos e empresariais.

Jornais locais assumem um caráter elitista que determina e nutre um olhar tradicional e racista para com o indígena. A indiferença e a generalização são características comuns quando o noticiário faz menção ao “Índio de São Miguel” (*O Paraná*, 1996), ignorando todo seu contexto cultural e seus valores enquanto grupo indígena.

Conforme Barth (1998), os traços da identidade predominante hoje são resultantes da relação com o outro étnico, através da interação social. A identidade é, portanto, dinâmica, concretizando-se e assumindo características determinadas em função dos conflitos étnicos impostos pelo entorno regional.

Fredrik Barth (1998) é referência significativa quanto à análise de contatos entre diferentes grupos étnicos. Seus estudos permitem compreender a permanência da diferenciação étnica, apesar da interação ou proximidade física entre os grupos. Assim, compreendemos a etnicidade como situacional, ou seja, surge ou se manifesta em relação a

outros grupos e em determinadas situações onde seja necessário afirmar a identidade do grupo frente a outro.

O Avá-Guarani nunca desistiu da luta pela recuperação do seu território, além da sua insistência em manter-se na sua especificidade (RIBEIRO, 2002). Isso influencia a concepção de que a etnicidade não se manifesta no isolamento, faz parte de um processo, é uma constante em valores, concepções e organização. Essas características são, assim como relata Carlos Brandão (1986), uma consequência da transformação social. Barth (1998) compreende esse processo cultural como um complexo de resignificações em que se adquire uma identidade de acordo com as mudanças ocorridas no mundo onde o indivíduo está inserido. As modificações se constroem a partir da interação/relação social, na lógica comunicacional dos indivíduos.

A esse índio foi imposto a territorialização em reservas delimitadas, muitas vezes pequenas demais para uma convivência conforme suas necessidades. Neste processo, são submetidos aos fatores de ordem econômica e política existentes. Na aldeia de Santa Rosa do Ocoí, o Avá ao longo de mais de duas décadas vem sofrendo as mais variadas formas de pressão e discriminação por parte do não-índio. As mudanças em relação aos seus antigos modos alteraram a economia tradicional, baseada na agricultura, na coleta, na caça e na pesca, inviabilizadas pelo confinamento.

Outro fator que também altera o sistema de vida dos Avá-Guarani, devido ao pouco espaço disponível, é o aumento das famílias. Dessa forma, um número cada vez maior de famílias encontra o ecossistema das reservas completamente alterado, provocando o esgotamento de recursos naturais importantes para a qualidade de vida numa aldeia Guarani.

Porém, hoje no que diz respeito à realidade dos Avá-Guarani, eles buscam suprir suas necessidades transformam-se em mão-de-obra barata e passam a viver em estado de dependência. A falta de condições de subsistência dentro da reserva, aos poucos, obrigou os índios, principalmente, os mais jovens, a buscarem alternativas na agricultura local.

Como consequência do assalariamento compulsório, a ausência prolongada dos pais de família e dos jovens gera rupturas dentro da estrutura familiar tradicional e da sociedade como um todo, pois a família é a unidade básica da sociedade Guarani em que articulam questões importantes no campo da economia, da política e da religião (ROSSATO, 2002, p. 13).

Independente dos traços culturais, a situação dos índios, na sua maioria, é de severa dificuldade, considerando que a área demarcada pela empresa Binacional Itaipu não comporta o número de famílias que hoje residem ali. O espaço reservado para o plantio de roças e/ou auto-suficiência é muito pequeno e as dificuldades se agravam diante do descaso das políticas indigenistas. Políticas que, frente aos problemas desencadeados na aldeia, aplicam medidas paliativas. A seguir, em um informativo, a Itaipu aponta as medidas que a empresa toma para solucionar os problemas dos Ava-Guarani:

Enquanto não é possível resolver o principal sonho da comunidade indígena Avá-Guarani do Ocoí - uma área de terras maior -, a Binacional Itaipu, em conjunto com a Funai, o governo do Estado e a Prefeitura de São Miguel do Iguaçu estão implementando ações para solucionar os problemas emergenciais da reserva (Informativo da Itaipu, abr. 1995).

O artigo descreve medidas de eficácia apenas momentâneas. Essas medidas somente entretém e prolongam um desejo ou uma esperança. De modo que a questão territorial fica novamente em segundo plano, enfatizando e atribuindo características de grande diligência às práticas governamentais. Percebe-se que as referidas ações apresentam-se como idealizadoras diante dos problemas existentes na Reserva Indígena.

As iniciativas dos Avá-Guarani em relação à política que se desenvolvia frente ao seu problema foram praticamente ocultas às pessoas e pouco frisadas pelos meios de comunicação. Esses movimentos indígenas revelam a importância de acentuar seus traços identitários, marcando sua diferença perante a sociedade não índia. A persistência indígena garante os recursos (mesmo que paliativos) para sua sobrevivência, principalmente, a terra, além de *benefícios* em geral (saúde, estudo, alimentação, aposentadoria, recursos para agricultura e outros projetos econômicos). É o que Cunha (1986, p. 103) identifica como adequação da identidade étnica como autoconsciência de grupos.

1.6 Sobre a Questão Cultural

Tendo em vista as menções que a imprensa local faz acerca da questão indígena da região, é possível observar que essas menções, muitas vezes, disfarçam a realidade por meio de textos idealistas, que reproduzem uma idéia distorcida da situação indígena. Dizer, por exemplo, que a “Funai no Paraná desenvolve um ótimo trabalho” (*O Paraná*, 07 jan. 1998) é apenas uma forma utópica de ocultar os problemas em questão, através da informação jornalística.

Ao longo desta reflexão abordamos o termo *cultura indígena* que e, embora seja impossível desconhecer as etnografias que, por procedimentos convencionais freqüentemente idealizam as culturas nativas, este assunto carece de uma reflexão sendo preciso articular elementos de investigação. João Pacheco de Oliveira (1999) e Fredrik Barth (1998), no que tange à discussão sobre a cultura indígena, são referências para a compreensão do assunto.

Cabe considerar que o conceito de cultura é bastante vasto, insere-se na discussão sobre mudanças socioculturais dissociando-se da expressão *aculturação*. É valho compreender tal processo como uma constante em que valores, concepções, organizações são conseqüências de um processo de transformação social.

Conforme sublinham Geertz (1973) e Sahlins (1990), compreendemos que a cultura pode ser entendida como uma questão dinâmica, constante, sincrética e nunca como estática ou homogênea, existe, portanto, um processo de modificação. Assim, ela é constantemente re-significada dentro do contexto de transformações que as comunidades modernas proporcionam. Dessa forma, torna-se indevido denominar cultura como uma questão auto-contida ou delegá-la a partir de características gerais como coloração ou linguagem.

A manutenção de uma concepção naturalista de cultura, como a que a imprensa faz ao tratar da questão indígena, significa sustentar a representação do senso comum sobre os índios, “formando um complexo ideológico de difícil desmontagem” (OLIVEIRA FILHO, 1999, p.15). Verifica-se que na sociedade é perpetuada uma representação do índio como inferiorizado, atrasado, enfim como um problema social; dessa maneira constitui-se uma imagem sertanista desse índio. Ou como enfatiza Oliveira, produz/reproduz-se uma *política indigenista*, que de certo modo além de influenciar as pessoas, também influenciam os mecanismos da imprensa, tornando a questão indígena corriqueira e apaziguada.

A reflexão de Oliveira está voltada ao entendimento das imagens criadas em torno das culturas nativas deturpadas diante da ação do estado, da imprensa e da história oficial que ora idealizam, ora banalizam tais povos. Ao mesmo tempo, estes elementos atuam como principais formadores de opiniões e de concepções ideológicas. As representações criadas a partir de uma percepção maniqueísta trazem imbricada a suposição de primitividade. Estas características podem gerar a possibilidade de instituir-se uma polaridade entre as culturas indígenas (quase) intocadas (seriam as autênticas) e aquelas afetadas por processos de aculturação (seriam inautênticas), pois tiveram elementos exógenos e espúrios (OLIVEIRA FILHO, 1999, p. 115).

Tais concepções são herdeiras de uma sociedade tradicional, que desenvolve um preconceito diante das inquietações e reivindicações dos indígenas pelo seu espaço. Com isso, os Avá-Guarani se tornam um incômodo e essa característica é reforçada pela imprensa, que trata a questão indígena de modo genérico e superficial. O que colabora para o empobrecimento da interpretação da complexidade histórica ao reduzir a participação desses sujeitos indígenas no processo histórico e no contexto social.

Tratar o Avá-Guarani como um mero testemunho do passado e/ou como uma antiguidade digna de esquecimento é um grande equívoco. Nesse sentido, João Pacheco de Oliveira aponta que agir dessa forma é desconhecer a experiência primária de vida rural encontrada em grande parte até nos peões de indústrias de ponta. Também significa ignorar os eixos de identificação que os trabalhadores rurais sem-terra (posseiros) e os pequenos produtores autônomos criaram com os índios; o que resultou em reforços na luta pela terra. Seria, ainda, desconhecer que importantes movimentos urbanos combatem as seqüelas atuais do racismo, lutando contra as múltiplas formas de discriminação do negro e de outras populações marginalizadas. Corresponderia, também, esquecer a relevância da experiência indígena para as campanhas e mobilizações empreendidas pelos ambientalistas. Mesmo diante de uma atuação pontual na sociedade, o que se percebe é uma forma repressiva ao se referir ao índio na chamada cultura erudita ou no senso comum, uma vez que nessa cultura, ele aparece como *os primeiros brasileiros e os originários donos desta terra*.

A formação do mito fundador do povo brasileiro, sustentado na miscigenação *harmônica* constituída a partir da fusão das três raças (branco, índio e negro), pretende justificar a inexistência do racismo e a impossibilidade de prosperar o preconceito racial. Isto é mais evidente quando se identifica o índio, por exemplo, como "o primeiro brasileiro", que

diferentemente do negro africano não foi tão claramente visualizado como força de trabalho e marcado pelo estigma da escravidão (SCHWARCZ, 1993).

O antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira aponta que enquanto as populações que convivem diretamente com os índios, muitas vezes, o vêem com extremo preconceito, a população urbana o imagina de maneira simpática, mas como algo muito remoto; assim, é comum que os próprios índios, em certas circunstâncias, falem de dois tipos de brancos, identificando uma parte como "bons" (isto é, que os tratam bem), porém estes são justamente aqueles que moram mais distantes (OLIVEIRA, 2000).

Isto parece bastante lógico: as populações rurais que convivem com os índios freqüentemente estão dominadas política e ideologicamente por uma elite municipal, a qual tem fortes interesses econômicos que colidem com os índios, pretendendo apossar-se de suas terras e dos recursos ambientais (madeira, minério, peixes, caça etc.), o que alimenta uma postura racista. Estereótipos como os de "preguiçosos", "ladrões" e "traíçoeiros", correspondem à acusações não comprovadas, mas que, de tanto repetidas, parecem juízos naturais. O inconveniente é perceber, ainda, que estas formas estereotipadas são usadas como evidências que permitem justificar as medidas contra os índios e até mesmo ações genocidas (OLIVEIRA, 2000).

Já a população urbana pensa o índio a partir do conjunto de idéias acima referido que trata sobre a origem multirracial da nação brasileira. É nesse caudal de imagens e crenças completamente absorvidas pelo senso comum, que navegam os comentários de João Pacheco de Oliveira, acima citado.

Em especial no que concerne aos índios, contam-se nos dedos os pensadores que preconizam soluções explicitamente racistas para o país. Mas não é preciso elaborar uma doutrina discriminatória ou segregacionista para colocar em prática juízos ou atitudes que, na realidade, implicam em deixar ao índio (e mais ainda ao negro) apenas a alternativa de ocupar um lugar altamente secundário na construção da nação brasileira.

Nessa investigação sobre a influência do discurso da imprensa escrita acerca dos Avá-Guarani, atenta-se para as representações desse índio, que aparece como um *singelo fio* em meio a um *mar* de informações, de cunho prioritário para a imprensa. Tal colocação ganha sustento nas palavras da jornalista e escritora Priscila Siqueira ao sublinhar que, o que se percebe na cobertura feita pela Imprensa Nacional sobre os assuntos indígenas é um grande

conflito entre as causas humanistas (às quais quase a totalidade dos jornalistas é sensível) e os interesses econômicos da imprensa de informação (2000, p. 227).

Deste modo, facetas elementares não só da história, mas também do cotidiano atual dos Avá-Guarani e de outros povos indígenas, são ocultadas ou deturpadas quando abordadas pelas páginas jornalísticas.

Com raras exceções, os diversos grupos indígenas existentes no país são reduzidos à figura do *índio genérico*. Isso se revela, por exemplo, quando o assunto é o desembarque dos europeus no Brasil, pois se observa a persistência de uma ideologia idealizadora ao apresentar, de um lado, os "brancos" europeus e/ou colonizadores e, de outro, os "índios", ora descritos como dóceis, "bons selvagens", ora descritos como selvagens arredios.

Estas concepções fazem parte do que Da Matta (1987) chamou de "Fábula das três raças", que se trata de um modo explicativo sobre a formação do povo brasileiro que se tornou a ideologia mais difundida entre os diversos segmentos da sociedade brasileira, presente tanto no conhecimento denominado "senso comum", como, também, no conhecimento concebido como "científico". Segundo essa "fábula", a formação do povo brasileiro deve ser simbolicamente apresentada, em um primeiro momento, por um triângulo em que se articulam, hierarquicamente, três raças – o branco, o negro e o índio. Em seguida, apresentam-se mais três elementos – o mulato, o mameluco e o cafuzo – resultantes da mestiçagem das raças. Esse modo de explicação permite manter a unidade da sociedade, embora ela seja hierarquicamente constituída, como é o caso do Brasil.

No imaginário social brasileiro, ainda prevalece a dualidade genérica "nativos" *versus* "os de fora" ("os selvagens" *versus* "os civilizados"). Isso ocorre mesmo diante da existência de uma literatura mais crítica sobre o processo colonizador. Essa literatura é capaz de revelar os diferentes modos de relações interétnicas entre índios e brancos e, também, de rever os "lugares" ocupados pelos diversos sujeitos envolvidos no fato histórico. As leituras e as críticas mostram que é preciso identificar os grupos étnicos indígenas de que estamos falando. E também, apontar a situação de contato que estamos tratando, tendo em vista que, ao generalizar a condição dos diferentes grupos indígenas, estaremos empobrecendo a complexidade histórica e reduzindo a participação dos sujeitos no processo histórico.

CAPÍTULO II - ÁGUA, LUZ, DESENVOLVIMENTO E DESTRUÇÃO

No Oeste do Paraná, em meados de 1970, inicia-se a construção da barragem da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional, considerada um grande empreendimento político/econômico, justificado como fundamental para o desenvolvimento energético do país. Porém, essa construção gerou enorme descontentamento naqueles que foram atingidos pelo processo indenizatório: nos Avá-Guarani como, também, nos agricultores que perderam suas terras, pois estas foram inundadas pelo reservatório que move as turbinas da hidrelétrica.

A Binacional surge a partir de uma série de acordos cooperativos entre o Brasil e o Paraguai, com vistas ao aproveitamento do grande potencial hidráulico disponibilizado no rio Paraná, que se trata do limite fronteiro entre os dois países. Um acordo firmado entre Brasil e Paraguai, em 22 de junho de 1966, resulta na assinatura da “Ata de Iguazu”. Essa ata estabelece que a energia elétrica, eventualmente, produzida seria dividida em partes iguais entre os dois países. Sendo reconhecido a cada um deles o direito de preferência para a aquisição desta mesma energia a igual preço, que será oportunamente fixada por especialistas dos dois países, de qualquer quantidade que não venha a ser utilizada para o suprimento das necessidades de consumo do outro país (DOC. ADESG I, 2005. p 7).

No ano seguinte, os governos brasileiro e paraguaio, em 12 de fevereiro de 1967, instituíram a Comissão Mista Técnica Brasileiro – Paraguaia, para a implementação dessa “Ata do Iguazu”. Isso ocorre com a finalidade de atender a parte relativa ao estudo sobre o aproveitamento dos recursos hídricos do trecho do Rio Paraná que seria inundado. Consecutivamente, vários outros acordos foram estabelecidos. Em 10 de abril de 1970, foi firmado o “Convênio de Cooperação” entre a Comissão Mista, as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, do Brasil e a Administración Nacional de Eletricidade (ANDE) do Paraguai. Esse convênio apresenta as condições para a realização do estudo da avaliação das possibilidades técnicas e econômicas do projeto. Os resultados deste relatório foram apresentados em janeiro de 1973, pela Associação dos Diplomatas da Escola Superior de Guerra (ADESG), no I Ciclo de Estudos Sobre Segurança e Desenvolvimento.

Destaca-se que a ADESG era composta, em sua maioria, por membros do exército e tinha como objetivo avaliar as conjunturas nacionais e internacionais orientadas por conceitos básicos e princípios que, fundamentam e condicionam estudos que são as bases da Doutrina de Segurança Nacional (DOC ADESG I, 2005). Observa-se que esta teve grande influência

nos trâmites que envolviam Paraguai e Brasil, na consecutiva divisão de benefícios hidráulicos e na manutenção do poderio na fronteira que, com a implantação da Itaipu e a formação do lago no Rio Paraná, se estabeleceu.

Em 26 de abril de 1973, é assinado o tratado para o aproveitamento dos recursos hidráulicos do Rio Paraná, necessário para o consecutivo aval para a implantação da Itaipu Binacional. Em 17 de maio de 1974, acontece a constituição do Conselho de Administração e a escolha da Diretoria Executiva da Itaipu, que formaliza o início da construção das obras “daquela que virá ser a maior hidrelétrica do mundo” (*Mosaicos*, 1995, p. 65). Todos os trâmites de negociação tiveram o apoio e o envolvimento político dos presidentes Emílio Garras Médici, do Brasil, e Alfredo Stroessner, do Paraguai.

Para o Brasil, a implantação do projeto Itaipu Binacional representa uma das grandes realizações do período pós-64, localizando-se no quadro do modelo desenvolvimentista da ditadura militar. Esse modelo desenvolveu uma política econômica que atrelava os interesses do país, junto ao capitalismo internacional, com o objetivo de garantir as condições para a modernização. A base para a realização de tal efeito sustentava-se nos elementos de *desenvolvimento*, *de integração* e *de segurança nacional*, sempre presentes nos discursos dos dirigentes da época. O objetivo desse projeto era apressar o desenvolvimento, ainda, que isso implicasse em ampliar o setor estatal com empresas de base, com subsídios à exportação, à energia e aos transportes.

A proposta governamental está ligada a uma extrema preocupação com o desenvolvimento do país, que se traduzia em uma rápida industrialização como, também, no crescimento urbano e no consumo maciço da tecnologia dos países industrializados. A política interna prezava uma concepção desenvolvimentista/inovadora, com o objetivo de gozar da prosperidade e hegemonia. Como pontua Elaine Rocha (1995, p. 72), a intenção, neste momento, era de deixar para trás qualquer coisa que significasse atraso, ainda, que isso implicasse em sacrificar a vida de grupos sociais. Conforme aconteceu com os Avá-Guarani e os agricultores a partir da formação da barragem para o aproveitamento hidráulico das águas do Rio Paraná.

Neste contexto, instalou-se uma atmosfera de extremo otimismo relacionado à grandiosidade do Brasil, que se apresentava na gana transmitida pela propaganda oficial e que também se relacionava à economia brasileira. A construção da Itaipu foi o sinônimo dessa publicidade, que teve grande repercussão na imprensa nacional e regional.

No Oeste paranaense, a revista *Mosaicos*, lançada pela mesma equipe do jornal *O Mensageiro* no ano de 1975, em Medianeira, apresenta em sua primeira edição uma espécie de relatório histórico acerca das negociações e das perspectivas da Itaipu. Traz como nota de abertura o título “Itaipu, a hidrelétrica do século” (*Mosaicos*, capa). No texto são relatados minuciosos detalhes a partir de cópias de documentos de cada acordo firmado até então entre os dois países, precedendo a construção da Usina Hidrelétrica Binacional. A revista elucida, por meio da veiculação de seu conteúdo, o total apoio à implantação da Itaipu.

Neste sentido, observa-se que o jornal, enquanto empresa inserida numa sociedade capitalista, numa disputa constante com outras publicações pela conquista dos leitores, lança mão de um conjunto de procedimentos que promovem um corte arbitrário no fluxo do mundo cotidiano, oferecendo uma fatia de realidade aos leitores. Dessa forma, se justifica a seleção dos acontecimentos considerados interessantes, significativos e relevantes e que merecem ser transformados em notícias.

Na maioria das vezes, essas escolhas ou as próprias pessoas que as selecionam já estão imbuídas de uma ideologia constituída por aqueles grupos que detêm o controle da imprensa jornalística. Porém, o que é selecionado para ser publicado nem sempre é o mais importante ou o mais interessante, mas, sim, o que realmente interessa à empresa jornalística naquele momento. De acordo com Bernardo Kucinski (1998), essa suposta neutralidade ou imparcialidade leva a uma pseudo credibilidade ou mesmo a uma credibilidade verdadeira, porém ingênua, por parte do leitor, que não se dá conta do que realmente está envolvido no jogo ideológico de transmissão da notícia.

As notícias enaltecidas relacionadas ao desenvolvimento econômico, lançadas pela imprensa, muitas vezes, estavam sujeitas aos critérios determinados pela política nacionalista, que pregava o desenvolvimento da nação. Kucinski (1991) sublinha que a imprensa foi um recurso para sustentar essas metas políticas, pois o rigor da censura que se vivia à época limitou muitas ações públicas e particulares. Na década de 1970, o discurso do nacionalismo era muito presente nas diversas instâncias sociais, seja nas ruas, no rádio, na televisão ou nos programas educacionais, isso ocorria para que se fortalecesse o engrandecimento do país.

A idéia de nação será fundamental em todas as variadas formas assumidas pela ideologia dos grupos dirigentes. Conforme aponta Marilena Chauí, esse nacionalismo constitui-se a partir de:

uma prática política e social, um conjunto de ações e reações postas pelas falas e pelas práticas sociais, políticas e culturais para quais ela serve de referência empírica (o território), imaginária (a comunidade cultural e a unidade política por meio do Estado) e simbólica (o campo de significações culturais constituídas pelas lutas e criações social-históricas) (1983. p. 113).

Mas para a construção da idéia de nação lançada pela República brasileira, precisou-se ocultar que a grande parte dos habitantes era excluída da participação e dos direitos políticos. Também foi necessário obscurecer a existência de uma diversidade étnica e cultural, pois esta se apresentou por muito tempo como sério problema político.

Dessa forma, pode-se demonstrar como um dos exemplos desse nacionalismo o fato de a Itaipu veicular, através dos meios de comunicação, uma intensa propaganda para relatar suas características positivas. A partir disso procura-se enfatizar que sua construção seria importante, pois traria progresso ao país. Para atender à demanda dos seus ideais, esta financiou seus próprios informativos, entre eles, o *Jornal da Itaipu* e *Mega News - Informativo da Itaipu*. Esses informativos se tornaram um canal de escoamento para as manifestações da Hidrelétrica, que veiculavam representações e discursos favoráveis aos seus ideais. Tendo em vista que a empresa custeava esses informativos, eles tinham a função de difundir sua ideologia, ou seja, tornaram-se um meio exclusivo para expressar, diante das diversas situações, boas ou ruins, as qualidades positivas da Itaipu. Assim, a editoração sempre propendia em sua defesa.

Paralelo a sua implantação, começaram a emergir as discussões voltadas principalmente à desapropriação dos ribeirinhos, pessoas que moravam nas regiões que seriam alagadas. Embora o assunto fosse algo bastante complexo e que só seria resolvido anos depois e/ou mesmo décadas depois - como no caso das terras indígenas -, a Itaipu usava dos seus informativos para trabalhar em prol dos interesses que lhe convinham.

Vejamos, por exemplo, um trecho do *Jornal da Itaipu* que mostra como o assunto das desapropriações foi abordado: “Itaipu alerta aos proprietários das áreas alagadas, através de um fornecimento de subsídios capazes de *solucionar* os problemas que podem advir com sua obra”. Complementa ainda em que “eles e muitos outros (referindo-se a agricultores e indígenas) da região ribeirinha do rio Paraná, entre Guairá e Foz do Iguaçu, receberão a justa indenização pelas terras que serão futuramente alagadas e por todas as benfeitorias existentes”

(*Jornal da Itaipu*, 1974 s/d). Todavia, o discurso elaborado pela imprensa jornalística não condiz com a realidade, uma vez que no momento de pôr em prática as supostas propostas veiculadas, os agricultores, os comerciantes e os povos indígenas são lesados com inverídicas promessas de indenização. Conforme reforça Anadir Fochezatto (2003), que estudou recentemente os conflitos de terra no Oeste paranaense, neste processo, alguns grupos ficam à mercê da tal *solução* apontada pela Itaipu por meio de sua imprensa.

A expropriação da terra e o conseqüente deslocamento para áreas impróprias constituem um rompimento nas práticas sociais dos grupos. De acordo com Fochezatto (2003), nos projetos da Itaipu, sustentados pelo governo federal, não havia uma preocupação com as particularidades da população local. Ao contrário, a preocupação era representar a modernização e o progresso e, com isso, cria-se uma notável roupagem para Itaipu. O Governo não desencadeou ações no sentido de informar e/ou apoiar as famílias atingidas. E no caso dos indígenas, esta política parecia ser ainda mais lenta, pois a construção da barragem teve início quando ainda as terras indígenas não haviam sido demarcadas.

Nesse sentido, Fochezatto acrescenta que, possivelmente, para o poder público quanto mais desinformada estivesse a população, mais fácil seria a sua manipulação. A veiculação de uma propaganda ideológica e o acesso restrito à informação deixou os atingidos à margem do processo de construção da usina e de suas conseqüências junto às questões territoriais. Por outro lado, essa situação mobilizou algumas instituições não governamentais, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que reagiram prontamente contra as injustiças que estavam sendo cometidas, dando total apoio aos atingidos. Dessa forma, passaram a atuar junto aos Avá-Guarani para que estes se organizassem. A partir daí, principiava-se uma longa batalha, que resultou na reivindicação de negociações mais justas para com seus direitos.

Diante da omissão da FUNAI e por temer maiores danos, os missionários do CIMI passaram a acompanhar sistematicamente a situação desta comunidade indígena com o apoio de representantes da Comissão Pro-Índio. Assim, puderam denunciar a arbitrariedade realizada pela FUNAI ao fazer as transferências daquelas famílias. Dessa maneira, a situação se agrava, o que gera um emaranhado de fatos que interagem e interferem no universo da população atingida.

Para as pessoas que se encontram fora do embate, talvez, é fácil encontrar justificativas para a idéia de progresso e da modernização. Mas, para aqueles que se

encontram no dilema de se submeter ao governo e ao mesmo tempo abrir mão de suas moradias, a condição era de desespero e tristeza. Foi um processo injusto e excludente, pois favoreceu aqueles que já tinham recursos e prejudicou os pequenos grupos que precisavam de ajuda.

A política energética, desencadeada pelo governo militar durante a década de 1970, visava aproveitar o grande potencial hidrelétrico dos rios brasileiros para o desenvolvimento do país. Entretanto, nessa corrida desenvolvimentista, desconsiderou-se o lado humano que foi involuntariamente envolvido. Na visão governamental, os Avá-Guarani constituíam um obstáculo à implantação da *maior hidrelétrica do mundo*, especialmente, no que se referia à questões fundiárias.

2.1 A Luta Indígena Pela Terra

Ao pensar nas alternativas de vida construídas pelos Avá-Guarani no que diz respeito ao seu modo de organização social e política, nota-se uma problematização na estrutura fundiária concentradora, injusta, violenta e destruidora do meio ambiente. Permite, também, questionar a forma como se estabelecem as fronteiras nacionais, o modo como se constrói a segregação, a exclusão social e as violências que esse modelo implica.

A vida dos povos indígenas, com suas diferentes maneiras de pensar e de se organizar, é ao mesmo tempo denúncia e anúncio permanente de que é possível um novo tipo de sociedade em que a economia esteja baseada na reciprocidade e que a solidariedade seja um dos valores sociais mais importantes. Assim, a vida está acima da acumulação, acima do poder econômico e político a fim de construir uma sociedade acolhedora e solidária para todos num país plural.

Como visto acima, a luta dos Avá-Guarani não se constituiu de forma solitária, pois setores organizados da sociedade que se mobilizam pela defesa da vida e pela justa partilha da terra também acompanham o processo. Além desses setores, o Brasil segue com outras referências no que tange aos movimentos sociais de luta por direitos. Conforme os estudos sobre os movimentos sociais de Davi Shreiner (2002), dentre os diversos seguimentos reivindicatórios podem-se destacar os que congregam forças no campo, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, os Movimentos dos Atingidos por Barragens, o Movimento das Mulheres Agricultoras, o Movimento dos Pequenos Agricultores e a Via Campesina, que

congrega diferentes movimentos na busca por uma sociedade igualitária. Dessa forma, é possível afirmar que este conjunto de movimentos é protagonista de uma proposta estratégica e de uma ampla agenda de lutas pela reorganização do trabalho e da vida no campo, que tem como base o respeito aos direitos territoriais dos povos indígenas.

A resistência indígena pode ser considerada como fonte inspiradora das demais lutas, alimentando a dimensão do caráter sagrado da terra para a vida, para a cultura e para o futuro dos povos e das comunidades que nela habitam. Para Mura (2004), o vínculo existencial e espiritual com a terra que congrega os povos indígenas e os demais segmentos populares do campo brasileiro, pode ser base filosófica e política para propor uma reorganização do espaço territorial, tendo como centro a vida humana e a natureza na sua realidade indissolúvel.

Sobre a questão do valor histórico da cultura indígena no interior brasileiro, Victor Leonardi (1996) enfatiza duas grandes vertentes acerca da exploração do trabalho indígena e da invasão de suas terras. O autor explora um prodigioso painel sobre a luta pela existência fora das convenções coletivas e dos contratos sociais em áreas do território brasileiro onde a noção de cidadania praticamente não existe e os direitos humanos são desrespeitados regularmente. Modelo este muito bem conhecido pelos Avá-Guarani, uma vez que sempre lutaram por aquilo que entendiam ser deles.

A seguir, por meio de uma notícia do jornal *Gazeta do Povo*, avista-se a complicada situação territorial paralelo à resistência indígena no oeste paranaense no início da década de 1980:

Os índios Guaranis que estão vivendo entre os rios Jacutinga e Ocoí no Paraná protocolaram na última sexta-feira na Funai, em Brasília, um ofício recusando a oferta de terras no Município de Santa Helena. O local onde estes estão – cerca de 20 famílias – vai ser encoberto logo pelas águas de Itaipu e a Funai ofertou para mudança uma faixa de 80 hectares em área de segurança do lago, além de mais 20 hectares que faziam parte de uma antiga fazenda (*Gazeta do Povo* s/d).

No trecho acima, verifica-se que o jornal tece uma crítica sobre a *recusa* dos Avá-Guarani às terras que a eles foram *ofertadas* pela Itaipu por meio da FUNAI. O informativo explicita a quantidade das áreas que serviriam para ocupação destes indígenas, complementando que aquele espaço seria um lugar seguro, pois estaria situado dentro da faixa

de segurança do lago e, também, seria suficiente, uma vez que “além” dos 80 hectares teriam “ainda” mais 20 de uma antiga fazenda. Porém, o texto do jornal não revela os valores culturais e as particularidades do grupo em questão e nem demonstra importância ao conteúdo do *ofício* elaborado pelos indígenas, perpassando uma idéia negativa sobre a decisão do grupo.

Tais problemáticas podem ser melhor compreendidas quando se tem acesso a este documento elaborado pelos Avá-Guarani para ser encaminhado à FUNAI. Esse *ofício* nos aproxima da dimensão vivida por eles naquele instante.

O Guarani está falando que ele quer o mato. E o Guarani não vive no limpo, ele gosta o mato onde em bichinhos. Por isso nós quer o mato. Tem que arrumar o mato... Essa terra da Itaipu é boa para plantar, mas não dá para o Guarani, não tem mato, é pouca terra. Não precisa ser tudo mato, mas ao menos um pouco de mato tem que ter, mas pode ter um pouco de limpo....Mas o mato num pode ser só um pedacinho, porque depois acaba a lenha, não tem bichinho; e precisa o mato prá fazer a casa. Como vai fazer a casa? De capim não dá. Vai fazer a casa de terra? De terra não dá. Precisa procurar o mato onde passa o rio pra ter o peixe... Nesta terra da Itaipu vai morrer de frio, não tem lenha, não tem nada ali.... Essa terra de Santa Helena nós não vamos querer, nem outras terras desse jeito. Não gostamos de terra sem mato, e não pode ser pequena... não queremos sair sem outro lugar (<http://www.ced.ufsc.br>).

O texto de autoria dos Avá-Guarani explica as singularidades que justificam a tal *recusa* pelas terras ofertadas a eles. Mesmo sem o apoio dos órgãos governamentais e diante da negligencia do serviço local da FUNAI, os indígenas buscam uma negociação junto ao órgão máximo da FUNAI em Brasília, onde documentam suas reivindicações, apontando os seus argumentos que reprovam as terras oferecidas como alternativas para a *solução dos seus problemas*, conforme alegava a Itaipu. A fala dos representantes do grupo expressa sua perseverança contra o descaso e a falta de compreensão em relação aos seus modos culturais.

Essa reação dos índios Avá-Guarani em Brasília indica que neste momento, início da década de 1980, existem outros agravantes sofridos pelos povos indígenas em diferentes regiões do país. As áreas indígenas são muito disputadas por ocupantes invasores, tais como empresas mineradoras, madeireiras, indústria de celulose, fazendeiros, posseiros, grileiros e, também, para formação de lagos artificiais para hidrelétricas. Na Amazônia, no Acre, no

Paraná, no Mato Grosso do Sul e em diversos estados, diferentes povos indígenas vivem momentos de transtornos relacionados à demarcação de suas terras.

O antropólogo João Pacheco de Oliveira Filho em nota ao jornal *O Porantim* diz que,

é uma admirável marca de vontade e resistência que em quase quinhentos anos de extermínio, perseguições, escravismos e epidemias trazidas pelos brancos, os índios ainda mantenham em sua posse extensões significativas de seu antigo território. É, todavia, bastante óbvio que essas terras são objeto de cobiça por parte dos interesses privados. Seja por empresários rurais que lhes querem impor o mesmo modelo concentrador que caracteriza a estrutura agrária. Seja os que querem investir em terras (imobilizando o seu capital com fins especulativos) ou ainda dos que praticam diretamente a grilagem (cabendo notar que essas três possibilidades não se excluem de modo algum). O próprio Estado, solidamente comprometido com tais interesses, ou se omite face às agressões que praticam contra as terras dos índios, ou pensa em destiná-las à colonização pensando assim remediar os problemas de agricultores sem terra, produto inumerável da estrutura agrária brasileira (*O Porantim*, jun/1990. p 11).

A reflexão de Oliveira Filho é importante ao considerarmos os partidarismos, as omissões, as ameaças e as perseguições presentes não só no passado dos povos indígenas, mas também no presente. Nesse sentido destaca-se que os constantes obstáculos não foram e nem são suficientes para barrar a vontade dos indígenas de persistirem na luta contra o integracionismo opressor que os cercam.

2.2 Políticas Indigenistas

As raízes institucionais com alusão *aos direitos indígenas* surgem em meados de 1910, com a formação de um órgão indigenista específico, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI)⁴, cujo intuito era mediar a relação entre o capital e os povos indígenas. Conforme histórico do SPI, sua criação deu início ao período de pacificação dos índios e do reconhecimento do direito deles à posse da terra e a de viver de acordo com os próprios costumes.

Seu primeiro presidente foi o oficial de exército Cândido Rondon, que durante anos esteve à frente das Comissões Construtoras de Linhas Telegráficas no Estado de Mato-

Grosso, terminou por impingir uma forte orientação positivista a este órgão. Embora para a época demonstrasse ser progressista em relação ao trato com a questão indígena, reforçava um caráter paternalista e colonizador que, percebia no indígena um ser inferiorizado culturalmente e, por isso, deveria evoluir em direção a estágios superiores. Nos estudos de Paulo H. P. Borges (2006), é feita uma crítica aos princípios do SPI, afirmando que aos olhos do Marechal Cândido Rondon, o papel do SPI era o de facilitador nos estágios civilizatórios.

O SPI e sua missão civilizadora surgiam como uma interessante proposta à temática indígena, pois além de integrar os indígenas nas relações de produção capitalista, liberava suas terras para as frentes capitalistas - avanço do grande capital e as relações de produção, somados à necessidade de integração nacional. Em um mesmo movimento se encontrava a justa adequação para o *problema* indígena, ou seja, a pacificação dos indígenas e a sua transformação em trabalhadores nacionais a serviço do engrandecimento da nação, liberando, desta forma, suas terras tradicionais à exploração do capital. Percebe-se, então, uma estratégia perfeitamente compatível com o regime burguês que se consolidava no país.

De acordo com estudos de Borges (2006), a criação desse serviço de proteção aos índios significou uma profunda mudança no modo de se pensar e tratar a chamada problemática indígena no Brasil, procurando adequá-la, primeiro, à lógica de cidadania burguesa que vinha se fortalecendo desde o fim da escravidão e, depois, à seqüente proclamação da República em 1889. Nesse sentido, o surgimento do SPI coroa um movimento iniciado há alguns anos antes pela nascente República, nos trabalhos das Comissões Construtoras de Linhas Telegráficas no Estado de Matto-Grosso, que objetivavam unificar o território nacional.

Dessa forma, o governo chega às zonas de sertão através do reconhecimento estratégico, geográfico e econômico e, ainda, do estabelecimento de um esforço de desbravamento e vinculação interna do espaço adstrito pelos limites internacionais estabelecidos, de modo a constituir-lo enquanto território e torná-lo também economicamente explorável. Por este viés ideológico, o SPI pode ser compreendido como um instrumento de uma política de ocupação das fronteiras e dos chamados vazios interiores, em que o índio (nacionalizado) e o funcionário-indigenista, muitas vezes, militar, seriam os agentes avançados da legalidade e dos interesses nacionais.

⁴ SPI, criado pelo decreto nº 8072, de 20 de julho de 1910 e inaugurado em 7 de setembro do mesmo ano.

Cabe anotar que o país, neste período, está rendido a uma ideologia político positivista, defendida pelos militares e intelectuais que levaram à Proclamação da República. Tal posicionamento filosófico idealizou o lugar dos índios na nação brasileira e definiu as normas administrativas pelas quais deveriam ser tratados. Foi a chamada doutrina da proteção fraternal ao silvícola, representada por um caráter “civilista”, como assevera Laura Maciel. Esta idéia de “proteção aos índios” é remanescente dos ensinamentos positivistas, dotados de intenções humanitárias e fraternas no trato das questões indígenas. Esta “ficção” permitiu silenciar a atuação intensa e extremamente profissionalizante que marcou a carreira militar do então Marechal Cândido Rondon, o primeiro dirigente do SPI (1998. p. 17).

Os princípios da ideologia indigenista brasileira pregados pelo SPI aparentemente pretendiam se justificar por argumentos exclusivamente humanitários, indicando a necessidade de oferecer assistência e proteção aos índios. Porém, João Pacheco de Oliveira Filho (1999, p. 31) destaca que os indigenistas do SPI desenvolviam ações aparentemente benéficas, mas que, na verdade, preparavam um caminho menos desfavorável para a integração dos índios na sociedade brasileira. Os mesmos aproveitavam de estratégias agricultáveis para a ocupação natural e a conseqüente guarda/posse de uma região. Isso funcionava como uma determinação de território e em muitos casos essa ocupação determinava as fronteiras nacionais, já que parte das terras indígenas ficavam localizadas em regiões de divisa com outros países.

As pesquisas de Oliveira Filho indicam que os agravantes voltados à territorialização são originários da política desenvolvida pelo SPI, que não costumava verbalizar/prezar a preservação cultural, mas, sim, estabelecer um controle sobre as relações entre índios e brancos. O objetivo do SPI era mediar e estabelecer um diálogo entre as frentes de expansão capitalista e os povos indígenas e, nesse sentido, atuar junto às questões de âmbito nacional, como a viabilização da ocupação econômica de extensos territórios no sul e centro-oeste do país.

Imbuído de uma perspectiva evolucionista e contribuindo para a regularização de terras nas regiões de fronteira por meio de sua ação pacificadora, o SPI não costumava verbalizar a intenção de preservação cultural, nem estabelecia uma conexão necessária entre uma cultura indígena e um dado meio ambiente. As terras que eram atribuídas pelo SPI a populações indígenas que foram objeto de um processo de pacificação – e conseqüente sedentarização e tutela – eram muito menores do que a região onde aquelas populações construíram seus aldeamentos e transitavam com certa regularidade (1999. pp. 109-110).

O SPI desenvolvia um papel assistencialista e não antropológico e conforme o autor, os procedimentos usados por este serviço indigenista para definir questões ligadas às terras indígenas não eram prudentes e suas decisões estavam relacionadas às situações sociais de expansão da fronteira econômica. Afirma o autor que, em muitos casos, as áreas demarcadas pelo SPI são “muito menos uma reserva territorial do que uma reserva de mão-de-obra”, associadas às formas temporárias de trabalho assalariado.

Contudo, o SPI, apesar de seus objetivos reducionistas, inaugura uma nova postura na política indigenista, tendo em vista que o regulamento baixado pela criação do Serviço de Proteção ao Índio, pelo Decreto n. 9.214, de 15 de dezembro de 1911, organizou as linhas mestras da política indigenista da recente República. Pela primeira vez era instituído como princípio de lei, o respeito às tribos indígenas.

Apesar das diversas garantias na letra da lei, o que por si só já pode ser considerado um avanço em relação à política anterior, raras vezes esta legislação foi levada até suas últimas conseqüências quando se confrontava com os interesses do grande capital (BORGES, 2006). Na década de 1960, o SPI é extinto e em seu lugar é criada a FUNAI, que terá o papel de apressar e acelerar essa integração do indígena à economia do mercado preconizada, ainda, que de maneira mais pausada pelos antigos positivistas. Sua extinção deveu-se às inúmeras denúncias de irregularidades administrativas, ao abuso de poder, à corrupção, à matança de índios e aos diversos outros problemas que envolviam esse órgão público de "proteção" ao índio.

A decadência e as contradições vividas pelo SPI vão ser agravadas ainda mais com o golpe de estado de 1964. Conforme Borges (2006), após investigações que dizem terem encontrado provas de corrupção administrativa e do massacre de grupos indígenas, visando atender a pressões de interesses econômicos, em 5 de dezembro de 1967, o então presidente da república General Costa e Silva extingue o Serviço de Proteção aos Índios e, em seu lugar,

cria a Fundação Nacional do Índio (FUNAI)⁵. A criação da FUNAI parece demonstrar que os militares queriam redimir a história brasileira dos seus erros passados, cumprindo de imediato moralizar o quadro anterior, tirando ‘os maus elementos’ e implantando uma nova mentalidade.

À FUNAI compete ainda assegurar o respeito ao índio, garantir a posse das terras e viabilizar as pesquisas científicas, dentre outras obrigações. No entanto, muitos problemas prevaleceram e o que se viu e o que se leu nos jornais tratava da invasão dos territórios indígenas por fazendeiros, do corte das terras indígenas demarcadas para a construção de rodovias, do aumento das epidemias e dos assassinatos de líderes indígenas.

Toda legislação brasileira anterior à Constituição de 1988, quando trata dos povos indígenas, enfatiza a sobrevivência física dos índios, marcada por diretrizes protecionistas. Essa legislação apostava na gradativa integração dos indígenas à sociedade nacional de forma espontânea ou por processos legais e formais, porque os entendiam como uma categoria transitória e fadada à extinção, uma vez que a condição de grupos étnicos socialmente diferentes não era reconhecida. Com a criação da FUNAI, o Estado brasileiro passaria a ter um organismo específico para executar sua política frente às populações indígenas do país.

A partir das “inovações” administrativas implementadas pelo regime militar e a completa impossibilidade de o antigo indigenismo inaugurado pelo SPI responder a essas novas questões, é criada a Fundação Nacional do Índio com uma postura eminentemente integracionista. Em concomitância inaugura-se uma nova fase de políticas governamentais no que se refere ao trato com as sociedades indígenas, expressa de maneira exemplar no Estatuto do Índio⁶. Em linhas gerais, este estabelece uma clara distinção jurídica entre a população indígena e o restante da nação brasileira. Evidencia também o firme propósito de “integrá-los à comunidade nacional” e, no caso do índio não estar adaptado ou assimilado à referida comunidade “civilizada”, deverá permanecer custodiado ao governo federal e sem direitos

⁵A Fundação Nacional do Índio - FUNAI, foi criada pela Lei nº 5371, de 5 de dezembro de 1967, em substituição ao SPI. Desde então é o Órgão do Governo Brasileiro que estabelece e executa a Política Indigenista no Brasil, dando cumprimento ao que determina a Constituição de 1988. A entidade é subordinada ao Ministério da Justiça.

⁶Estatuto do Índio. Criado conforme Lei 6001, de 19/12/1973, pelo Decreto nº 1775, de 09/01/1996, e pela Portaria nº 14, de 10/01/1996, estabelecida pelo então Ministro da Justiça, Nelson Jobim. Regula a situação jurídica das comunidades indígenas, tendo como propósito “preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional”.

inerentes. Ressalte-se que a definição e o destino dos índios serão impostos e determinados pelo governo nacional e seus agentes.

Sobre a criação do Estatuto, Sarah Ribeiro pontua que,

tendo-se em vista o escopo deste artigo, chama a atenção o Artigo 20 do Estatuto, que trata das terras indígenas. Ao mesmo tempo em que afirma o direito inalienável das sociedades nativas sobre os territórios a elas “concedidos”, confere ao Presidente da República o direito de “deslocar” os índios em cinco casos específicos, que podem ser assim resumidos: por termo à luta entre tribos; combater surtos epidêmicos; combater qualquer mal que ponha em risco a integridade dos índios; por imposição da segurança nacional através de medidas específicas; e por fim promover o desenvolvimento da região, tendo em vista os interesses nacionais. Este último caso será concretizado de maneira exemplar quando se avalia o imbróglio que envolveu a desocupação das áreas indígenas no Oeste paranaense por ocasião da construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu. (2002. p. 10)

A política indigenista no Brasil, neste período, está regida pelo viés do desenvolvimento nacional que precisa se realizar apesar da presença indígena e essa presença não pode servir de obstáculo à expansão e ao crescimento econômico do país. Outra ideologia presente neste encadeamento é o assentimento que essa expansão econômica criará nas condições necessárias para a eventual integração e assimilação dos índios na comunidade brasileira.

Nesta premissa integracionista, a FUNAI reconhecerá oficialmente a presença dos Avá-Guarani no Oeste do Paraná em 1977, o que ocorrerá em virtude dos estudos realizados pela ADESG sobre as questões fundiárias no local e, também, por conta dos levantamentos prévios que antecedem a construção da Usina. Tais estudos não evitarão, no entanto, os conflitos que cercaram a desapropriação das terras dos Guarani. A situação que se instaura traduz a perspectiva de que os mesmos deverão ser incorporados progressivamente enquanto trabalhadores nacionais. E caso não seja possível, em virtude da resistência das populações indígenas a tal processo, serão expropriados de suas terras e “reduzidos” em pequenas parcelas de seus antigos territórios de forma a não serem obstáculos ao progresso nacional (RIBEIRO, 2002).

A Constituição redefine a terra indígena considerando-a um bem da União, porém assegura aos índios a posse permanente da terra e o usufruto dos recursos naturais nela existentes (OLIVEIRA FILHO, 2000. pp. 08-21). Mesmo assim, durante muitos anos, a FUNAI restringiu-se a delimitar terras indígenas, ao invés de demarcá-las.

Lucy Paixão Linhares (1988, p. 146), faz uma análise das relações entre o Incra e a FUNAI, demonstrando que a cooperação criada pela lei não existe na prática, o que prejudica os interesses dos índios. Durante os anos 1960 e 1970, com a intensificação da ocupação dos “espaços vazios” no interior do país, há um processo acelerado de transferência de terras públicas para as mãos de particulares. A autora afirma que "o processo discriminatório, que poderia ter o objetivo de promover a regularização fundiária [...] tem sido utilizado de forma inversa, reforçando e incrementando a concentração fundiária”.

A década de 1970 foi marcada por uma forte ação repressiva do Estado contra os movimentos sociais de contestação ao regime autoritário instalado pelos militares, com o golpe político de 1964. Neste momento, a FUNAI transforma-se em um instrumento de imposição das políticas integracionistas de cunho tutelar. Com sua intervenção, foi implantado um modelo de indigenismo autoritário e centralizador baseado na doutrina de segurança nacional e de desenvolvimento.

Este período, marcado por uma política desenvolvimentista, congrega a criação do Plano de Integração Nacional (PIN) e a conseqüente implantação de grandes projetos rodoviários, colonizadores (agrovilas), agrominerais, agropecuários, hidrelétricos e industriais por grandes empresas nacionais e multinacionais. A implantação desses projetos normalmente implicava a ocupação de terras indígenas e a matança de índios. O contato com estes povos, por um lado, foi sendo feito de forma desastrosa, gerando sérios problemas com a sua transferência forçada para terras inadequadas ao seu Tekohá. Mas, por outro lado, esse contato forçado com a sociedade não-índia, permitiu que eles entrassem em contato com a lógica da sociedade invasora, se apropriando desta nova realidade. E, assim, antagonizando a lógica do inegracionismo previsto pela política nacional, os índios criam novas formas de luta por meio de intensas reelaborações culturais e políticas.

De acordo com Benedito Preziosi (2003), verifica-se que há, nesse processo, uma grande omissão da FUNAI, mas isso favorece as reações indígenas e o surgimento de várias entidades e movimentos de defesa ou de apoio ao índio. Tais como: o Conselho Indigenista Missionário (CIMI, em 1972; as Assembléias de Chefes Indígenas, em 1974 e 1975; a

Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAÍ), em 1977, a Comissão pró-índio (CPI), em 1978 e a União das Nações Indígenas (UNI), em 1980, entre outras que passaram a agir em favor das causas indígenas. Estas organizações questionam a omissão ou a conivência de um Estado militar implantado no país em relação aos povos indígenas.

A criação do CIMI⁷ tem por objetivo atuar junto aos povos indígenas como um parceiro político em suas lutas pela terra e pelo direito de continuarem a ser índios, lançando várias denúncias contra a violência e as injustiças. Como é estabelecido em sua ata de fundação, esse movimento se dispõe a ser “o centro coordenador das atividades dos missionários que labutam entre os índios no território nacional” (PREZIA, 2003, p. 225). Segundo os missionários, com criação do CIMI abre-se um caminho para o reconhecimento de direitos sobre a terra e da causa indígena em geral. A princípio, o CIMI é formado por missionários que lutam em prol dos direitos indígenas, constituindo-se em um órgão ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB. Conforme Benedito Prezida (2003), o órgão se colocava como aliado da causa indígena, seja no plano teórico, como no plano prático.

Um dos mais sérios desafios a ser vencido seria a busca de alternativas para a subsistência das comunidades indígenas. Nesta perspectiva, entende-se porque o CIMI procura contribuir na luta pela integridade dos territórios indígenas, exigindo a demarcação das áreas e, também, apoiar as iniciativas que levam os povos indígenas à autogestão a partir de cada realidade, especialmente, formando uma consciência crítica em relação às formas de ação e de dominação do Estado. Outra prioridade deste órgão seria incentivar as legítimas organizações locais e assessorá-las, apoiando-as nas lutas pela conquista de suas reivindicações e direitos.

Conforme os estudos de Renata L. Giroto, o CIMI manteve suas linhas de ação ao longo de sua existência com uma ênfase maior ou menor em algum aspecto, de acordo com as necessidades impostas nos vários momentos de sua trajetória. Para Giroto, os membros do CIMI eram “Conscientes de que a ação missionária somente junto às bases se tornaria inócua, os membros do CIMI elaboraram um conjunto de estratégias que incluía serviços de assessoria, formação, comunicação e articulação” (GIROTO, 2001. p. 52).

⁷O Conselho Missionário Indigenista (CIMI), surge em 23 de abril de 1972. Organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), no 3º Encontro de Estudos sobre a Pastoral Indígena, a ser realizado na sede do Anthropos, em Brasília (PREZIA, 2003).

Este órgão indigenista se torna expressivo junto aos povos indígenas, no incentivo e no apoio às lideranças e às bases indígenas. Há de se considerar, contudo, que essa organização se entrelaça aos mecanismos da igreja católica, cujo tecido possui nuanças de conservadorismo, que ao longo se refletem na política do CIMI. De acordo com Benedito Preziosi o CIMI viveu dois momentos distintos:

o oficialista, que foi de 1972 a junho de 1975, dominado pela ala mais conservadora, refletindo a prática tradicional de alianças da Igreja com o Estado; e o profético, que foi de junho de 1975 a junho de 1979, com pouca estrutura organizacional, com muitas denúncias na imprensa e críticas à prática tradicional das missões (2003 pp. 60,61).

Mas, aos poucos, o CIMI se apresenta como uma referência na questão indígena, sendo reconhecido inclusive no exterior. Paulo Suess (1989), completa dizendo que, com a constituinte de 1988, esta organização amplia seus horizontes e ganha um novo corpo, que estabelece um trabalho com profissionais especializados, como advogados e lingüistas, formando conseqüentemente a Assessoria Jurídica do CIMI, formada em 1990. Isso fortalece os interesses regionais dos diferentes grupos indígenas, permitindo mais flexibilidade no próprio trabalho desenvolvido por eles.

Nas décadas de 1980 e 1990, percebe-se uma emergência política da questão étnica, com a projeção de lideranças indígenas, as quais passaram a atuar no contexto da sociedade nacional. Essa intervenção proporcionou a conquista de espaços crescentes nos meios de comunicação de massas, chamando a atenção da opinião pública, diz Santilli (1991). Nota-se que a maior parte das organizações de apoio aos índios estruturou-se neste período .

Essas décadas foram marcadas por uma participação mais ativa da comunidade indígena na defesa de seus interesses e objetivos comuns. São exemplos disso a criação da UNI – União das Nações Indígenas, que se trata de uma coligação nacional das nações indígenas. O primeiro encontro das lideranças indígenas do Brasil aconteceu em Brasília em 1982. Já a eleição de um representante indígena para a Câmara Federal ocorre pela primeira vez na história do país em 1982 em que o deputado xavante Mário Juruna assume um cargo público.

Em 1988, a nova Constituição Brasileira concede aos índios os direitos permanentes sobre a terra. O processo constituinte destacou-se pela formação de uma coordenação

nacional, com o objetivo de acompanhar as etapas de todo o processo. Essa Coordenação articulou alianças com o CIMI e com as organizações da sociedade civil, além de obter o apoio de constituintes de diferentes regiões e de diferentes partidos políticos. Também houve uma grande mobilização dos índios, que desempenhou um papel fundamental de pressão no acordo final votado e aprovado pelo plenário (SANTILLI, 1991).

Assim, em cinco de outubro de 1988 é promulgada a nova Constituição pelo Congresso Nacional estabelecendo direitos aos povos indígenas⁸. Em resumo, a Constituição estabelece que cabe à União proteger os direitos dos índios, mas não indica em que tutela, em que órgão indigenista ou em caso de incapacidade dos índios. Ao contrário, no seu Artigo nº. 232, ela diz que "os índios, suas comunidades e organizações, são partes legítimas para ingressar em juízo, em defesa dos seus direitos e interesses". Isso significa que os índios podem, inclusive, entrar em juízo contra o próprio Estado, o seu suposto tutor (COSTITUIÇÃO, 2006). Muitos dispositivos constitucionais necessitavam de regulamentação, quanto a isso, afirma Borges:

Desde a promulgação da Constituição surgiram propostas em tramitação no Congresso para rever a legislação ordinária relativa aos direitos dos índios. A partir de 1991, projetos de lei foram apresentados pelo Executivo e por deputados para regulamentar dispositivos constitucionais e para adequar a velha legislação aos termos da nova Carta. A princípio, não deveria fazer distinção entre índios e não-índios, o artigo nº 231 garante aos povos indígenas a posse das terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. Porém tais pontuações são utópicas e dificilmente são empregadas à realidade das condições existentes no Brasil (2006. p. 8).

A Constituição de 1988 marcou uma nova fase na luta dos índios pelos seus direitos de cidadania. A incorporação desses direitos ao texto constitucional só foi possível devido a um fato novo, a entrada em cena de um novo ator político: o índio. Nesse contexto, o movimento indígena teve grande importância no processo de redemocratização brasileira. Essas mudanças paradigmáticas, iniciadas a partir de 1988, representam apenas o começo de um longo processo que começa a se delinear nas relações entre os índios e a sociedade

⁸ Ver A Constituição da República Federativa do Brasil (2006), especificamente o capítulo VIII, artigos 231 ao 232.

brasileira. Elas mostram ainda que o destino dos povos indígenas não está determinado previamente, mas depende, sobretudo, deles próprios, de suas lutas e estratégias políticas adotadas e, também, da reação da sociedade brasileira a essas demandas indígenas.

Nas últimas décadas observa-se uma crescente participação de organismos governamentais na discussão sobre as áreas indígenas, porém constata-se grande deficiência no exercício de um controle e vigilância sobre essas terras indígenas. Ao contrário, têm sido as próprias lideranças e as recém criadas organizações indígenas que procuram fazer respeitar os direitos territoriais desses povos. Iniciativas de monitoramento das terras e dos recursos ambientais nas áreas indígenas, realizadas por equipes de pesquisa, envolvendo universidades e organizações não governamentais, têm sido igualmente de grande importância. Nesta nova conjuntura, é impossível pensar a causa indígena sem atribuir um destaque decisivo à mobilização e à participação dos próprios índios, bem como incorporar os conhecimentos e experiências gestadas e conduzidas por antropólogos e missionários, fora do indigenismo oficial.

2.3 A Luta dos Avá-Guarani e seus Mediadores

Desencantados com o tratamento que receberam do Estado ainda que, reconhecendo o poder por ele desempenhado para impor o seu modelo, mesmo que sob o efeito da propaganda ufanista, tanto os agricultores como os indígenas atingidos pela Itaipu lograram um limite diante desta ação governamental. Estes grupos apropriaram-se do discurso oficial prezando a legalidade e, também, modificaram seus discursos internos, inserindo entre suas estruturas palavras, conceitos e idéias tomadas do Estado e reintegradas nas manifestações de agricultores e indígenas (ROCHA, 1996. p. 70). Tendo em vista o incondicional apoio do Estado frente à construção da Itaipu e o descaso com os grupos sociais conseqüentemente atingidos pela criação da barragem, desencadeou-se a necessidade de se organizar, compreender a conjuntura e formular respostas, gerando modificações no comportamento político dos atingidos.

No caso específico dos Avá-Guarani, sob as diferentes propostas e discursos seja da Itaipu, da FUNAI, do Incra ou do Governo, estes indígenas passaram a buscar mais informações com os advogados à disposição da comunidade sobre as atitudes destas instituições. Observa-se que eles passaram se inteirar das questões que os envolviam para

depois discutir suas situações com representantes de outras comunidades indígenas e com os outros atingidos, ampliando, assim, suas relações e alianças, afirma Rocha (1996. p. 71).

A partir de 1974, com a interferência da OAB, os problemas com a formação do lago e a conseqüente inundação das terras indígenas na região do Ocoí ganharam grande projeção nacional. Em relato à *Revista Contexto* (1991 s/d), Rodolfo Mariano da Costa, então presidente em exercício da OAB, expõe a situação histórica dos Avá-Guarani, pontuando que “os índios habitavam aquela área desde tempos imemoriais, mas com a construção da Hidrelétrica de Itaipu, a questão da terra tornou-se um grave problema”. Em nome da OAB, pontua também que em 1981 receberam “a visita de alguns índios que viviam em situação dramática”, segundo ele, pois neste momento as famílias foram *convidadas* pela FUNAI para se mudarem para outras reservas já demarcadas, como a de Mangueirinha, no Rio das Cobras, em Laranjeiras no Centro Sul do Paraná, ou senão, para o Paraguai e mesmo para a Argentina onde viviam os povos Guarani.

Rodolfo Mariano da Costa no mesmo relato prossegue dizendo que:

Eles procuraram a OAB como último recurso. Nós pleiteamos para que os índios fossem considerados necessitados, como aquelas pessoas que ganham até dois salários mínimos. Como ninguém tomava providência e os índios estavam se arrebatando, se acabando, a OAB resolveu assumir sua causa. Na época havia uma alegação de que os índios não eram índios, de acordo com os indicadores de indianeidade que a FUNAI havia criado. Esses indicadores, são pré-requisitos biotipológicos, segundo teóricos racistas da FUNAI e conforme estes indicadores os índios não eram mais índios, por isso deveriam ser pura e simplesmente expulsos da terra (*Revista contexto*, 1991).

No relato acima se evidencia que algumas marcas do discurso enaltecem o papel da OAB, como se esta viesse *solucionar* de uma só vez todos os problemas que se acumularam durante anos. Percebe-se, desse modo, uma dura crítica à FUNAI e as suas avaliações, porém com o único objetivo de engrandecer ainda mais o discurso no que se refere às ações da OAB.

O que vale pontuar antes de tudo é a recorrência dos indígenas à organização que de alguma forma pudessem ampará-los diante da imposição da Itaipu sobre a tomada de suas terras. Porém, ao contrário do que é articulado no relato do presidente da OAB - Rodolfo Mariano da Costa -, a iniciativa dos indígenas não foi só procurar respaldo junto a OAB,

como se este órgão fosse sozinho resolver os problemas que envolviam as terras indígenas. Como consta nos estudo de Lima (1994. p. 33), diante da indiferença da FUNAI, os índios dirigiram-se também ao CIMI, à Pastoral da Terra, à Associação de Apoio aos índios e, igualmente, à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

A luta dos Avá-Guarani ganha força fazendo com que a Binacional abra negociações com os índios. O que resultou, mesmo que provisoriamente, no reassentamento às margens do Lago de Itaipu, na atual reserva do Ocoí, em uma área de aproximadamente 250 hectares, conforme dados da FUNAI. O acordo sobre o reassentamento seria mantido até que fosse adquirida outra área com os aproximados 1500 hectares que lhes eram de direito. Assim, como previam os critérios legais, os índios deveriam receber outra área nas mesmas proporções de espaço que ocupavam antes do alagamento.

As negociações com a entidade Binacional para designar um novo território condizente com as necessidades do grupo Avá-Guarani se estenderam durante anos para decidir sobre as propostas apresentadas pelos indígenas. Passados mais de 20 anos do início das reivindicações, a Itaipu ainda não havia cumprido o acordo relacionado à compra do restante da terra que iria completar os 1500 hectares perdidos com a inundação.

Nesse meio tempo, inquietos os Avá elaboram um *Abaixo-Assinado* formulado em 12 de setembro do ano de 1986. Esse abaixo-assinado foi encaminhado ao Banco Mundial. Neste documento muitas questões pontuais foram englobadas, como podem ser verificadas, a seguir, no trecho do documento produzido pelos indígenas:

Nós somos da Área Indígena Ocoí, comunidade Ava-Guarani, no Município de São Miguel do Iguçu. Estado do Paraná, Brasil.

Nós queremos contar nosso sofrimento e nossa luta. Nós morávamos numa área de 1500 hectares, que tinha a oeste o Rio Paraná, a leste a estrada Santa Helena/Santa Terezinha, ao norte o Rio Ocoí e ao sul o arroio Jacutinga. Nossa área era toda de mato. Na área Ocoí-Jacutinga éramos mais de 100 famílias, mais de 500 pessoas. As famílias eram muito grandes.

Nós vivíamos em paz até que o INCRA incendiou as casas, muitas famílias correram e cruzaram o Rio Paraná e foram para o Paraguai, outras famílias foram trabalhar nas fazendas por perto.

Algumas famílias foram matadas pelos brancos assim que a nossa comunidade foi diminuindo, só ficando 30 famílias, que se esconderam no mato.

A nossa terra ia ser inundada pela represa de Itaipu. Então a Itaipu comunicou a FUNAI que tinha índio na área que ia ser inundada.

A FUNAI mandou um antropólogo e falou que não tinha índio na área, falou que só tinha mestiço e paraguaio. Foi mentira, nós estávamos sim (DOC. AA I, 12 out. 1986).

Este registro mostra que o processo de *territorialização/desterritorialização* vivido pelos Avá-Guarani no Oeste do Paraná, não deve jamais ser entendido simplesmente como de mão única, uma vez que os índios procuraram mostrar de diversas formas a importância do seu *tekohá* e de sua identidade étnica constantemente negada. No documento, revelam as manipulações da Hidrelétrica que através de estudos antropológicos financiados por ela forjavam informações sobre a cultura e a vida dos Avá-Guarani, com a finalidade de facilitar a retirada destes indígenas das terras necessárias para a formação do lago.

Mesmo vivendo em um período que a Itaipu se identifica como a *grande* personagem, sendo constantemente lembrada na imprensa regional, o *Abaixo-Assinado* acima citado mostra que nos bastidores desse processo os Avá-Guarani sempre estiveram em constante atuação. Eles se mobilizaram desde o princípio da construção da obra, questionando o alagamento de suas terras e o descaso com o seu povo.

Cabe lembrar que o conteúdo deste documento não repercutiu na imprensa regional, assim como, *a priori*, não foram abordados nos jornais os fatores negativos em relação à inundação de milhares de alqueires de terra.

Após o envio deste documento, no ano de 1986, as lideranças *Avá-guaranis* juntamente com os órgãos de apoio ao índio elaboraram uma proposta de assentamento no Parque Nacional do Iguaçu. Com relação a essa proposta, A *Revista Oeste* traz um breve informe sobre essa negociação com o título “A luta dos guaranis”, relatando que a ADEAFI – Associação de Defesa e Educação Ambiental de Foz do Iguaçu se mostrou contrária ao projeto, pois tal proposta “se confrontava com o código de parques nacionais e porque o mesmo pertence ao Patrimônio da Humanidade, declarado pela ONU e pela UNESCO” (*Revista Oeste* jul, 1986, p. 25-27). Dessa forma, a não ocupação humana do parque justificaria-se devido à incompatibilidade com o ecossistema da considerada maior reserva subtropical do mundo.

Tanto a elaboração do *Abaixo-Assinado*, como a ameaça de ocupar o Parque Nacional, resultou numa liminar promulgada pela Associação Ambiental através do Juiz Federal Edgar Lippmann Júnior e do então procurador da República Clemerson Merilin

Cleve. Essa liminar expunha as reivindicações dos indígenas, condenando a Itaipu e pressionando a FUNAI a dar assistência e a atender as reivindicações dos Avá. Porém, a questão se manteve e surgiram muitas propostas de alocar este grupo em áreas mecanizadas, com a idéia de torná-los *produtivos*, fato que não é aceito pelos índios.

Em virtude de suas manifestações, os Avá-Guarani não só conquistaram maior atenção junto aos órgãos que pudessem lhes atender, como foram *incluídos* nos discursos jornalísticos, principalmente, depois de 1985 com o fim do governo militar. Perdurava, portanto, um descaso com a realidade cultural desse povo indígena, seja com as constantes publicações errôneas nos jornais locais, como nas propostas assistencialistas de caráter político. Um exemplo disso ocorre em outubro de 1991, em que a Associação de Defesa e Educação Ambiental de Foz o Iguaçu (ADEAFI) insiste num programa para desenvolver, através de infra-estrutura moderna, a área da reserva de Santa Rosa do Ocoí, transformando, assim, o índio em produtor. Esse programa visava o comércio e o lucro, com o objetivo de garantir a sobrevivência da tribo.

Mesmo diante da pertinaz resistência dos Avá-Guarani em relação a esses programas e propostas, a imprensa local mantinha uma postura de pouco destaque em relação à causa indígena no Oeste. Entre os meios informativos que circulavam na região e abordaram o assunto está o jornal a *Gazeta do Iguaçu* que, através de um artigo assinado pelo jornalista Adelmo Muller, censura essas iniciativas governamentais que desconsideravam o modo de vida desses indígenas, como pode ser observado no trecho a seguir:

Propostas como essas revelam um total preconceito com a cultura e costumes de uma sociedade diferente do modo de vida do branco. É a mesma coisa que dizer que o índio é vagabundo e preguiçoso. Se desrespeita suas raízes, seu meio de vida e sua visão de mundo. É querer que o índio fique igual ao branco. Isso vem se fazendo nos nossos 500 anos de história, proporcionando um dos maiores genocídios da humanidade, matando cerca de 10 mil índios por ano, no Brasil. A ADEAFI com sua estreiteza respalda todo o discurso de extermínio das nações indígenas (*Gazeta do Iguaçu*, 17, out, 1991. p. 12)

Nesse artigo, percebe-se uma postura explícita de defesa dos índios por parte do jornalista, que aponta as suas idéias em relação ao assunto. Nesse sentido, verifica-se que não

se trata apenas de uma simples nota do jornal, mas de um posicionamento do jornalista contra os procedimentos desvirtuados que querem aplicar na comunidade indígena ali inserida.

Neste contexto, o quesito terra foi muito discutido e até se pontuou que os índios teriam terras "demais" e que seriam "índios latifundiários", comparando-os com a situação dos trabalhadores sem-terra existentes no meio rural brasileiro. Tal fato tem sido explorado pela mídia, inclusive, para postular a mudança da fachada benevolente das atitudes paternalistas das elites e da tecnocracia brasileira, servindo como justificativa para o surgimento de campanhas difamatórias, não só contra os mediadores (FUNAI, antropólogos, missionários), mas também voltadas diretamente contra lideranças ou povos indígenas específicos. Apoiando-se em casos absolutamente excepcionais, muitos posicionamentos dizem que os índios são "ricos" e que dominam a população regional através do controle ao acesso e ao uso dos recursos naturais de seus extensos territórios.

Diante de tais idéias, este estudo sobre os registros da imprensa se constrói no sentido de captar parte da tensão de viver numa situação cujos contornos ainda persistem e na qual ocorrem constantes conflitos entre as forças conservadoras que desejam manter a ordem social estabelecida e as que desejam transformá-la. A partir da análise dos textos da imprensa/mídia escrita, observa-se o modo como os componentes internos de seus enunciados constroem as relações de poder e dominação e, ainda, verifica-se a forma como esses componentes promovem os interesses dos grupos dominantes à custa de outros, para oporem-se às ideologias, às instituições e às práticas hegemônicas, ou para conter uma mistura contraditória; dessa maneira, promovem dominação e resistência.

Portanto, ler as subjetividades inerentes na mídia significa situá-las em sua conjuntura histórica e analisar o modo como os seus códigos genéricos, a posição dos observadores, as suas imagens dominantes, os seus discursos e os seus elementos estético-formais incorporam certas posições e ideologias, produzindo efeitos políticos. Porém essas subjetividades não estão explícitas nos textos, mas se tornam visíveis a partir de uma leitura que relaciona o texto escrito com as suas condições de produção, isto é, com quem escreve, para quem escreve, em que momento histórico escreve. Nota-se, assim, que uma análise pode dentre outras subjetividades apontar a maneira como as produções culturais da mídia reproduzem ou não as lutas sociais existentes em suas imagens, espetáculos e narrativas.

CAPÍTULO III - A IMPRENSA E O EMBATE ENTRE OS AVÁ-GUARANI E A ITAIPU

A análise sobre como a imprensa aborda a situação dos Avá-Guarani e a sua luta pela terra com a implantação da Itaipu levará em conta os textos produzidos no período de 1970 a 2000. Nesses textos, podem-se observar algumas mudanças nas notícias veiculadas durante este espaço temporal. Há situações, por exemplo, que o informativo analisado saiu de circulação, já em outros casos, os que eram mensais ou semanais passaram a ser diários e, apenas, alguns mudaram sua estrutura, seu rótulo, mas continuaram com o mesmo estilo retórico de abordagem.

Sabe-se que o objetivo declarado de qualquer órgão de informação é o de fornecer relatos dos acontecimentos julgados significativos e interessantes. Como observa José Braga (2002, pp. 331-332), o jornal é um enigma a resolver, uma vez que é ele que nos põe questões. A pesquisa com jornais oscila entre dois eixos: o do enigma que está no objeto e o das questões que o observador/pesquisador escolhe para analisar – o olhar do observador.

A imprensa trabalha com diversos discursos e seus textos abrangem vários gêneros textuais, promovendo uma interdiscursividade, especialmente, pela heterogeneidade dos discursos. O texto jornalístico dialoga com o leitor, enquanto busca informá-lo e satisfazer suas necessidades, mas, ao mesmo tempo, vai ao encontro de suas expectativas, tentando agradar ou implantar uma determinada visão de um conteúdo. A análise do discurso, disciplina relativamente recente, se sustenta no sentido de problematizar as maneiras de ler e de levar o sujeito falante ou o leitor a se colocar diante de questões sobre o que produzem e o que ouvem nas diferentes manifestações da linguagem. Percebe-se que não há como não estar sujeitos à linguagem, a seus equívocos, a sua opacidade, pois todo ato de tomar a palavra subjaz uma ideologia. Assim, a neutralidade tão almejada pelos meios não existe nem mesmo nos usos mais aparentemente cotidianos dos signos/palavras, conforme o afirmado por Koch (2002, p. 17): “[...] A neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende ‘neutro’, ingênuo, contém também uma ideologia – a da sua própria objetividade”.

Nesse sentido, compreende-se que todo e qualquer texto, independente de sua natureza, seja científica, política, religiosa, possui uma carga ideológica, seja pela escolha do tema, seja pela escolha das palavras ou, ainda, no caso das matérias jornalísticas, pela escolha das fotos que ilustram um texto. Negar a interferência, na produção dos jornais, de interesses

empresariais e políticos é o mesmo que acreditar na neutralidade ou na imparcialidade nas matérias que são publicadas diariamente.

Apesar de os manuais de redação e alguns livros da área ainda insistirem na isenção como condição de legitimidade do jornalismo, outros trabalhos influenciados por importantes tendências filosóficas/teóricas apontam que as notícias e as reportagens são produzidas por meio da seleção e da classificação dos fatos a partir de categorias ideológicas, que, normalmente, não são explicitadas e, freqüentemente, naturalizadas. Esta postura sobre a influência e a construção da mídia se sustenta em estudos críticos de comunicação, de cultura de massa, de dominação e resistência social gerada pela mídia.

Temos importantes referências nos estudos introduzidos no ano de 1930 com a Escola de Frankfurt. Esta inaugura as análises críticas de comunicação e cultura de massa, que combinou à economia política dos meios de comunicação, a análise dos textos e os estudos de recepção do público com os efeitos sociais e ideológicos da cultura e das comunicações de massa. De acordo com Douglas Kellner, professor de filosofia da universidade do Texas, os frankfurtianos cunharam a expressão “indústria cultural” para indicar o processo de industrialização da cultura produzida para a massa e os imperativos comerciais que impeliam o sistema. Para Kellner (2001, p 44), estes teóricos críticos analisavam todas as produções culturais e as de massa no contexto da produção industrial, em que os produtos da indústria cultural apresentavam as mesmas características dos outros produtos fabricados em massa - transformação em mercadoria, padronização e massificação. Os produtos das indústrias culturais tinham a função específica, porém, de legitimar ideologicamente as sociedades capitalistas existentes e de integrar os indivíduos nos quadros da cultura de massa e da sociedade.

Ademais, em suas teorias sobre a indústria cultural e em suas críticas à cultura de massa, os frankfurtianos foram os primeiros a analisar sistematicamente e a criticar a cultura e as comunicações de massa no âmbito da teoria crítica da sociedade. Eles também foram os primeiros a ver a importância daquilo que chamaram de “indústria cultural” na reprodução das sociedades contemporâneas.

No entanto, algumas deficiências são apontadas na teoria crítica da Escola de Frankfurt; como sublinha Kellner, a superação destas limitações do programa original da teoria frankfurtiana compreenderia a análise mais concreta da economia política da mídia, dos processos de produção da cultura, de uma investigação mais empírica e histórica da

construção da indústria da mídia e de sua interação com outras instituições sociais, dessa forma mais estudos de recepção por parte do público e dos efeitos da mídia e da incorporação de novas teorias e métodos culturais sobre mídia e cultura. Embora parcial e unilateral, a abordagem da Escola de Frankfurt fornece um instrumental para criticar as formas ideológicas e aviltadas da cultura da mídia e indica os modos como ela reforça as ideologias que limitam formas de opressão.

Cabe considerar que a Escola de Frankfurt fez sua análise no âmbito da teoria crítica da sociedade, integrando assim estudos de comunicação e cultura no contexto do estudo da sociedade capitalista e dos modos como as comunicações e a cultura se davam nessa ordem, bem como os papéis e as funções que assumiam. Portanto, o estudo da comunicação e da cultura foi integrado na teoria da sociedade e tornou-se uma importante parte de uma teoria da sociedade contemporânea, uma vez que a cultura e a comunicação estavam desempenhando um papel cada vez mais significativo.

A Escola de Frankfurt foi excelente ao traçar as linhas da dominação na cultura da mídia, mas foi menos sagaz para trazer à tona momentos de resistência e contestação, afirma Kellner (2001, p 61). No entanto, sempre situou sua análise do público no âmbito das relações existentes de produção e dominação, ao passo que muitos estudos de público e de recepção, freqüentemente, deixaram de situar a recepção da cultura no contexto das relações sociais de poder e dominação.

3.1 A Notícia: uma construção jornalística

O universo jornalístico pode ser compreendido como um processo de mediação cultural de acontecimentos selecionados, categorizados, comparados, interpretados e hierarquizados para serem transformados em notícia e servirem de apoio para que a sociedade possa referenciar-se no seu ambiente.

Para prosseguir esta análise, é necessário conceituar os termos *comunicação* e *notícia*. Os termos apontados são melhores discutidos em literaturas específicas sobre o assunto. Assim, buscou-se um embasamento nos estudos da área de comunicação, de Adriano D. Rodrigues (1989), que entende o *acontecimento* como um referente de que se fala, ou seja, o “ponto zero” da significação de qualquer fato, tendo uma natureza especial. Por isso, em

função da maior ou menor previsibilidade, é que um fato adquire o estatuto de acontecimento pertinente do ponto de vista jornalístico.

Já a *notícia*, pode ser definida como a expressão de um fato, que desperta o interesse do público a que o jornal se destina, ou como tudo aquilo que possa interessar a alguém (escândalo, crime, esportes). Ainda pode ser apontada como o acontecimento que o editor, em seu poder, afirmar ser notícia. Logo após esta escolha, há uma reinterpretação, o que dá à notícia um novo ângulo para, enfim, ser publicada.

Na interpretação de Rodrigues (1989), as notícias são o resultado de um processo de produção definido como a percepção, a seleção e a transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias). Dessa maneira, concebe-se que as notícias não podem ser vistas como algo que emerge naturalmente do mundo real, mas elas acontecem na conjunção dos acontecimentos. Trata-se de um processo organizado que implica uma perspectiva prática dos acontecimentos com o objetivo de reuni-los e, logo depois, avaliar suas relações a partir de sua factualidade. A seleção do acontecimento ocorre pela escolha dos valores intrínsecos, capazes, pela sua relevância, de transformá-lo num fato a ser registrado discursivamente.

Dessa forma, podemos considerar que enquanto o acontecimento gera a notícia, a notícia também gera o acontecimento, mas é preciso entender que cada ação se passa de forma distinta em cada período.

O pesquisador e jornalista francês Ignácio Ramonet (1999) tece uma crítica sobre as articulações e a manipulação na divulgação das informações. Segundo o jornalista, as *notícias* atuam como o principal produto da imprensa e assumem o sentido de *comunicar* e não, necessariamente, o de *informar*, ou seja, são direcionadas, partidárias e superficiais.

No caso específico da análise da imprensa regional, quando se refere à Itaipu ou ao “índio” – Avá-Guarani -, nota-se que esta não quer transparecer uma imparcialidade, ao contrário, a imprensa assume uma postura sequaz. Em relação à Itaipu, os tradicionais jornais da região referem-se a esta empresa como uma grande promessa de futuro, geradora de desenvolvimentos não só para a região, mas como também para o país. Nesse sentido, a discussão de Latteman (1994, p. 57) sublinha que, “a imprensa não atua como mera intermediadora das notícias, mas tende a forjar um imaginário-político social no leitor”. O uso desse discurso seria uma característica comum de toda a imprensa de massa.

Mesmo assim, a objetividade e a imparcialidade seriam, a princípio, duas referências para o jornalismo. Porém, ainda que esses fatores sejam pressupostos ao discurso jornalístico, a imprensa usa de uma série de estratégias do discurso para reproduzir o que deseja. As notícias não são evidentes em si, mas são construídas pela produção jornalística, de acordo com a linha editorial seguida pelo jornal.

Como afirma Ramonet (1999), em estudos sobre comunicação, a notícia está longe de constituir em um espelho do real, pois é hoje um produto de consumo e tem como função admitida tornar os fatos públicos, os quais são *embelezados* para atrair a atenção dos consumidores/leitores. Dessa forma, o principal objetivo da notícia é fornecer o que o leitor deseja. Percebe-se, assim, a existência de uma troca de informações sendo estabelecida entre o meio de comunicação e o seu público, que determina entre outros elementos as mensagens veiculadas.

A veiculação das notícias constituem as esferas públicas e por isso, é indispensável admiti-las no estudo das possibilidades democráticas das construções de sentido desencadeadas pelos diversos participantes da produção econômico-discursiva do que se publica. Isso se deve pelo objetivo de ampliar a compreensão da forma como tais políticas se constroem e como condicionam as diferentes possibilidades de atuação jornalística comunicativa do tipo noticiosa entre os atores sociais que realizam/produzem/consomem/fruem o discurso programático.

Existe, na produção comunicativa – discurso -, uma escolha arbitrária dos dados e como acrescenta Maurice Mouillaud (2002), cada uma das escolhas induz a uma história diferente. Neste entrelace, múltiplos outros cenários permanecem ocultos e não são escritos e, conseqüentemente, na construção destes cenários, certas personagens são isoladas e ficam fora do quadro da abordagem. Dizer *o que aconteceu* obriga selecionar, dentro de uma bateria de informações, certos dados e ligá-los entre si para formar um fio condutor, de modo que isso venha proporcionar um fluxo ao assunto.

Uma forma de enfatizar determinado assunto, e direcionar o interesse do emissor, é através da *alimentação* dos títulos. Esses títulos aparecem de forma anafórica, constituindo referencias, dando assim *status* à notícia. No que se refere aos noticiários sobre a Itaipu, os títulos assumem relevância sempre contendo o nome da Hidrelétrica, acompanhado de adjetivos singulares. Esta ideologia do jornal é reforçada/complementada no conteúdo da publicação que através de minúcias enaltecem a construção de Itaipu.

Neste contexto é construído um *slogan* chamado “*Itaipu*”, que, respectivamente, tem um lugar privilegiado em manchetes de diferentes páginas de jornal. Na maioria dos títulos, de artigos, de notas, de manchetes e de outros gêneros do jornal, está lá o termo “*Itaipu*”, tornando-o comum e naturalizando seu nome através dos informativos. Usar este *slogan* nos títulos caracteriza-se como uma estratégia do jornal para divulgar o que deseja, e, nesse sentido, nada melhor que o uso dos títulos para alcançar tal objetivo. Muito bem escreve Porto (2002, p. 78), ao falar que “o título está para o artigo como a ponta da pirâmide, cuja base está cada vez mais expandida no tempo”, assim, o título apresenta-se como uma espécie de síntese do artigo e que normalmente é o que mais chama atenção do leitor.

3.2 Itaipu: a construção da notícia

Como já se pontuou anteriormente, a imprensa não atua pura e simplesmente como mera intermediadora dos fatos, embora assim se apresente, mas tenta formular um discurso junto a seus leitores. Neste contexto *informativo*, cabe perceber como o jornal define os papéis sociais, bem como estabelece as relações de poder, segundo a sua concepção de sociedade e o que projeta para obter apoio e acompanhamento do interlocutor.

Todo discurso traz inerente um poder e é, portanto, um espaço privilegiado em seus mecanismos. Tratando-se do discurso jornalístico da imprensa escrita do Oeste paranaense, a partir de meados da década de 1970, este tem a seu favor a pouca difusão televisiva. Dessa maneira, é um meio informativo de considerável referência para a comunidade desta região.

O rádio neste período é assume uma relativa importância na divulgação das notícias, mas, em grande parte, é realizada pela imprensa escrita, a qual é adotada como um monopólio informacional aos interesses locais. Nesse contexto, a *Itaipu* é construída como notícia prioritária, pois é a grande protagonista do entorno regional durante toda a segunda metade da década de 1970. É “a maior hidrelétrica do mundo” (*O Paraná*, 15/04/1977, p 19), como divulga este jornal em diversas edições deste período, quando a Usina ainda está em construção. A ênfase dada a ela é encontrada já na primeira metade da década de 1970, quando são realizadas as primeiras negociações entre os governos paraguaio e brasileiro, de Stroessner e Geisel, para a construção de uma Hidrelétrica Binacional.

Antes mesmos da construção da hidrelétrica, a imprensa vendia uma imagem promissora do projeto que ali se aplicaria, enfatizando o desenvolvimento local. A cidade de

Foz do Iguaçu, onde foi construída a barragem, constituiu-se como palco do longo espetáculo de notícias proporcionadas pela implantação da usina. Fala-se de novas tecnologias, que funcionam como uma vertigem para o prestígio da cidade.

Em 1976, o jornal *O Paraná* prioriza a questão da construção da usina de energia elétrica como o esplendor para um novo tempo. Entre diversas publicações apológicas, traz em manchete: “Foz, uma cidade sob o signo de Itaipu” (*O Paraná*, 23/12/1976, capa.). A manchete está acompanhada com o seguinte enunciado: “com as primeiras obras de construção da hidrelétrica de Itaipu, o município de Foz começou a sofrer a sua mais radical mudança sócio-econômica” (*O Paraná*, 23/12/1976, capa). Completa-se no Editorial: “uma cidade nova nasce sobre a antiga” (*O Paraná*, 23/12/1976, editorial). A matéria de capa exalta Itaipu como um símbolo de referência para a cidade de Foz do Iguaçu, bem como eleva a Itaipu a um plano superior, quando fala que Foz está “sob” o signo desta e que o desenvolvimento do município estaria diretamente ligado à implantação da hidrelétrica. O editorial reforça a idéia posta na capa, referindo-se à Itaipu como o símbolo e a razão do progresso para a cidade, como se Foz corresse o risco de *estacionar no tempo*, caso a obra não fosse ali construída. Fala-se de Itaipu como se fosse um *botão* gerador do avanço, da expansão. Evidencia-se no editorial o posicionamento do jornal em relação à Itaipu.

Porém, os fatores negativos ficam ocultos, prevalecendo o deslumbre e os anseios da grande obra. Essa postura, em relação aos benefícios da Itaipu, pode ser identificada periodicamente no jornal *O Paraná*, o qual se assume, neste momento, como uma espécie de *voz autorizada* (BOURDIEU, 1996). Esse discurso edificador passou a repercutir como instrumento legítimo de expressão, explorando um tema de importância *imediatamente instantânea* para o leitor/comunidade. Assim, o jornal desfrutou do chamado “*poder delgado das palavras*”, conforme expressa Bourdieu.

Observa-se que uma série de elementos envolvia esse momento histórico, como, por exemplo, a questão das terras indígenas e agricultáveis e, ainda, os diversos problemas ambientais provocados com a inundação das águas, que formariam a represa de Itaipu. Isso evidencia que a escolha das notícias envolve o que, dentre a massa de fatos que ocorrem cotidianamente, será elevado ou não à posição de destaque.

Paralelo à construção da Itaipu, os Laudos Arqueológicos levantados pela empresa e o IPHAN, no ano de 1976, notificam/oficializam a existência de populações indígenas Avá-Guarani na área a ser comprometida com a formação da represa. Mesmo assim, diante de uma

questão muito séria e complexa, o assunto não ganhou espaço nas páginas do jornal *O Paraná*, que era o único jornal diário da região. Habermas (1984) considera que, neste sentido, é privilegiado um determinado assunto em detrimento a outro, dando a um acontecimento o status de notícia, direcionando a atenção do leitor para um recorte da realidade. A eloquência obedece a uma retórica orgânica, ou seja, o discurso adere à instituição emissora ou está encarregado de ilustrar interesses. Ele – o discurso - supõe a presença daquele que o enuncia e daqueles aos quais se dirige, adaptando-se a lugares, a tempos, a instituições.

Os “recortes” adotados pela imprensa caracterizam-se como mecanismos podendo ser genéricos ou propagandísticos. Como indica Ana C. T. da Silva (1999, pp. 33,34), esses recortes escolhidos para serem notícia funcionam como “dispositivos de repressão, na medida em que mais que determinar o que aparece, determinam o que desaparece e o que não será conhecido, divulgado”. Essa característica é comum aos meios de comunicação, pois faz parte de uma necessidade imposta por limites de tempo e de espaço. A editoração implica fazer opções, selecionar de modo a destacar um quadro hierarquizado dos fatos. Por isso, pode-se dizer que o texto lido na imprensa é subjetivo e traz uma versão dos dados e das informações, é, portanto, uma interpretação da realidade, afirma Silva.

Sobre essa representação presente nos discursos da imprensa, Bourdieu, escreve que,

O porta voz autorizado consegue agir com palavras em relação a outros agentes e, por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concreta o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador (1996. p. 89).

A forma de abordagem usada pela imprensa cria signos, que buscam justificar-se de modo a transparecer uma idéia primária e concreta/solidificada da explicação de um acontecimento. Assume-se como um *porta-voz autorizado*, como quem está em condições de preferir o discurso autorizado, pois seu discurso não é pronunciado a título pessoal e sim como um *portador autorizado*, dessa forma garante-se o êxito do *enunciado performativo*.

Embora grande parte da comunidade regional não estivesse diretamente ligada à questão da Itaipu, através da imprensa criou-se uma representação a respeito da construção

dessa empresa na região. Ou seja, é criada uma atração, seja imagética ou textual, algo que periodicamente é publicado tornando um *slogan* conhecido por todos. Mesmo que isto não faça parte da realidade do leitor, acaba por ser incorporado em seu universo de referências, devido à insistência das publicações. Os meios de comunicação constroem artifícios da propaganda. A propaganda, para o pesquisador Baczko (1985, p 313), estimula a imaginação social e os imaginários estimulam a informação, contaminando-se uns aos outros numa amálgama extremamente ativa, através da qual se exerce o poder simbólico. Tais propagandas têm, segundo a autora, as “possibilidades técnicas, culturais e políticas que permitem fabricar e manipular emoções e imaginários coletivos”.

Essa forma de publicidade congrega um conjunto de técnicas de ação coletiva, um meio de fabricar fascínio. Isso faz parte dos poderosos mecanismos do discurso da imprensa. Ela estrutura o conteúdo dos meios de comunicação de massas e parece desempenhar um papel-chave como condicionante direto do consumo, para também desempenhar uma importante função como veículo de comunicação social. Enquanto forma de comunicação de massas, unilateral e impessoal veiculada por um anunciante, a propaganda incide sobre a atitude, mas não sobre o comportamento imediato do consumidor. O uso da propaganda tem como fim persuadir os receptores da mensagem que é emitida.

Conforme Silva (1999, p. 100), as matérias são encaradas enquanto mercadorias e seus telespectadores ou leitores como consumidores. Estes mecanismos estão sustentados nas imagens, nos textos, em apresentações gráficas, nas diagramações. Uma vez que a imprensa gerencia esses instrumentos, gera consecutivamente o poder do domínio da comunicação.

Muitos desses mecanismos da imprensa se asseguram, pois o discurso midiático tem a natureza específica enunciativa e unilateral. Isto é, um enunciador dirige a palavra a um público relativamente indiferenciado e ausente, que não tem a possibilidade de tomar efetivamente a palavra, pelo menos no decurso da relação discursiva midiática. Para Roger Chartier (1990, p. 17), os discursos são sempre produzidos nas relações de poder revelando interesses e posições políticas. Dessa forma, as representações do mundo social são assim construídas, embora aspirem à faculdade de um diagnóstico fundado na razão são sempre determinadas pelos interesses de grupos que os forjam. Daí, para cada caso, é necessário um relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

Essa discussão remete-se também ao conceito de estratégias de Michel Certeau (1994), o qual expõe que esses mecanismos/estratégias atuam como um tipo de saber, que

organizam para si um conhecimento/poder específico. Esse poder gera uma anuência que fortalece as estruturas e as políticas que serão empregadas, visando seu desenvolvimento e não, necessariamente, produzir informação. Esses mecanismos são significativos para a manutenção do seu status enquanto meio de comunicação.

O resultado disso seria uma suplantação de valores culturais e o conseqüente estabelecimento de domínio dentro dos meios informativos. Isso se revela, por exemplo, na edificação da *imagem* da Itaipu como a personagem principal das páginas jornalísticas da imprensa regional, enquanto a questão indígena se anula. A partir da divulgação da constante imagem da Itaipu, é constituída uma representação simbólica daquilo que estaria acontecendo na região Oeste. Conforme pontua Chartier (1988), a construção dessas representações é determinada pelos *interesses de grupos* que as forjam.

Tais percepções produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma supremacia ou legitimar um projeto reformador e até mesmo justificar aos próprios indivíduos as suas escolhas e condutas. Chartier aborda ainda que, as representações são formadas e construtivamente estão voltadas a um campo de concorrências e competições, podendo ser compreendidas em termos de poder e dominação, em que uns – grupos - impõe ou tentam impor sua supremacia a outros.

Nesta perspectiva, também Bourdieu (1996) sublinha que as representações traduzem uma dimensão temporal e espacial. Dessa forma, as identidades são estabelecidas simbolicamente. Na prática social, as idéias simbólicas se fortificam quando se tem uma determinação/estruturação econômica ou política.

Segundo o autor, as ações políticas de um estado:

tem como objetivo produzir e impor representações (mentais, verbais, gráficas ou teatrais) do mundo social, capazes de agir sobre esse mundo, agido sobre as representações dos agentes a seu respeito. Ou melhor, tal ação visa fazer ou desfazer grupos [...] produzindo ou destruindo as representações que tornam visíveis esses grupos perante eles mesmos e perante os demais (1996. p. 117), [grifos do autor].

O autor pontua a questão elementar de nossa discussão, espreitando a influência do poder do discurso e as consecutivas representações que se formam a partir deste. Esta análise

é mais bem observada a seguir, quando se analisa particularmente cada jornal e suas especificidades relacionando seus discursos, paralelo a sua importância social e verificando de que forma as matérias são edificadas e dirigidas e por que assumem posicionamentos distintos e/ou semelhantes.

3.3 Nos jornais: a ambigüidade dos discursos sobre os indígenas

Na década de 1970, sob a sombra da construção da Itaipu, os indígenas Avá-Guarani foram tratados como meros coadjuvantes nas páginas jornalísticas, comportamento que também se identifica nos meios políticos. Os jornais de maior circulação evitaram falar do índio das redondezas, do índio *próximo*, do índio que, neste momento, era empecilho para o projeto desenvolvimentista da Itaipu. Em muitos casos, a postura dos jornais assim se fazia, pois alguns deles estavam vinculados à política das elites regionais, cujo interesse era apoiar a implantação da Itaipu.

Ao todo foram catalogados 500 referências/documentos em diferentes jornais e revistas, conforme anexo K. Esse material constitui-se em por manchetes, editoriais, charges, ilustrações, fotos, colunas, artigos, cadernos dentre outros que fizeram referência direta ou indireta aos Ava-Guaraní e ou à Itaipu, entre 1976 a 2000, período em que se centra esta investigação.

Grande parte dos jornais analisados teve seus impressos em Cascavel e/ou em Foz do Iguaçu, que se assumiram – nesse período de estudo - como cidades com maior contingente populacional, giro de investimentos e concentração de capital no Oeste paranaense. Ou seja, apresentavam características sugestivas para a aposta de crescimento das imprensas de comunicação. Porém, devido à curta circulação de alguns destes informativos e à falta de armazenamento em um arquivo que permitisse a consulta aos seus exemplares, a busca por detalhes sobre a maioria deles ficou restrita. Contudo, uma análise mais abrangente foi possível somente nos jornais *O Paraná*, *O Mensageiro* e *O Porantim*, cujos arquivos possibilitaram uma consulta adequada, resultando em um número quantitativo e qualitativo de dados para a pesquisa. A análise foi realizada contrapondo-os em suas discussões, verificando os assuntos relacionados aos Avá-Guarani e Itaipu.

O jornal *O Paraná* se constitui como uma das principais fontes desta pesquisa, com aproximadamente 200 referências. É o único periódico cujo acervo é completo, pois

disponibiliza o livre acesso a todo material assim como a fotocopiagem, que em alguns arquivos não é permitida.

Este jornal paranaense com sede na cidade de Cascavel iniciou sua história com o empresário Jacy Miguel Scanagatta e o jornalista Frederico Leopoldo Sefrin Filho, os quais tinham uma forte influência na conjuntura política regional. Tempos em que se prezava a reafirmação da hegemonia política das classes dominantes, conquistada a partir do projeto nacional desenvolvimentista e levado a cabo nos anos da ditadura militar. Nesta época, o Brasil era governado pelo regime militar, tendo como presidente o general Ernesto Geisel, dessa forma esse veículo de comunicação é construído no interior de um quadro institucional de grande predomínio político.

Desde sua inauguração, marcada com a primeira edição que chegou às bancas no dia 15 de novembro de 1976, a linha editorial do jornal *O Paraná* assumiu uma tendência voltada ao desenvolvimento sócio-econômico das elites e da política local. Embora, esta análise assim o caracterize, o jornal preferiu não assumir explicitamente tal postura, criando um slogan cujo objetivo era anunciar sua responsabilidade social junto ao desenvolvimento sócio-econômico e às lutas reivindicatórias de Cascavel e do Oeste.

O Paraná surge com a finalidade de dar suporte à carreira política do empresário Jacy Miguel Scanagatta o então diretor sócio do jornal. Scanagatta era um conceituado empresário que advinha de uma importante influência social e política na cidade de Cascavel, pertencente à Arena 1, foi eleito em 1968 vice-prefeito e em 1972 candidatou-se a prefeito perdendo as eleições para Pedro Muffato do partido MDB. Já em 1976, mesmo ano de fundação do jornal *O Paraná*, elegeu-se para a prefeitura Municipal e em 1986 foi eleito deputado federal constituinte. Em 1988, tentou, sem sucesso, a direção da prefeitura de Cascavel (SPERANÇA, 1992).

Dois anos mais tarde, após a fundação do jornal, Scanagatta, envolvido com a campanha política, já pensava em vender o jornal, mas queria evitar que ele acabasse caindo nas mãos da oposição. “Comentou o problema em certa ocasião com o secretário de Estado Arnaldo Busatto, liderança local com o qual Jacy se afirmava, e ouviu uma sugestão. ‘Por que o senhor não vende o jornal para o Emir?’” (*O Paraná*, 14/05/2006. capa). Neste mesmo ano, o então diretor Jacy Sacanagatta vende o jornal para Emir Sfair que era assessor de Busatto e colunista de política do jornal. Sfair que escrevia de Curitiba mudou-se para Cascavel e assumiu o jornal em sociedade com o administrador André Heitor Costi.

Emir, além de Advogado, foi um importante jornalista, passando pela redação de *O Paraná*. Mesmo sendo sócio-proprietário do jornal, ele sempre acompanhava o trabalho de editoração. Em 25 de fevereiro de 1998, Emir veio a falecer, deixando o jornal sob o comando de uma equipe afinada com seu estilo de fazer jornalismo. Costi assumiu a direção do jornal *O Paraná* em 1978, quando adquiriu o jornal em sociedade paritária com o jornalista Emir Sfair. André H. Costi continua até hoje atuando com um grupo que também faz parceria na direção do jornal. Emir e Costi imprimiram um modelo de gestão, responsável pelo crescimento e consolidação do *O Paraná* como o principal jornal do Oeste paranaense.

A partir da nova Administração, sobre o comando de Emir e Costi, *O Paraná* ganha nova roupagem, uma vez que passa a investir em qualidade técnica e profissionalismo, abrindo-se a novas correntes políticas. No Editorial da edição de aniversário, em 14 de maio de 2006, consta que com essa nova administração, começava uma parceria bem sucedida que o transformou de deficitário, que era em sua fase “política”, no maior sucesso editorial da região.

O Paraná foi o primeiro jornal oestino a manter publicação por três décadas consecutivas, pois todos os seus antecedentes tiveram curta duração ou sucumbiram a problemas editoriais, econômicos ou por comprometimento político. O jornalismo e a indústria gráfica surgiram em Cascavel ao mesmo tempo, em 1953, inaugurados pelos semanários *Correio d'Oeste*, *A Verdade* e *Diário d'Oeste*. Dentre os mais duradouros, que circularam na região, foi o jornal *Frenteira do Iguaçu*, que enfrentou com vigor a ditadura. Em 1974, passou a circular diariamente, mas sempre estava acossado pela política, pelos militares e pela censura. Em 1975, sofre um atentado criminoso, chamado de o “empastelamento”, que destruiu vários de seus equipamentos. Em fevereiro de 1979, o jornal foi vítima de um incêndio de causas desconhecidas e em agosto seu diretor foi assassinado. Sem apoio, o *Frenteira do Iguaçu* ainda permaneceu em circulação por algum tempo até ser extinto.

Quanto ao jornal *O Paraná*, este nasce em Cascavel, onde compõe sua sede, que prevalece até hoje. Estabeleceu, paulatinamente, sucursais em várias cidades da região Oeste. Isso lhe permitia uma abordagem melhor sobre os eventos da região, onde estava o grande público leitor. Consagrou-se dessa forma, como o jornal diário com maior circulação no Oeste do Paraná e, também, conquistou espaço em parte das regiões Centro-Oeste, Sudoeste e nordeste do Estado.

Assim, *O Paraná* é o jornal mais antigo e de maior circulação regional a que se teve acesso para realizar esta pesquisa. Com um acervo completo contendo praticamente todos os exemplares, permite observar diversas abordagens discursivas do período aqui trabalhado. As pautas do jornal *O Paraná* sempre priorizaram os acontecimentos locais, mas sempre os sintonizando com os assuntos de repercussão nacional, que recebiam destaque nos grandes jornais, principalmente, os assuntos relacionados à economia e à política.

Criado na década de 1970, o jornal *O Paraná* se insere em um contexto em que diversas regiões do país recebiam investimentos em infra-estrutura, momento este conhecido como “milagre econômico”. Este meio de comunicação estava sobre a sombra da censura, que reprimia a publicação de determinados assuntos, especialmente, aos que correspondessem às críticas ao governo e as suas ações. Assim, inevitavelmente, neste período, influenciado por fatores ideológicos e políticos, *O Paraná* caracteriza-se por publicar os acontecimentos de cunho governamental, especialmente, os projetos que se instalavam na região.

A Itaipu é um grande exemplo desses tipos de projetos, pois durante todo processo de implantação desta empresa se visualizou nas páginas do *O Paraná* uma postura protecionista com relação à Itaipu. Foram páginas e páginas em que engrandecem tanto o projeto como as personalidades envolvidas neste entorno. Para os representantes deste periódico e memorialistas da região, este informativo atuou como um dos responsáveis pela construção de uma identidade local, a partir da veiculação de notícias que priorizavam os interesses hegemônicos.

As primeiras referências catalogadas sobre grupos indígenas presentes no jornal *O Paraná* seguiam os padrões da imprensa de grande circulação nacional, como *O Estado de São Paulo*. Dessa forma, as notícias não se referiam ao índio local, mas sim, falava de grupos indígenas de outras regiões brasileiras normalmente de Roraima, região que, neste momento, concentrava grandes conflitos territoriais e que eram temas dos grandes jornais. Essa atitude do *O Paraná* distanciava o problema local existente entre o grupo Avá-Guarani e Itaipu, fato este que se consolidou não meramente por acaso, mas justamente para descentralizar a questão indígena local, que se constituía enquanto um problema e, por isso, não deveria ganhar espaço. Dessa maneira, referências ao grupo, neste momento, poderiam comprometer a implantação da Itaipu, que ocuparia as terras dos Avá-Guarani.

Logo de início, ainda na aprovação dos acordos que autorizam a construção da Itaipu em meados de 1975, o *índio local* é ocultado e mesmo nas *homenagens* ao dia do índio, os

dados na imprensa são genéricos, não mencionando os Avá-Guarani. As poucas notícias sobre *índios* tinham data específica na agenda, ou seja, o dia 19 de abril, quando se comemora o dia nacional do índio.

Para esta análise são selecionadas algumas notas de capa, que fazem referência aos indígenas, veiculadas no dia 19 de abril de três anos consecutivos: 1977, 1978 e 1979. Essas referências podem demonstrar algumas banalizações e generalizações que são feitas com relação à população indígena. Cabe antes lembrar que as notícias de capa funcionam como um rótulo do jornal, tendo em vista que são selecionadas para chamar a atenção do leitor. Essas características além de serem chamativas e transmitirem uma emoção, também fazem parte da lei de mercado, uma vez que sempre se apresentam em caixa alta e, normalmente, acompanhadas por fotos. A seguir seguem as manchetes analisadas no primeiro momento:

Capa I - “Concurso de caracterização promovido nas escolas” (*O Paraná*, 19/04/1977. capa e p. 2);

Capa II - “Índio não pode ler jornal, mas mesmo assim queremos homenageá-lo hoje, pelo seu dia” (*O Paraná*, 19/04/1978. capa);

Capa III - “Reservas Indígenas comemoram hoje, com festa o dia nacionalmente dedicado aos índios” (*O Paraná*, 19/04/1979. capa).

Nos três exemplos, o índio se constitui como algo ausente, sem participação efetiva no cotidiano e nas suas práticas sociais. Visualiza-se que são enfatizadas de maneira limitada e unilateral as ações do não-índio sobre os modos indígenas com que se comemora o dia 19 de abril.

No caso da capa I, o jornal reproduz um evento de “concurso de caracterização promovido na escola”, restringindo o assunto a essa imitação banal que a escola organizou. Na segunda, retratam um índio analfabeto “que não sabe ler”, isso evidencia a idéia de que nenhum grupo indígena tem domínio da língua portuguesa. No terceiro momento, a ênfase maior gira em torno da data comemorativa e não, especificamente, do índio enquanto personagem concreto. O jornal de circulação regional anuncia festejos em um momento que a questão dos Avá-Guarani no Oeste passa por uma situação de muita tensão, pois estão às vésperas da inundação de suas terras. Essa manchete refere-se à “comemoração na Reserva”, mas, neste momento, a Reserva ainda não foi instituída e somente algumas famílias indígenas estavam no local. Em 1979, quando o jornal *O Paraná* veicula o dia 19 nestes termos de

festejo, os indígenas lutam intensamente para não serem aldeados devido à perda de suas terras e à conseqüente ruptura com seu modo original de viver.

As três manchetes constroem uma espécie de anacronismo cultural, tendo em vista que usam uma linguagem que aproxima o *índio* a uma imagem romantizada do *nobre selvagem*, recorrente entre alguns escritores, músicos e pintores do século XIX. Algumas atitudes deste jornal – quando o faz - demandam – genericamente - aos *índios* uma integridade de princípios e de pureza ideológica. Neste viés, a pesquisadora Maria H. O. Matos (2001, p 90) diz que: “toda visão romântica exige certa naturalização do índio, no sentido de associá-lo a um estado de pureza, que na verdade já está deteriorizado entre os *brancos civilizados*”. Ela critica as colocações da imprensa, advertindo que muitas vezes existe uma equivocada necessidade de deslumbrá-lo – o índio -, o que é irreal.

Os exemplos acima extraídos do jornal *O Paraná* foram selecionados para que se possa discutir também o contexto sócio político predominante na década de 1970, quando a imprensa brasileira foi um dos principais alvos da censura militar.

Os jornais de menor circulação, ou seja, aqueles característicos a algumas regiões, como *O Paraná*, sofriam uma forte pressão das oligarquias locais e, por isso, caracterizavam-se por uma linha editorial limitada e direcionada aos poderes locais. Assim, entende-se a razão dos Avá-Guarani serem constantemente ocultados do discurso da imprensa local. Porém, os jornais de grande abrangência deixaram de explorar exclusivamente a imagem exótica do índio, para tratar de suas questões como fatos de importância e de interesse nacional. Percebe-se que as reportagens sobre os índios deixaram de ser publicadas nos cadernos de cultura dos jornais, ganhando destaque nas primeiras páginas de assuntos políticos. A grande imprensa passou a abordar as questões indígenas, pois assim conseguiu veicular certas informações sobre a situação política nacional, que de outro modo seriam duramente censuradas (MATOS, 2001. p 88).

No decorrer desta década, constatou-se, conforme estudos de Maria H. O. Matos (2001), que o índio também foi utilizado para expressar a essência do *ser brasileiro*, só que desta vez, com uma essência política. Isto é, o índio foi usado para expressar os direitos civis dos cidadãos brasileiros ameaçados pela ditadura militar. Como conseqüência ideológica, a questão indígena apareceu na grande imprensa como uma questão legítima de direitos dentro do Estado nacional. Assim, nas décadas de 1970 e 1980, a grande imprensa deixa de abordar o índio como simplesmente o *outro* exótico e passou a inserí-lo como um *outro* ator político.

A seguir apontam-se alguns elementos característicos das notícias que permearam as páginas jornalísticas da imprensa de circulação nacional e que foram reproduzidas - à risca - por *O Paraná*, ainda que a linha editorial deste não incluísse os Avá-Guarani. De maneira geral, os noticiários relacionados à causa indígena neste período de 1970, foram:

- Ação dos Indigenistas contra as negligências do governo diante a questão indígena no Brasil;
- Ações de alguns grupos indígenas contra a má eficiência dos órgãos de defesa ao índio;
- Questão da terra indígena na região Norte do País, especialmente Amazônia e Tocantins;
- Atuação do CIMI e da Igreja diante a negligência da Funai;
- Resistência e morte de indígenas em conflitos.

As notícias acima referidas são divulgadas pelo jornal *O Paraná*, que se assumia neste momento como um diário de grande aceitação na região Oeste do Paraná, sendo um dos poucos de circulação diária. Ao reproduzir as mesmas notícias veiculadas nos diários de circulação nacional, este informativo procura adotar características cosmopolitas a partir do que é projetado na grande imprensa no que se refere às questões indígenas.

Assuntos sobre a questão indígena, na década de 1970, eram usados como forma de criticar o sistema político vigente no país e não, necessariamente, defender a causa indígena, afirma Maria H. O. Matos (2001). Embora *O Paraná*, em alguns momentos, publicasse essas notícias presentes nos grandes jornais, seu princípio ideológico não era o de defender os indígenas, quanto menos o de denunciar a política. Caso fossem estes os seus objetivos, o jornal poderia fazer referências aos Avá-Guarani, porém, conforme o exaustivo levantamento de todas as suas edições datadas da segunda metade de 1970, não faz referência nenhuma a este grupo. Ao contrário, a grande protagonista das páginas diárias foi a Itaipu, que aparece como um grande projeto.

A partir da verificação de seus editoriais e da análise de sua história de edificação, observa-se que *O Paraná* estabelece parâmetros ideológicos para a escolha de pautas das notícias. Fica evidente seu apoio à instalação da Hidrelétrica e sua aposta no desenvolvimento regional a partir da implantação desta, sem demonstrar preocupação com os sacrifícios que isso implicaria.

Desde as primeiras negociações e a aprovação para a construção e implantação da Itaipu, as notícias do *O Paraná* priorizam um discurso edificador, defendido em manchetes, editoriais e longos artigos sustentados por fotos. Estas, ainda que em preto e branco, chamavam a atenção devido ao seu espalhafatoso tamanho, que por vezes ocupa páginas inteiras e/ou parte delas.

Na análise realizada no acervo documental das edições publicadas a partir do início das obras de construção da Itaipu em 1976, até o fim desta década, antes da inundação do reservatório, as notícias publicadas para divulgação da obra ultrapassaram 150 referências, elas estão tanto em editoriais, artigos como em pequenas notas. Um fator que muito chama a atenção é o contínuo uso de fotografias que reproduziam passo a passo a construção da Itaipu. Todas as referências, neste período, mencionam os benefícios gerados com sua construção, e mesmo quando o assunto referia-se aos anos futuros, as abordagens eram postas com excelentes expectativas. Nessas referências, nada é anunciado sobre os problemas sócio-econômicos que mais tarde aparecerão.

Em março de 1977, o jornal *O Paraná* inaugura uma sucursal na cidade de Foz do Iguaçu. O editorial de inauguração sublinha que essa sucursal “nasceu dentro do espírito de normas da nova direção do jornal de fato. Sua tarefa é intensificar o noticiário da Rota das Cataratas – Itaipu” (*O Paraná*, 10/04/1977, editorial). O jornal explicita sua aposta na Itaipu como fator primordial para o desenvolvimento regional e, conseqüentemente, como efeito propício a essa empresa jornalística.

Com a nova sucursal, *O Paraná* cria um espaço específico dentro do jornal para abordar questões relacionadas à Itaipu. Trata-se de um caderno especial, intitulado *Rota das Cataratas*, que começa a ser divulgado no ano de 1977. Esse caderno apresenta fotos e acompanhamentos diários sobre as obras da Hidrelétrica. São abordadas questões sobre o *ontem*, o *hoje* e o *amanhã* associados à construção da *grande obra*. Projeta-se também uma rota comercial/turística, que ligaria as cidades lindeiras – municípios banhados pela represa.

Esse suplemento do jornal atribui status e relevância social à Itaipu, ainda que esta se encontrasse em construção e, também, à cidade de Foz do Iguaçu e às inseridas na rota de turismo. Isso se revela no trecho, a seguir, retirado do artigo de abertura desse caderno: “O iguaçuense, já acostumado, vive uma natural irrelevância à majestade que o cerca [...] o mundo inteiro se maravilha com Foz do Iguaçu, a cidade turismo, a cidade energia” (*O Paraná*, mar/1977. Caderno C, p 7). O caderno anuncia a magnificente obra, que não só seria

responsável por gerar desenvolvimento em diversos setores em Foz do Iguaçu, como faria daquele lugar um centro de referência mundial. Nota-se que as notícias são resultados da agência sucursal de Foz, uma vez que também se preocupa, mesmo que em segundo plano, na promoção do nome da cidade.

Por meio da *Rota das Cataratas*, o jornal aborda questões sobre os processos de firmação dos acordos entre os governos paraguaio e brasileiro e os consecutivos órgãos de apoio políticos e empresariais junto à implantação da obra. A prefeitura de Foz de Iguaçu sempre aparece como um dos órgãos de grande apoio aos convênios para a contratação de funcionários e a construção das instalações/moradias para os mesmos.

A coordenadoria administrativa da Itaipu sempre é muito enfatizada, pois tem como Diretor Geral da *Binacional Itaipu* o Ministro Costa Cavalcanti, que exerce uma força política elementar para a obra. Outras representatividades políticas, que fizeram parte da administração da empresa, também são citadas ao longo dos textos. Essas citações sempre foram muito relevantes e enfatizadas por este jornal, uma vez que as ligações com setores políticos funcionavam como status quando o assunto era Itaipu. A presença de representatividades políticas nas obras e nas negociações da binacional sempre foi um aspecto de entonação especial. Assim, verifica-se que apoiar ou ser apoiado pela política nacional era um fator primordial para o bom andamento do que se pretendia naquele contexto.

A construção de agências bancárias, universidades e hospitais, sinônimos de economia, educação e saúde, também aparecem como ícones de modernização paralela à implantação da Usina. Essas construções são tratadas como elementos cooperadores com o pioneirismo do desenvolvimento local. Trata-se de novidades que despontam como frutos da Itaipu e que, também, atendem de certa forma, aos objetivos vigentes no país, que são o desenvolvimento urbano e a industrialização. Assim, a Itaipu se constrói como um chamariz de novas tecnologias e proporciona a formação de um novo pólo no Oeste do Paraná.

A cidade de Foz do Iguaçu, que agrega a Itaipu se sobressai diante os demais municípios regionais, pois se localiza numa região fronteira – Brasil/Paraguai/Argentina-, lugar estratégico para a construção de uma barragem que serve também para estabelecer uma linha divisória saliente entre os países. E nada mais propício que uma cidade bem estruturada e populosa, que determinaria a grandeza e a força do país. A cidade de Foz é vista como uma aposta de futuro, almejada por diversos setores da região Oeste, seja a imprensa, a política e a economia, que investem na publicidade e nas aplicações práticas sobre a cidade.

O espaço *Rota das Cataratas* tem por finalidade divulgar, passo a passo, o desenvolvimento das obras e as etapas do projeto da hidrelétrica. O futuro é enfatizado sempre como algo próspero. Fala-se que, embora o objetivo primário do projeto seja a produção de energia elétrica, este envolve potencialmente outros aspectos de real importância, tais como a aplicação de um amplo sistema de navegabilidade, o controle das enchentes, a irrigação das terras, o abastecimento urbano e industrial de água, dentre outros fatores (*O Paraná*, s/d). Estes empreendimentos a serem realizados aparecem dentro de um esquema não palpável e transparecem apenas perspectivas, com o objetivo de impressionar e cativar o leitor.

Nada é anunciado sobre os problemas que ocorrerão com o alagamento de uma grande extensão de terras e a consecutiva desapropriação dos Avá-Guarani e das demais famílias que habitam as margens do rio Paraná. Também não são mencionados os problemas sócio-econômicos das cidades afetadas pela barragem. Ao relatar que “vários municípios lindeiros ao rio Paraná serão atingidos pelas águas da represa de Itaipu” (*O Paraná*, s/d), a imprensa não abordada ao menos, por exemplo, a questão da extinção das Sete Quedas (conhecida como uma das sete maravilhas do mundo) e o futuro declínio na produção da soja, afetando a economia local.

3.4 Uma representação do progresso: o discurso sobre a Hidrelétrica

Para melhor visualizar os assuntos que reverenciam a Itaipu, na *tabela 1* explica-se a periodicidade e as principais características das notícias veiculadas em alguns jornais regionais no período de 1976 a 1979. São eles: *O Paraná*; *Jornal de Itaipu*; *Tribuna de Foz*; *Mega News - Informativo da Itaipu* e *O Mensageiro*.

A observação dos referenciais, que resultaram na elaboração da tabela acima, permite a visualização de que *O Paraná* publicou por semana pelo menos uma notícia, que direta ou indiretamente, estaria relacionada ao renome da Hidrelétrica. Isso demonstra o cuidado do meio informativo em acompanhar fiel e periodicamente as transformações da Itaipu, relatando as *glórias* vindouras da empresa com um posicionamento caracteristicamente enaltecedor.

Tabela 1

período	características das notícias
1976	<ul style="list-style-type: none"> - Itaipu é projetada como elemento fundamental para o progresso; - Cria-se perspectivas sobre o desenvolvimento e crescimento da cidade de Foz do Iguaçu em virtude da implantação da Usina Hidrelétrica Binacional.
1977	<ul style="list-style-type: none"> - Predomínio da ênfase sobre o desenvolvimento de Foz com a implantação de Itaipu; - Na cidade, o estabelecimento de Bancos, escolas, hospitais, igrejas, Universidades e rodovias, que gerariam conseqüentemente a grandeza local; - Organizações governamentais e não governamentais interessadas em Itaipu; - Referência a representatividades políticas brasileiras e estrangeiras, o que vem no sentido de engrandecer a importância que a Itaipu representa para o país. São ministros, governadores, prefeitos, deputados, presidentes e intelectuais em geral que voltam atenção à empresa; - Números e cifras que exorbitantes que demonstram o grande investimento para o primor do resultado final; - Binacional referida como grandiosa/primorosa e como uma solução para os problemas energéticos no Brasil e Paraguai.
1978	<ul style="list-style-type: none"> - Expressam o apoio de grandes entidades, institucionais e políticas junto à obra, seja em convênios, empréstimos, financiamentos e apoio político de forma geral; - Diversas fotos demonstrando o estágio das obras; - Ênfase sobre as representatividades que visitam as obras; - Planos, projetos e investimentos para a auto-suficiência da empresa.
1979	<ul style="list-style-type: none"> - Reta final da construção; - Predomínio e ênfase no que diz respeito às visitas às obras; - Necessidade de divulgar o estágio das obras através de fotos;

A posição assumida por estes jornais servia para promover o projeto da Itaipu vinculando-a aos interesses locais, desencadeando o abafamento das necessidades das minorias indígenas e agrícolas. Nesta Segunda metade da década de 1970, esses informativos se empenharam em construir uma imagem promitente do que viria ser a Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Essa postura reverente se manteve até o início da década de 1980, com o término das obras de infra-estrutura, ou seja, a formação da barragem no curso do Rio Paraná. A formação do lago de Itaipu inundou aproximadamente 1400 km² de terras (800 km² no Brasil e 600 km² no Paraguai). No Brasil, o alagamento recobriu uma extensa faixa desde a cidade de Guaíra até Foz do Iguaçu. Neste trecho, as águas atingiram também os municípios de São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, Terra Roxa e Altônia (DOC I). Cabe lembrar ainda que, embora não apareça nos dados quantitativos levantados nos documentos da ADESG, nesses trechos localizam-se também as terras indígenas dos Avá-Guarani, porém estas áreas não são mencionadas nestes levantamentos de estudos sobre segurança e desenvolvimento, elaborados pela ADESG, isto, já que o objetivo desta Associação dos Diplomatas era de cunho nacionalista, pois os mesmos trabalhavam e atendiam aos interesses do governo.

Com a formação da barragem e a conseqüente submersão de milhares de alqueires de terra, diversos movimentos sociais começaram a eclodir na região. Com a constante negligência em relação aos problemas gerados, as pessoas que de alguma maneira foram prejudicadas se dispunham a reivindicar e a denunciar os danos proporcionados pela Itaipu. Eram agricultores, comerciantes e indígenas que se organizaram contra a supremacia da Itaipu. Esses manifestos populares também denunciavam o descaso dos órgãos governamentais, que defendiam a implantação da Itaipu, uma vez que visavam o desenvolvimento e para isso os problemas das minorias deveriam ficar ocultos.

Esses movimentos geraram um agravante, que não fugia aos olhos da população local e, conseqüentemente, ganhou espaço nas colunas dos jornais. A partir desses movimentos, mesmo que, sutilmente, os jornais ampliam o seu campo de abordagem sobre as manifestações e sobre os elementos negativos decorrentes da implantação da Itaipu.

Na primeira metade da década de 1980, percebe-se uma mudança de abordagem dos textos jornalísticos, principalmente, no *O Paraná*. Na *tabela 2*, se estruturam as principais informações veiculadas neste período.

Cabe observar que, somente após as manifestações realizadas pelos indígenas, estes passam a ser reconhecidos como agentes sociais do processo. Ou seja, o Avá-Guarani começa a ganhar espaço, embora a questão que o envolva não apareça com as devidas singularidades.

Tabela 2

período	características das notícias	
	Mencionam os problemas	Maquiam os problemas
1980-1985	Itaipu em debate: o que será do oeste depois de Itaipu.	- as alterações provocadas são analisadas pela própria empresa.
	Agricultores prejudicados: O jornal demonstra a insatisfação dos grupos locais, que se organizam em manifesto contra as propostas ofertadas;	- O impasse pode ser resolvido; - solução a vista; - reivindicações dos colonos foram aceitas.
	Terras indígenas: pela primeira vez os problemas indígenas aparecem nos discursos do O Paraná;	- O problema indígena em debate na UFPR: Fala-se das discussões sobre as questões relacionadas aos índios Avá-Guarani sem nem ao mencionar a presença ou opinião deste grupo.
	- Sete quedas: o desaparecimento de uma das sete maravilhas do mundo é uma das principais perdas, segundo o jornal;	- Nasce em Foz o maior espetáculo da terra; - Figueiredo e Stroessner visitam a Itaipu: o jornal usa novamente da presença de autoridades para enfatizar a importância da usina e abafar a discussão acerca da submersão da sete quedas.

Conforme as anotações da *tabela 2*, observa-se que as questões polêmicas, que são objetos de discussão, aparecem de maneira grácil, sem tanta veemência, de forma a não exacerbar as problemáticas envolvendo a Itaipu. Em contrapartida, para as problemáticas decorrentes da implantação da Itaipu, o jornal *O Paraná* não tarda em apontar “soluções” ou possibilidades – mesmo que irreais - como forma de suplantar os eventuais problemas emergentes na região.

O ponto em discussão que é levado à Justiça pelos Avá-Guarani tinha importância tão complexa quanto a questão agrária ou sócio-econômica reivindicada por outras organizações regionais. Mesmo assim, o jornal procura contornar a situação com notícias amenas, como quando sublinha que as “terras indígenas devem ser compensadas” (*O Paraná*, 12/03/1982. p 5). A situação da desapropriação dos Avá-Guarani aparece de modo como se fosse apenas uma eventualidade e que esta condição se resolveria sem maiores complicações

com a compensação de novas terras. As discussões sobre o destino destes indígenas são debatidas, porém sem a presença deles ou de suas representatividades, mas sempre enfatizando a presença, principalmente, de membros da Itaipu, como se estes fossem porta vozes dos interesses dos indígenas, quando em verdade acontecia o contrário.

É visto que os jornais podem adotar uma linha de pensamento, sob inspiração de doutrinas e teorias políticas, bem como de interesses econômicos e partidários. Por conta disso, as notícias são muitas vezes tendenciosas. No caso das publicações sobre os grupos indígenas, são esquecidos não só os valores culturais, mas os discursos jornalísticos também ignoram os direitos indígenas previstos na Constituição. Por exemplo o artigo 231 da Constituição reconhece aos índios a sua organização social, seus costumes, suas línguas, suas crenças e suas tradições e, ainda, os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las e, também, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. Mas conforme as diversas notas publicadas nos jornais, os direitos indígenas parecem não existirem e, por isso as questões de interesses políticos e desenvolvimentistas se sobressaem a estes povos, atitude característica de alguns jornais do oeste paranaense, como especialmente *O Paraná*.

Ao analisar os diversos enunciados do *O Paraná*, percebe-se que, ao tratar a questão das terras indígenas, este em seus noticiários constitui uma própria razão/fundamentação dispensando o que rege a legislação. Sem maiores detalhes não acompanha o processo das negociações com os indígenas, como também não pontua maiores informações sobre as tensões que se formam contra a Itaipu. Prefere ladear o assunto como que com *panos quentes*, divulgando conteúdos que suplantam os agravantes circunstanciais, sem em nenhum momento apontar os reais e legais direitos que cabem aos indígenas.

3.5 Os Avá-Guarani na década de 1980: em cena na imprensa

Aos poucos diferentes jornais começam a circular no oeste paranaense, ainda que com menor grandeza de circulação e/ou *glamour*, estes não apresentam um vínculo com a Itaipu, tal qual *O Paraná* havia constituído/assumido. Verifica-se, nestes *pequenos* periódicos semanais e/ou mensais, que as críticas se dão de forma mais fervorosa. Alguns destes informativos são: a *Revista Nosso Tempo*, o jornal *Alerta Geral*, *Folha de Notícias*, o jornal

Ilha Grande, o jornal *O Globo*, o *Jornal das Sete Quedas*; a *Revista Oeste*; o *Oeste*; a *Jornal Visão*; o *Boletim do Cimi*; o *Informe do Cimi*; o *Informativo do CIMI Sul* e o *O Porantim*.⁹

Uma possível explicação para posturas mais ríspidas desses informativos, pode ser compreendida, uma vez que estes se constituíram num período quando os problemas com a Itaipu já despontavam. Ou seja, em um momento em que se tem a emergência dos movimentos sociais, assim como as novas coligações se haviam instituído ou estavam em formação, sejam de caráter político ou econômico. O próprio sistema político militar do país estava desgastado e muitos jornais surgidos neste período, regionais ou de grande circulação, contestam, ainda que, sutilmente, este regime e aqueles que os apóiam.

Outro fator que pode ter influenciado não só esse novo posicionamento dos meios informativos, mas também o surgimento de uma diversidade maior deles foi o fim do AI-5¹⁰ em 1978, o que proporcionou maior organização das oposições, ao repor algumas liberdades legais, como o fim da censura à imprensa. A nova abertura da imprensa está associada também à formação dos novos partidos surgidos da reorganização da política nacional, legitimados em 1980.

Alguns destes jornais – regionais - permaneceram pouco tempo em circulação, ora por falta de apoio para sua manutenção, ora por pressões locais. Esses jornais de menor circulação não tiveram preservados seu acervo e por conta disso as informações mais significativas não puderam ser examinadas. Em alguns arquivos, como os das Bibliotecas e Centros de Documentações, podem-se encontrar recortes ou exemplares isolados destes jornais, o que por um lado impossibilita uma pesquisa metódica. Mas de qualquer forma, ainda que, em quantidade reduzida de exemplares, tais fontes, mesmo que avulsas, permitem contrapô-las com os periódicos de maior duração, como o caso do *O Paraná* e *O Mensageiro*. Estes últimos, devido a sua tradição e estrutura, dispunham de um acervo completo para consulta.

No início da década de 1980, quando se ingressa em um novo momento histórico, em decorrência não só da política nacional, mas com relação ao aldeamento dos Avá-Guarani. Os registros do jornal *O Paraná* e *Gazeta do Povo* não enfatizam o impasse entre este grupo

⁹ As cidades de editoração podem ser verificadas no anexo K.

¹⁰ Ato Institucional número 5, decretado em 13 de dezembro de 1968, que suspendeu as garantias individuais, fechou o Congresso Nacional e deu plenos poderes ao presidente da República, tendo por objeto combater o que os militares denominavam se subversão. Este período foi considerado o momento mais crítico da ditadura militar (FAUSTO, 2002).

indígena a e Itaipu, tratando o assunto como algo de caráter simplista. Exemplos como; “Terras indígenas devem ser compensadas” (*O Paraná*, 12/03/1982. p 5), “Reassentamento dos índios do Ocoí terá a solução em breve” (*Gazeta do Povo*, 8/5/1982, p 28) são evidências não necessariamente de um desconhecimento sobre a causa, mas sim de um modo de tratar a luta deste indígenas desconsiderando a complexidade do assunto. Os respectivos textos são utópicos e maquiados de modo a apaziguar o problema. O artigo do jornal *O Paraná* apresentado a seguir na íntegra, discorre sobre a compensação das terras indígenas.

Até o final da semana que vem deverá estar resolvido o problema do represamento dos índios que hoje ocupam uma área na Barra do Ocoí, que será inundada pelo reservatório de Itaipu. Ontem houve uma reunião no escritório da Binacional, em Curitiba com representantes da Comissão de Justiça e Paz, Anai e outras entidades, com o advogado da Itaipu, Paulo Campos, quando muita coisa ficou acertada (*O Paraná*, 08/05/1982. p 28).

O articulista tenta reproduzir o suposto *esforço* da Itaipu em relação ao problema das terras indígenas. Mas, para um observador, o relato demonstra nada mais que o uso de um discurso infundado, aplicado para apurar a complexa situação de reassentamento dos indígenas. Afinal, como muito já foi discutido no início deste trabalho, como também em diversas pesquisas científicas, a questão territorial indígena não é algo que possa ser resolvido em *uma semana* – como assevera *O Paraná* - e sem a presença da parte interessada, neste caso, os indígenas. O jornal fez questão de frisar a presença de várias lideranças, mas não tem a preocupação de expor/discutir a ausência de representantes da comunidade Avá-Guarani. Presença essa que, inclusive, foi dispensada em grande parte das reuniões sobre a terra indígena, mas isso parece ser apenas um detalhe no discurso jornalístico aqui referido.

Por outro lado, o jornal *Visão*, de pouco renome, tratou a questão sob outra perspectiva, ao realizar um contraponto expressando os temores dos Avás-Guraranis. Abaixo, segue-se um trecho de um artigo sob o título de: “luta pela terra: Avás-guaranis não querem sair”:

Há anos uma solução vem sendo buscada, mas até o momento nada está definido. A última proposta partiu da direção da Itaipu Binacional e foi imediatamente aceita pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Os guaranis deixariam sua terra no Ocoí, a 60 km de Foz do Iguaçu, e passariam a viver numa extensão de 20 hectares ... A comunidade guarani não aceitou a proposta alegando que as terras não são boas para o cultivo e, por ser área alheia, poderiam ser novamente removidos no momento que a Itaipu Binacional desejasse (*Visão*, 26/04/1982. p 33).

A íntegra do artigo aponta informações elementares sobre as negociações e, também, trata da interferência da Funai, o que não era mencionado nos jornais diários e quando eram não deixaram transparecer as críticas. *O Jornal Visão* contextualiza a situação desse grupo (embora se refira a ele genericamente como “Guarani”) e, principalmente, esclarece a indignação, a resistência e o posicionamento do grupo. Esse jornal surpreende ainda, pois, paralelo ao artigo acima referido, traz uma charge satirizando a situação imposta aos índios, os quais “estariam dispostos a morrer nesta área” quando, dentro de alguns meses, seriam abertas as comportas da hidrelétrica de Itaipu e tudo seria “engolido pelas águas” (*Visão*, 26/04/1982. p 33).

A charge da figura 2 se apresenta como algo novo e diferente na imprensa regional, considerando que ainda se estava sob o domínio de um governo repressor. Mesmo que a imprensa iniciava um processo de abertura pós AI-5, o posicionamento deste pequeno impresso rompe com um estilo tradicional dos jornais locais.

A estratégia do informativo, através dessa expressão, é explicitar críticas sobre a situação do grupo indígena lesado com o alagamento. Entre a diversidade de fontes escarafunchadas em diferentes arquivos, raras são as que abordam as tensões do momento. Essa atitude do jornal *Visão* faz dele precursor por banalizar a Itaipu por meio da questão indígena que até então pouco aparece nas páginas dos jornais locais. Neste contexto, a sátira aparecia como um importante elemento de vertente da insatisfação, assim o jornal incorpora um significado paraliterário que se articula com a realidade política e social através da constituição de uma crítica feroz e de um humor inteligente (KUCINSKI, 1991). Os propósitos da charge apareciam, neste momento, com a finalidade de conscientização, de mobilização e de acusação.

Ao lembrar que o regime militar, instalado no Brasil a partir de 1964, impôs mudanças bruscas no cotidiano do brasileiro, nota-se que a imprensa sofreu alterações que a

obrigaram a adaptar-se às novas formas de comportamento e de linguagem exigidos. Com a criação do AI-5 em 1968, a ditadura ficou ainda mais autoritária, sendo a imprensa o alvo mais visado pelas forças de segurança. A charge se destaca entre as formas de expressão usadas para driblar a censura. Bernardo Kucinski (1991) diz que essa valiosa produção só foi possível graças à imprensa alternativa. Tal objetivo funciona como uma crítica humorística imediata de um fato ou de um acontecimento, sempre interagindo com o universo a que faz referência, construindo uma visão crítica da história.

numa extensão de 20 hectares — nos municípios de São Miguel do Iguçu e Santa Helena — e em mais 80 hectares situados numa faixa de domínio da hidroelétrica. A comunidade guarani não aceitou a proposta alegando que as terras não são boas para o cultivo e, por ser uma área alheia, poderiam ser novamente removidos no momento em que a Itaipu Binacional assim o desejasse.

Diante da recusa dos avás-guaranis, a Funai determinou a elaboração de um "laudo antropológico" onde se lê que algumas famílias não mais se identificam como indígenas, o que tiraria do órgão qualquer responsabilidade sobre elas. O "laudo" irritou os integrantes da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz, seção do Paraná, que solicitaram à Associação Brasileira de Antropologia a feitura de um outro laudo. Este documento, assinado pelo antropólogo Edgard de Assis Carvalho e intitulado "Avá-guarani do Ocoi-Jacutinga", afirma que, "com o pseudolaudo do órgão tutelar, rompe-se com os direitos constitucionais, nega-se o exercício da diversidade a um grupo indígena que se configurou como habitante imemorial da área. Urge que o Estado cumpra com suas funções, (...) destinando à comunidade indígena área equivalente à anterior, inclusive quanto às condições ecológicas".

Além de apontar os avás-guaranis como um dos grupos mais puros da nação guarani, o antropólogo afirma que, a viver numa área que não lhes pertence, os índios preferem embrenhar-se pela mata e sucumbir com seus deuses, terras e mortos.

Organizados de consumidores, como associações de moradores, de classe, ou quaisquer outras comunidades. As cestas conterão de dezolito a 25 produtos a um preço que poderá situar-se por volta de 1.000 cruzeiros, entregues em locais previamente determinados, o que explica a exigência de grupos organizados.

A iniciativa já está sendo testada em sete associações de moradores da Zona Sul do Rio de Janeiro, exigindo-se um pedido mínimo de quarenta a cinquenta cestas e um local adequado para a recepção e distribuição dos produtos ao consumidor.

E o presidente do CEASA faz questão de dizer que as alternativas apresentadas ao consumidor não visam a acabar com as feiras livres. Acha que se forem dadas melhores condições aos feirantes eles irão abastecer melhor a população e deixarão de se preocupar com os sacolões. Por is-

so mesmo o CEASA quer orientá-los, auxiliá-los e dar-lhes assistência.

E, com relação ao intermediário, Massaharu Seo diz que existe um jogo de empurra entre varejistas e atacadistas, sem que ambos percebam que a raiz de tudo se encontra na comercialização deficiente, responsável quase sempre pelas falhas no abastecimento, pela alta dos preços oferecidos ao consumidor e pelas queixas permanentes dos produtores. □

INDÍGENAS

Luta pela terra

Avás-guaranis não querem sair.

■ Os índios avás-guaranis — considerados dos mais puros entre os remanescentes da nação guarani — ocuparam durante mais de um século 1.500 hectares de terras na barra do Ocoi, no Oeste do Paraná. Hoje restam apenas cinquenta índios vivendo miseravelmente em 50 hectares de terras férteis. Mas todos estão dispostos a morrer nesta pequena área quando, dentro de alguns meses, forem abertas as comportas da hidroelétrica de Itaipu e tudo for "engolido" pelas águas.

Há anos uma solução vem sendo buscada, mas até o momento nada está definido. A última proposta partiu da direção da Itaipu Binacional e foi imediatamente aceita pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Os guaranis deixariam seus 50 hectares no Ocoi, a 60 km de Foz do Iguçu, e passariam a viver

33

Figura 2 – Charge sobre a luta dos Avá-Gurani pela Terra - (*Visão*, 26/04/1982, p 33)

Essa discussão acerca da charge leva a refletir sobre o uso da imagem nas páginas jornalísticas, pois, especialmente, a foto foi um elemento quantitativamente usado pelos jornais locais. O emprego da imagem como instrumento de opinião atende, muitas vezes, ao imperativo de influenciar um público maior que aquele dedicado à leitura atenta dos gêneros opinativos convencionais, como o editorial, o artigo, a crônica etc.

A charge produz um impacto imediato, seja pela evidência, seja pelo eventual humorismo. Verifica-se, assim, uma participação mais consciente na captação do cotidiano. Isso se dá devido à cumplicidade criada entre o leitor e a imagem, que funciona como um espelho das suas angústias, retratando a realidade. O que não quer dizer que toda imagem inserida na imprensa tenha função opinativa. Algumas são meros recursos gráficos para informar ou explicar, como, por exemplo, os mapas funcionam como localizadores, os gráficos dão uma visão estatística, as vinhetas funcionam como um repouso para o olhar, as ilustrações apelam para um lado mais contemplativo.

3.6 Na imprensa alternativa: denúncias em relação à Itaipu e à Funai

Como citado anteriormente, outras agências de pequenos jornais parecem aproveitar essa abertura na imprensa – em 1978 - e adotam um discurso mais autônomo, com matérias que se sobressaem em relação ao que se acompanhava nos jornais de maior tradição. Cabe assinalar que a atuação do jornal *O Porantim* teve grande destaque no que diz respeito às notas sobre a questão indígena e o embate com a Itaipu. Foram catalogados aproximadamente 40 anotações desse jornal, que determinaram a reflexão sobre este meio informativo e sua conseqüente postura no recorte estabelecido para o estudo.

O Porantim teve seu primeiro número mimeografado em maio de 1978, esse jornal tem periodicidade mensal. Com sede em Brasília, sua pauta é elaborada a partir de uma reunião geral mensal com os representantes do Cimi nesta cidade, quando são discutidas as idéias e as ações que serão promovidas, bem como a avaliação dos trabalhos já em curso e da própria conjuntura nacional. Além disso, o jornal também é composto por matérias encomendadas às regionais, ou por estas enviadas espontaneamente e, ainda, com contribuição dos próprios leitores. Em geral, os textos refletem a linha ideológica do jornal, que é a mesma do Cimi: a defesa dos direitos indígenas no contexto político-social, afirma Regina Vieira (2000) em um estudo específico sobre *O Porantim*.

Trata-se do veículo de divulgação da questão indígena junto à sociedade abordando todos os assuntos referentes a esses povos, tanto sobre a cultura, as questões legais e religiosas, como sobre o direito de autodeterminação da nação indígena. As notícias desse jornal chamam a atenção por serem sempre opinativas e interpretativas, explicitando uma ideologia do jornal com o seguinte *slogan*: “*O Porantim* - defesa da causa indígena”. Nos seus artigos e entrevistas estão presentes a crítica e a denúncia à política indigenista oficial, particularmente no que se refere à atuação da Funai na proteção e demarcação das terras indígenas. A característica de denúncia, segundo Regina Vieira, nasce com o próprio jornal, que retoma a caminhada dos povos indígenas.

Apesar de ser um jornal vinculado a CNBB, o seu conteúdo não é religioso, mas combativo e coerente ao defender a causa indígena. Dessa forma, trata-se de um jornal alternativo que tem como interlocutores/leitores os universitários, os missionários vinculados ou não ao Cimi, os padres, os pastores, os religiosos, os políticos, os antropólogos que atuam junto aos organismos oficiais ou não, as pessoas jurídicas, principalmente as organizações não governamentais, que atuam ou mantêm algum contato com as nações indígenas. Pelo que consta nos arquivos onde foram levantadas as fontes para esta análise, *O Porantim*, neste período estudado, assumiu importância considerável na região oeste do Paraná, de modo que em diferentes acervos foram encontrados vários exemplares - antigos e recentes - para pesquisa. Por isso, acredita-se que de alguma forma, através do Cimi ou de outras organizações, *O Porantim* circulava na região, acompanhando o processo que envolveu os Avá-Guarani e as suas constantes lutas pela terra. Isso se comprova pelo fato da existência de diversas matérias presentes no *Porantim*, que tratam estritamente sobre esse grupo.

Por ser um jornal independente em sua linha editorial, este não tem coligação com qualquer tipo de poder político ou econômico vigente na região Oeste e, por isso, preza a autonomia, que rejeita a visão folclorista atribuída muitas vezes aos Avá-Guarani pela imprensa local. Este se apresenta com um discurso crítico e de denuncia ao revelar os direitos deste grupo frente à Itaipu, à Funai e ao Incra.

Para compreender as críticas, essa discussão segue abordando os anos que sucederam à formação do lago de Itaipu na região fronteira do extremo oeste do Paraná, que compromete as terras indígenas. Neste concatenamento, o ano de 1982 foi muito polêmico devido ao fechamento das comportas da Itaipu, que levaria à formação do lago. Isso ocorreria em março e conforme o cronograma da Itaipu as comportas seriam fechadas em maio, apesar

de os índios Guarani, como eram chamados, ainda estarem sem destino. As autoridades, da Funai, do Incra, da Itaipu ou tampouco do governo não mostravam preocupação com esse *desastre*. Com o fechamento das comportas da Itaipu Binacional, as terras tradicionalmente ocupadas seriam totalmente alagadas, deixando submerso o chão sagrado deste povo.

Diante disso, várias interrogações são feitas: o que fazer? para onde ir? Essas questões, cujas respostas ninguém se designou a dar, ainda que, em vésperas da inundação das terras dos Avá-Guarani, foram a base de um documento enviado pelas lideranças desta comunidade para o presidente da Funai, coronel-aviador Paulo Moreira Leal. Entre outras coisas, escreveram que “não é de hoje que procuramos demonstrar nossa preocupação com a situação e a incerteza de nosso futuro”, assinado por Fernando Martins Parãrá Wypóty e Odilon Benites Tupatyry, em nome dos demais membros da comunidade.

O jornal *O Porantim*, caracteristicamente crítico no que se refere às questões indígenas em geral, acompanha o caso procurando pontuar os bastidores deste processo. A edição de janeiro/fevereiro de 1982, divulga uma matéria com vários trechos do documento encaminhado à Funai. Nessa matéria são relatadas partes que revelam os trâmites das negociações. Vejamos:

A delegacia Regional da Funai propôs, no dia 23 de março de 81, em Curitiba, que fossemos transferidos para a reserva do Rio das Cobras, e nossos representantes disseram que na realidade, se temos que sair de nossas terras, queremos continuar vivendo como comunidade que somos, em área equivalente a que ocupamos hoje, e que precedem de nossos pais e avós, sem sofrermos as restrições que teremos nas áreas da Funai que já são habitadas por outros grupos indígenas.

Apesar de toda nossa movimentação e das entidades que nos tem apoiado, nosso problema continua sem solução, tampouco recebemos qualquer resposta oficial neste sentido. Agora, aproximando-se o prazo da conclusão da represa de Itaipu, nossas preocupações são ainda maiores: logo teremos que deixar nossa terra e até agora ninguém, Funai ou Itaipu, nos ofereceu área idêntica à que iremos perder contra a nossa vontade. (*O Porantim*, jan/fev 1982. n 36, p 8 e 9)

Através deste e dos demais trechos extraídos do documento original, *O Porantim* explicita a angústia dos Avá-Guarani, diante da transferência para áreas desse aldeamento¹¹. O jornal finda a matéria acima citada, dizendo que “a carta requer, de forma urgente, ‘que a

¹¹ Sobre as propostas de transferência para a Reserva do Rio das Cobras, ver RIBEIRO, 2002.

Funai providencie imediata destinação de nova área com igual dimensão e qualidade (segundo nos assegura o artigo 20, parágrafo 3º e 4º do Estatuto do Índio)”. São registrados estrategicamente trechos que mostram grande primordialidade e conhecimento dos indígenas no que diz respeito a seus direitos constitucionalmente estabelecidos, como também, revela a prepotência com que o estado trata este índio.

Entre outras matérias, *O Porantim* sinaliza o elenco que faz parte deste processo indicando os prós e os contras na luta dos Avá-Guarani, expelindo críticas à Funai, à Itaipu, ao Incra. Isto fica claro no trecho seguinte:

As sucessivas mobilizações das lideranças daquela comunidade (referindo-se aos Avá-Guarani), com o apoio do CIMI-Sul, Anáí-PR e Comissão Justiça e Paz do Paraná, conseguiram fazer a Itaipu, a Funai e o Incra desistir de suas absurdas propostas de remoção para outras áreas, menores e desmatadas (*O Porantim*, jun/jul 1982. p 4) [grifo meu]

A matéria acima vem intitulada “A água, a luz: a destruição”, este jornal claramente expressa sua insatisfação contra os procedimentos realizados às populações indígenas. Neste caso, menciona, especificamente, a situação que perpassa o grupo Avá-Guarani no oeste paranaense.

E como um todo, também critica a postura das ações políticas nacionais que por meio da gana capitalista preocupam-se somente com os projetos ditos de desenvolvimento. Várias vezes, o jornal teceu críticas/acusações contra a criação de hidrelétricas, alegando que o aproveitamento do potencial energético planejado pela ditadura militar, se daria a qualquer preço, já que com o represamento dos rios dezenas de áreas indígenas seriam inundadas, comprometendo o seu espaço de vivência.

Em 1982, diante da dramática situação dos Avá-Guarani, *O Porantim* não poupou palavras para expressar sua posição ao que se instaurava na região oeste paranaense. Após contestar especialmente o descaso das autoridades governamentais, discorre que,

Não importa que a construção das barragens faça submergirem aldeias, lavouras e matas de numerosos povos indígenas – alguns, inclusive, ainda não contatados. Aliás, completa-se assim o plano diabólico de espoliação total: após confinar as populações indígenas em áreas insignificantes – muitas das quais sem qualquer demarcação ou outra garantia mais efetiva-, o governo avança sobre o que resta, mandando à frente, os valhões das represas. (*O Porantim* jun/jul 1982, p 4).

Trata-se de uma crítica à ideologia desenvolvimentista, que é presente no país e, conseqüentemente, paralelo a esse fator. Ainda salienta o descaso a que os grupos indígenas são submetidos. Aproveita a oportunidade para abarcar também situações de grupos que, antes mesmo de serem conhecidos, tornam-se vítimas desse sistema. Por fim, ao falar que “o governo avança sobre o que resta, matando tudo à frente...”, o jornal contesta de maneira explícita o sistema governamental.

O trecho acima se reporta às questões que envolvem os Avá-Guarani, mas o jornal aproveita essa ocasião, para denunciar questões semelhantes que lesam os demais grupos indígenas em terras nacionais. Assuntos que de modo geral acabavam por não aparecer nas páginas jornalísticas, especialmente dos jornais de grande circulação, uma vez que se privilegiavam assuntos metropolitanos.

Logo após a formação da barragem em 1982, o Conselho Indigenista Missionário, através do *O Porantim*, tece pesadas críticas contra a Itaipu Binacional, principalmente no que diz respeito à violação de suas terras e de direitos, o que segundo o Cimi, teria acontecido na desapropriação das terras dos Ava-Guaranis, inundadas pela Hidrelétrica.

Uma das grandes críticas apresentadas pelos indigenistas, que denunciam a ação da Itaipu Binacional como “genocida”, é o enorme aparato mobilizado em termos de recursos para a realização de salvamento ecológico, em proporção muito mais elevada do que os esforços para reassentar as comunidades indígenas das margens do Rio Paraná. Segundo documentos do Cimi, enquanto cada família indígena composta por 6 ou 7 pessoas iria receber em média 20 hectares, cada animal do projeto de recuperação ecológica estaria recebendo no mínimo 7 hectares. Isto significa, explica os indigenistas, “que uma família indígena vai poder ocupar, respeitando mato, fazendo roça, construindo casa, deixando outros espaços, a mesma quantia da terra que vai ser entregue à ocupação de 3 animais (três ratos, por exemplo)” (*O Porantim*, 1983).

No entanto, a principal contestação dos Avá-Guarani, conforme apresenta o jornal, diz respeito às terras que ficaram debaixo das águas. Em nota à *Gazeta do Povo* (30/03/1983), Wilmar D'angelis, representante indigenista da comissão Paz e Terra, alega que o mapa inicial que representava a área total a ser inundada após o represamento foi fraudulento e que este teria sido alterado com a anuência da própria Funai, que participou das negociações, pressionando os índios a aceitar a proposta efetuada pela Binacional.

De modo geral, com a circulação de novos jornais, questões antes não proferidas são temas que, pouco a pouco, ganham espaço. Assuntos como, reforma agrária, distribuição de terras no oeste paranaense, crises sociais e agrícolas, prejuízos econômicos, reivindicações sociais e, também, a questão indígena local, eclodem nas páginas jornalísticas. Assim também, paulatinamente, a imagem idealizada da Hidrelétrica Binacional de Itaipu começa a ser rompida.

À medida que a censura abrandava, até terminar oficialmente em 1985, o Brasil passou a viver um novo momento, com a redemocratização política e a chamada Nova República. Após o início desse processo de reabertura política, o Estado brasileiro passou a amparar-se ideologicamente na idéia da consolidação da democracia nacional, estando às voltas com os fantasmas do regime autoritário dos anos anteriores. Mas é somente nos anos de 1990 que o governo brasileiro assume uma política neoliberal com viés centrado na globalização.

Mesmo pós a ditadura, as crises econômicas continuam a perseguir a população. Percebe-se nesta época que altos índices de violência urbana e rural são divulgados nacionalmente, os quais passam a ser indicadores do agravamento de uma crise social no país. Esse momento sócio político, de acordo com Maria Helena Ortolan Matos (2001, pp. 91-92), resultou em um redirecionamento tanto das políticas como dos movimentos locais, repercutindo diretamente no discurso da imprensa que, também, assume nova postura, com novas abordagens. Assim, por exemplo, é possível visualizar nas páginas dos jornais reportagens retratando conflitos e assassinatos de sem-terra, crise no sistema penitenciário e mortes de detentos, seqüestro de membros da elite política e econômica do país, catástrofes ocasionadas pelas secas e enchentes, entre outras.

No entorno regional, os informativos inserem-se no esplendor da pós-ditadura, apresentando-se com uma nova roupagem e, consecutivamente, as questões indígenas passam a ter menos espaços que as notícias que se tornaram os novos ícones do sistema sócio-

econômico. A novidade estava, principalmente, na produção e exportação da soja, que se torna referência de riqueza no oeste. Os municípios começam a apostar na produção de grãos e isto resulta em diversas ramificações que passaram a ser o novo investimento na região, envolvendo as instâncias urbanas e rurais. As políticas locais, também se inserem neste novo momento econômico apoiando tudo o que viesse de alguma forma contribuir para o desenvolvimento que se instaurava nas pequenas cidades. Isso acontecia de certa forma, como uma esperança de progresso para as pequenas cidades da região, fato que desencadeou grande repercussão, especialmente, na imprensa.

“Construção de grandes armazéns”, “livres descontos para exportações”, “exportação como superávit”, “fortalecimento das políticas locais”, “desenvolvimento e autonomia dos municípios”, estas são algumas das notícias que eclodiram nas páginas dos jornais locais, principalmente no jornal *O Paraná*. Tendo em vista que este sempre se manteve ligado às oligarquias em ascensão, neste momento, apostava também no progresso do oeste.

Porém, na segunda metade da década de 1980, (nos jornais) *O Porantim e (revista) Oeste* prevalecem as abordagens em relação aos Avá-Guarani e sua condição depois do aldeamento na Reserva do Ocoí. *O Oeste* trata-se de um informativo, que se diferenciava dos outros periódicos por veicular longas matérias que, muitas vezes, priorizavam a questão indígena.

Em 1986, aldeados há cinco anos, este grupo vivia em péssimas condições, decorrentes do abandono da Itaipu e do descaso da Funai. Após diversas negociações frustradas, as famílias da comunidade resolveram encaminhar um documento – carta – reivindicatório a Hon Barber Conable, presidente do Banco Mundial. A carta é publicada na íntegra pelo jornal *O Porantim* na edição de novembro daquele ano. Com o objetivo de deixar o documento falar por si, o jornal não fez comentários, veiculando somente a íntegra do conteúdo organizado pelos indígenas. Nenhum outro jornal priorizou divulgar o documento, que além de ocupar um espaço considerável, demonstrava as críticas vorazes contra diversas instâncias privadas e públicas, que os deixaram a mercê da boa sorte.

No correr de 1987, a Revista *Oeste* divulga “a luta do Avá-Guarani” (Revista *Oeste*, fev/1987. p 18), expondo informações sobre as condições e a vida do grupo Avá-Guarani após o aldeamento, o que não era nada comum de ser encontrado entre os demais informativos que circulavam pelas redondezas. Dentre os textos publicados por essa revista, destaca-se o que se reportou à década anterior, lembrando quando os trâmites de negociação estavam em alta,

paralelo às várias acusações contra a empresa. O informe sublinha que, “[...] a história remonta à década passada, quando a megalomania nacional decidiu construir a ‘maior hidrelétrica do mundo’ ” e acrescenta:

Após cinco anos do reassentamento, os índios continuam à espera do resto da terra que lhes pertencia. Hoje o grupo tem 35 famílias e cerca de 140 pessoas. No ano passado eles denunciaram o abandono em que se encontram, afirmando que da área de 230 hectares que receberam restam apenas 210 devido a ação erosiva do lago de Itaipu e à invasão dos colonos, que continuam lentamente avançando sobre a reserva, mudando os marcos de madeira implantados na demarcação inicial. (*Revista Oeste*, fev/1987. p 18)

Em uma rica matéria de três laudas, são veiculados os motivos pelos quais estes indígenas encontram-se aldeados, frisando ainda sobre sua persistente luta por um espaço digno a sua sobrevivência. A revista, ainda que, sem um arquivo completo para consulta de seu acervo, permite afirmar, considerando os registros encontrados, que se caracteriza como um informativo que privilegiava a causa indígena local. Isso se constata em razão das constantes abordagens sobre este grupo, como: “Os Guarani – a luta dos guarani” (*Revista Oeste*, jul/1986. p 10) e “Avá-guarani, uma tribo encurrada” (*Revista Oeste*, mai/1988. p 29). Estes são noticiários que discutem a difícil situação vivida pelos Avá-Guarani, trazendo informações que normalmente não são encontradas nos informativos da região. Até onde se pode constatar, a revista não teve bons louros e, ainda que, contemporaneamente, se encontre novas edições circulando pela região, ela não mantém periodicidade contínua em suas tiragens.

3.7 No vendaval do mercado: lago de Itaipu e aldeia, rotas do eco-turismo

No encadeamento local, tem-se ainda *O Mensageiro*, que especialmente na década de 1990, se fortalece como um jornal de bastante aceitabilidade e circulação no âmbito regional. A partir dos anos 1990, se coloca em função de divulgar as rotas de turismo criadas com o alagamento, que resultou na formação das denominadas *praias artificiais*. Envolvidos por esse movimento eco-turístico elaborado pela administração dos municípios lindeiros, *O Mensageiro* promove os itinerários que são *chamarizes* para o desenvolvimento regional. Neste entorno, nas poucas e raras vezes que faz referência aos Avá-Guarani, estes aparecem

como *espetáculo*, algo que faz parte do ambiente exótico, que contribuí para o desenvolvimento *turístico* na região.

Promove-se um referencial turístico chamado “*Costa Oeste*”, formado pelo Lago de Itaipu, que contempla as praias de São Miguel, Santa Terezinha, Itaipulândia, Missal, Foz do Iguaçu, Santa Helena e Porto Mendez. Paralelo a esse potencial turístico, assim como frisa a imprensa da região, a Reserva indígena foi instituída nesta rota comercial como uma aldeia hospitaleira e de costumes curiosos, servindo de marketing aos interesses comerciais da região.

A idéia de desenvolvimento turístico a partir do ano de 1995, tem espaço reconhecido nas páginas dos jornais da região. Elabora-se uma “Rota Comercial”, que faz propaganda dos louros gerados com o Lago. O índio é retratado como ingênuo inocente e não mais como aquele imprevisível e valente que reivindicava por suas terras.

Questões que há uma década atrás eram motivo de preocupações, dúvidas e críticas no *O Mensageiro*, agora se assumem com novo rótulo, tendo em vista o surgimento no Oeste “das praias de Itaipu” (Referência do *O Mensageiro*). Este meio informativo, inaugurado na cidade de Medianeira no ano de 1974 (dados da editora), é um dos mais antigos em circulação na região, inicialmente quinzenal e atualmente semanário, circulando nas quintas-feiras.

No ano de 1999, este reservou um espaço específico na capa de cada semanário para abordar o tema “Eco verão mobilizando a costa Oeste” (*O Mensageiro*, 15/01/1999. capa), divulgando a cada edição uma *praia* formada em decorrência do alagamento da represa de Itaipu, localizadas nas imediações das cidades que margeiam o Rio Paraná. Estes leitos, agora freqüentados pelos banhistas, recebem o nome da respectiva cidade onde se situa. São as chamadas: Praia de São Miguel, Praia de Santa Terezinha, Praia de Itaipulândia, Praia de Missal, Praia de Foz do Iguaçu, Praia de Santa Helena e Praia de Porto Mendes. Estas foram apontadas pelo jornal de “Praias da Rota do Sul” (*O Mensageiro*, 12/08/1999, p. 31), com o objetivo de promover o potencial turístico que havia se formado no Oeste.

O jornal constitui-se como locutor do “Eco verão da costa Oeste” e divulga os espaços como um triunfo para as cidades da região. Por outro lado, registram-se, na *tabela 3*, algumas notas deste mesmo informativo veiculadas na década anterior, 1980. Trata-se de notícias de um passado próximo, que divergem do que tanto se promove em 1999.

Tabela 3

período	notícias
1978-1989	- Municípios alagados pedem indenização; - Lago compromete o futuro de Guairá com o fim das Sete Quedas; - A “Obra do Século” será que vale a pena; - Inundação deixa vários desabrigados;

As notícias veiculadas pelo *O Mensageiro* mostram questões polêmicas, relativas à crise desencadeada pela Itaipu. Observamos que este jornal parece não ter uma postura tão sólida quanto *O Paraná* ou *O Porantim*, que, independente do momento histórico, mantêm-se com mesma linha crítica. Diferente deles, *O Mensageiro* parece direcionar o discurso conforme *o andar da carruagem*, ou seja, assume diferentes posturas em cada período, buscando seja a boa aceitação do leitor, seja o apoio das políticas municipais.

Porém, *O Paraná*, nos anos 1990, mantém *o velho* posicionamento diplomático e generalizador em relação aos indígenas. Em análise específica à década de 1990, escabichando página a página deste diário, raras foram as menções ao grupo indígena local. As referências a este aparecem normalmente em 19 de abril, data que se comemora o dia nacional do Índio. Na *tabela 4*, indicam-se algumas das poucas referências relacionadas ao índio localizadas neste jornal de circulação diária:

Tabela 4

Nome do Jornal	dia	mês	ano	número	pág.	Título do artigo
O Paraná	19	abr	1995	5671	capa	Evocando o Índio
	19	abr	1995	5671	2	Nós, os índios
	19	abr	1995	5671	2	19 de abril, dia do Branco
	19	abr	1995	5671	12	Itapu promove programação especial na semana do índio
	18	abr	1997	6276	capa	Índios ocupam área comprada pela Itaipu
	17	abr	1998	6580	capa	9 mil índios
	19	abr	1998	6582	23	Índios: crianças aprendem língua dos antepassados
	16	abr	1999	6881	16	Dança, música e jogo na Semana do Índio.

As referências formuladas aos indígenas, datam do mês de abril, quando anualmente são feitas as “comemorações” ao dia do índio. Percebe-se que *O Paraná*, mesmo sendo um

jornal de produção e circulação local, poucas são as referências feitas sobre o índio local, os Avá-Guarani. Esses títulos são um tanto quanto hipócritas ao compará-los ao montante das notícias, que são veiculadas diariamente neste jornal. Ou seja, durante o decorrer dos meses, nada é mencionado sobre o índio, mas impreterivelmente no mês de abril há a utilização de enfáticos títulos, enfeitados com palavras *bonitas* e estratégicas, em que se observa a intencionalidade de não *deixar em branco* uma data nacionalmente lembrada.

Na década de 1990, novas abordagens aparecem nas páginas da imprensa local, como, por exemplo, as relacionadas à produção da soja, ao desenvolvimento dos municípios, à formação da costa oeste, dentre outras, que aparecem, principalmente, nas páginas do *O Paraná*. Este apresenta com presteza notícias que se referem ao *desenvolvimento*, ou melhor, aos interesses de grupos específicos.

Na década de 1990, em meio às irreflexões da grande imprensa regional, um assunto se destaca no que diz respeito aos índios Avá-Guarani. Isso se dá a partir de dois eventos que marcam o *aparecimento* deste grupo nas edições locais. O primeiro deles acontece em meados de outubro de 1990, quando este grupo decide ocupar o Parque Nacional do Iguaçu em reluta à situação de aldeamento na reserva de Santa Rosa do Ocoí. A decisão do grupo justifica-se pela restrita área de terra onde foram aldeados em Ocoí, depois da promessa de que, em breve, receberiam um espaço maior. Essa área é de aproximadamente 250 hectares, o que corresponde apenas a uma pequena parte dos 1500 hectares de sua área original. Conforme os Avá-Guarani, esta terra seria insuficiente para a sobrevivência das famílias indígenas que reivindicam não apenas a terra por si só, mas as condições que viviam antes, como terra boa, água limpa e mata extensa.

A idéia de ocupar o Parque surgiu dos Avá-Guarani, pois conforme eles, “são herdeiros naturais dos originais habitantes de toda esta região, inclusive, do Parque Nacional do Iguaçu, que só existe desde 1939” (*Nosso Tempo*, 11 a 17/10/1991, p 2). Por isso, teriam direito à reintegração de posse da única área de floresta remanescente na região. Segundo eles, a área lhes pertencia devido a sua presença histórica naquela região. Diante da falta de providência da Funai frente às reivindicações que se estendem acerca de 10 anos, a atitude seria tomada para pressionar tanto a Funai como a Itaipu. A decisão do grupo teve apoio do Conselho Regional dos Leigos, da Diocese de Foz do Iguaçu. Este último em nota à revista *Oeste* sublinha o apoio para que essa demanda não se tornasse um problema ainda mais grave e que a Itaipu, “geradora do problema”, deveria tomar “providências para, como forma de

indenização, adquirir terras lindeiras ao parque, evitando possível desmatamento” (Oeste, nº 63, 1991).

Observa-se que as informações sobre esse processo elaborado pelo grupo indígena do Ocoí foram identificadas apenas nos jornais *Alerta Geral*, *Oeste*, *Nosso Tempo*, *Folha de Notícias* e *O Porantim*. *O Paraná*, que se caracteriza como a imprensa de maior circulação, nada pontuou a respeito dessas ações. Dessa forma, estas negociações envolvendo Itaipu, Ibama e Funai foram abafadas e não tiveram grande repercussão. Contudo, para a surpresa do leitor, após anos de dormência nas páginas dos principais jornais regionais, em abril de 1997, às vésperas do dia nacional do Índio, os *Guarani*, *Guarani Ñandeva*, *Índios do Ocoí*, *Gurani do Ocoí* e/ou *Avás-Guarani/Avá-Guarani*, como eram indiferentemente identificados nos jornais, reaparecem nas colunas jornalísticas, tendo em vista um grande momento de *ação social* promovida pela Itaipu. Ou seja, nesta ocasião, os indígenas da Reserva de Santa Rosa do Ocoí recebem uma outra área *adquirida* pela Itaipu¹², nas imediações da cidade de Diamante do Oeste, também na região.

O Paraná trata o assunto como se no período de 15 anos, desde o aldeamento em 1982 até a entrega desta nova área em 1997, os problemas não existissem, assim esse episódio aparece como algo de natureza nobre por parte da Itaipu. Fala-se sobre o assunto da seguinte forma: “Binacional adquire área de 1744 hectares para assentar Avás-guaranis e resolve problema que se arrastava há 20 anos” (*O Paraná*, 18/04/1997). Nota-se que esse diário mantém uma cordial postura em relação à Itaipu e quando se reporta ao espaço temporal de 20 anos, a única referência é pejorativa, remetendo-se a *problemas* que, circunstancialmente, teriam sido de mão única, isto é, gerados pelos indígenas. O discurso presente não só no título, mas em toda a íntegra do artigo, não aborda a luta, resistência e insistência dos Avá-Guarani a respeito daquilo que nada mais era do que seu direito. Verifica-se, assim, de certa forma, o apagamento da história.

Do mesmo modo, o jornal *O Mensageiro* faz referência respaldando a postura da Itaipu. Afirma que, “com o assentamento dos Avás-Guaranis, a Itaipu Binacional resolve um problema que vinha se arrastando há mais de 20 anos” (*O Mensageiro*, 24/04/1997, p 12). Percebe-se que este repete em parte o texto publicado pelo *O Paraná*, fato que revela uma ligação entre estes jornais. Logo, assevera-se que ambos possuem uma postura ideológica,

¹² Sobre esse evento, ver: RIBEIRO, 2002.

política, econômica semelhante e trabalham em um mesmo viés, visualizado pelo fato de constituírem-se em meio às oligarquias políticas locais e/ou regional.

Porém, da mesma forma que apareceram em decorrência deste evento também são ocultados novamente no ano seguinte, 1998. A insensibilidade é tanta que, após a data de transferência das famílias indígenas para o novo espaço, nada mais é abordado sobre o processo de adaptação do grupo. Tudo se resume aos comentários emitidos no dia 18 de abril, em que tanto o *Mensageiro* como *O Paraná* reproduzem não só um discurso elitista, como também o acompanham com fotos sensacionalistas, em que os índios posam acenando e sorrindo.



Figura 3 Índios felizes (O Paraná. 18/04/1997, capa) e (O Paraná. 17/04/1998, capa)

A figura 3, foi publicada pelo *O Paraná*, no dia 18 de abril de 1997 e, também, em 17 de abril de 1998. *O Paraná* utiliza-se da mesma foto, em mesmo formato, por dois anos consecutivos e em datas quase idênticas, às vésperas do “dia do índio”.

Em 1997, a foto acompanha a matéria sobre o *assentamento dos Avá-Guaranis*, abordando a ocupação da área comprada pela Itaipu. Ela aparece como sinônimo de satisfação e alegria, em que os fotografados estariam representando a reação alegre de todo o grupo em comemoração ao feito da Binacional, que conforme o jornal, teria *solucionado* o problema destes indígenas. O tema é tratado como uma forma de projeção política – da Itaipu -.

A segunda vez que a foto foi usada em 1998, o jornal trata da temática sobre o aumento da população indígena no Paraná, referindo-se aos Caingangues, Guaranis, Xetás. Assim, a figura de *índios felizes* denota uma idéia de harmonia destes povos, sem revelar o lado negativo que os grupos estariam vivendo. Dispensam, inclusive, um enunciado que faça referência a que etnia os componentes da foto pertenciam, transparecendo uma idéia generalizada e a compreensão unilateral de que a imagem de qualquer índio representaria toda uma nação.

Uma leitura simbólica das posturas dos personagens, que compõe a foto ilustrativa da reportagem impressa, é capaz de revelar mensagens que, visualmente transmitidas, servem de reforço ao conteúdo ideológico da notícia. A imagem da fotografia acima é perfeita para transmitir a mensagem de que os índios são atendidos no que se refere aos seus direitos. A imagem veiculada deve ser positiva frente aos olhares do leitor.

Cabe registrar que a imagem carrega consigo uma série de estratégias, pois, conforme Martine Jolly (1996) e, também, Borris Kossoy (1989), em estudos sobre fotografia e imprensa, esta não atua como intermediadora dos fatos, mas tende a forjar um imaginário-político social do leitor/observador.

A concepção de fotografia como promotora da verdade ainda parece como majoritária em algumas publicações jornalísticas, como no jornal *O Paraná*, especialmente quando o assunto não é de conhecimento popular a fotografia aparece para sustentar o conteúdo do artigo/matéria, como se fosse a comprovação do que o informativo escreve. No caso do fotojornalismo, cabe considerar o contexto das imagens, os interesses que residem por trás do tema abordado e a ideologia da imprensa jornalística, fatores que determinam a manipulação da imagem.

Analisar a fotografia na imprensa, significa apreendê-la no interior da estrutura de poder que articula esse meio de comunicação. Percebe-se que a presença de estampas e de boas fotos nas páginas de um veículo de comunicação passou a ser de fundamental

importância para a consolidação da imagem perante a opinião pública e para garantir o triunfo de interesses especialmente políticos. Estratégia possível quando o jornal seleciona a foto acima anexada.

3.8 Amnésia no discurso: projetos em disputas na comemoração dos 500 Anos

Em 1997, o jornal *Estado do Paraná*, traz em manchete “pobres e aculturados, os índios do Paraná definham – valores perdidos” (s/d). O sentido de *perca*, tal como apresentado pelo informativo, trabalha, ainda, o paradigma da imobilidade: paraíso preservado, índio preservado. Assim, poderíamos compreender que, não há movimento, não há história, tudo está no seu lugar, como num quadro paradisíaco, tudo permanece igual, como em sua origem. Grande parte das notícias veiculadas na imprensa regional, que tratam dos Avá-Guarani, resumem-se em textos curtos e imagens. Porém, essa forma de noticiário em vez de produzir conhecimento, produz desconhecimento daquilo que é a realidade, e de quais são as atuais condições de existência do grupo.

No ano 1999, inicia-se a grande campanha nacional dos *500 anos de descobrimento*. Ocasão que marca um novo momento na abordagem da questão indígena, seja na imprensa de massa, seja na imprensa alternativa. Os informativos locais, aproveitam o evento de amplitude nacional para tecer também abordagens sobre os Avá-Guarani. Estes últimos são mostrados quando algum tipo de assistencialismo é desenvolvido para com eles, salienta-se as ações da Funai, que justamente por conta dos 500 anos de comemoração, tenta destacar os diversos projetos que desenvolve junto à comunidade indígena Avá-Guarani.

Sabe-se que, a partir dessas comemorações, a mídia em geral passou a tematizar com mais frequência a questão indígena por meio de muitas informações, muitas imagens e variadas linguagens. O dia do índio parecia ter se expandido, pois os jornais que antes só usavam desta data para falar de *índios* agora, impulsionados pelas comemorações patriotas dos *500 anos*, ampliam o espaço para os assuntos que envolvem os grupos indígenas. Na imprensa, o índio romantizado e folclórico continua alvo de repórteres e fotógrafos, congelando imagens do tipo "retrato". Estas regadas à pena, luz e cores, de certa forma, constroem-se para a cristalização e a perpetuação da imagem do "índio" genérico. Na verdade, são apresentadas antigas fantasias (européias) de um Brasil, que se insere no olhar dos brasileiros.

O Governo, sustentado pela imprensa, tentar fazer das comemorações dos 500 anos do descobrimento, um evento oportuno para constituir e divulgar uma identidade nacional. Mas cabe lembrar que, em contra ponto, organizou-se o projeto *Outros 500*, com o objetivo de mostrar que essa visão estava bastante distante da realidade. O projeto *Outros 500* retoma as fases sombrias da história dos 500 anos do descobrimento, desde a chegada dos portugueses até a contemporaneidade. Porém, o movimento procurou fazer uma nova leitura dessa história, destacando as derrotas e vitórias das lutas de classes que são, na opinião das entidades que participaram do movimento, a verdadeira razão para comemorar os 500 anos do descobrimento. Esse projeto nem sempre foi abordado pela grande imprensa, quanto menos pela imprensa local, mas pode ter influenciado de alguma maneira o novo fluxo de notícias sobre os Avá-Guarani nos anos posteriores à comemoração dos 500 anos de descobrimento.

Após a análise aqui realizada, desde a década de 1970, sobre o comportamento da imprensa regional em relação à presença dos Avá-Guarani, percebe-se neste início de século a constituição de um novo olhar sobre o grupo. Mesmo os antigos jornais de cunho tradicionalista, que antes agiam indiferentemente com a causa indígena, agora organizam espaços mensais e/ou semanais para falar a respeito deste grupo indígena. Porém, esse período merece uma atenção especial, pois com o alvorecer do ano 2000, muitos elementos podem ser analisados, mas não se tratam de objeto desta pesquisa.

Nas observações pontuadas anteriormente, identificam-se diversas modalidades estratégicas que compõem os interesses dos diferentes jornais. Dentre estas, encontram-se as modalidades de naturalização, de reforço, de compatibilização, de transparência e de alteração do regime de funcionamento. Vejamos como isso se aplica no caso da implantação da Usina Hidrelétrica de Itaipu e na questão das terras indígenas dos Avá-Guarani.

Passados quase três décadas da construção da Itaipu e consecutiva desapropriação do grupo indígena Avá-Guarani, muitos foram os trâmites de negociações e impasses entre os indígenas e a Empresa binacional. Nesse contexto, a imprensa tem uma necessidade de inserir-se em busca de respaldo para suas matérias, dando assim um redirecionamento em suas notícias. Conforme *o andar da carruagem*, o discurso midiático de alguns periódicos redimensionou sua postura, preferindo manchetes, títulos, notas, artigos e reportagens com características diferentes daquelas que teriam sido abordadas num primeiro momento, quando das negociações e início da construção da Itaipu.

De forma camuflada, essas posturas se constroem como uma estratégia, cujo objetivo é caracterizar o estilo do jornal e conquistar um público leitor. Nesse sentido, Maria Alice Faria (2000) observa que os jornais em seus discursos comportam três níveis, um de representação do real, fazendo uma sondagem; um outro de diagnóstico da situação, mas que em seguida volta-se para o projeto social que quer construir. Ou seja, um projeto de sociedade que os jornais tentam generalizar e os caminhos que apresentam para alcançá-lo e, assim, conquistar seus objetivos.

De acordo com Adriano Duarte Rodrigues, os discursos jornalísticos “inserem-se, no que se pode chamar de entrelaçamento do esquecimento” (1989, p. 225), que funciona como um notável efeito arquivamento. Esse mecanismo de esquecimento é responsável pela produção dos efeitos de naturalização dos fatos.

Sublinha-se que um fato jornalístico se caracteriza pela existência de um fato principal, que se mantém constante e ao qual se acrescentam outros fatos, depoimentos e desenvolvimentos. No caso da Itaipu, conseqüentes elementos se desdobram a partir de sua construção e funcionamento. Dessa forma, a notícia é construído por um processo de repetição e de renovação.

Na abordagem referente à Usina Hidrelétrica, percebe-se que esta teve uma maior repercussão nas páginas dos jornais nos anos iniciais de sua construção, quando o assunto era algo de deslumbramento associado a uma política militar e centralizadora. Mas, com surgimento de problemas gerados com a inundação de milhares de alqueires de terras, há nos anos posteriores um recolhimento dessas notícias sobre a Itaipu. Paulatinamente, após a década de 1980, o acontecimento se esvaziou, pouco a pouco, e encontrou de certa forma seu ponto de saturação especialmente após a segunda metade de 1990 e anos seguintes. Pode-se afirmar que houve uma outra realização simbólica – um exorcismo do mal (TÉTU, 2002. p 495). Também, há uma (re)seleção de imagens, uma nova teatralização dos fatos, dos personagens e das relações, como que para preencher o vazio *semântico* e redirecionar as notícias.

Na análise específica do diário *O Paraná*, que apresenta uma maior circulação, nota-se que sua *palavra*/posicionamento torna-se emblemática e viabiliza um reconhecimento por parte dos leitores e, assim, inscreve-se no seio da comunidade regional, que tem esse jornal como grande referência informativa. Cabe esclarecer que, não se fala aqui de uma aceitação

passiva e unilateral por parte do leitor, mas, naquele momento, verifica-se que quando não se tem notícias dos Avá-Guarani, também não aparecem as cartas do leitor.

Ramonet aponta que o meio jornalístico se degenerou, levando em conta que o lugar do jornalista foi ocupado pela procura da lucratividade e do prestígio profissional e, em grande parte, as reportagens são forjadas conforme a ordem econômica. Nesse processo, é que se percebe a “censura democrática”, baseada na acumulação e na superabundância de comunicações, em que muitos dos temas abordados não apresentam relevância e, ainda, são desconexos e despreocupados com a perspectiva histórica para a contextualização dos fatos.

No que se refere ao redirecionamento no discurso jornalístico sobre a questão Itaipu *versus* Avá-Guarani, verifica-se que este assegura alterações significativas conforme o regime de funcionamento das instituições/agências jornalísticas. Isto é realizado no aceleração ou no desaceleração do ritmo e da intensidade das notícias. Assim, por exemplo, assistimos no domínio do político ou do discursivo que, ora normaliza e arrefece, ora revoluciona e aquece a luta pela detenção do exercício do poder.

A construção da notícia quando relacionada a interesses de grupos, passa a ser o que gera lucro, o que abre as portas, o que favorece o faturamento não apenas do jornal, mas daqueles que cresceram a sua sombra. Como aborda Carlos Chagas (2002, p. 343), ao “cercear, omitir e distorcer a informação torna-se prática comum, mecanismo para aumentar faturamentos, privilégios e poder dos responsáveis maiores por determinados meios de comunicação”.

A coexistência de uma imprensa nacional, regional, departamental e local indica uma ligação com as forças que nestes espaços se estabelecem. Nessas divisões territoriais, no interior das quais se inscreve o desenvolvimento da imprensa escrita, são as divisões políticas administrativas que correspondem seja aos modos de representação do povo por seus eleitos, seja aos modos da gestão do Estado-Nação. A extensão do poder é diretamente superposta à extensão dos territórios sobre os quais ele se exerce, com um efeito imediato sobre a comunicação. De acordo com os estudos de Jean-François Tétu (2002, 431-448), a imprensa escrita dos séculos XIX e XX esteve maciçamente ligada à organização do Estado e a construção dos representantes da sociedade recobre a estrutura de uma democracia por representação.

É importante destacar que no decorrer das últimas décadas, acontece uma sensível modificação na forma de registrar a presença indígena no país e de apontar as alternativas para melhor lidar com ela. Os dados quantitativos registrados, aqui, sobre a população indígena não podem ser desvinculados das duas principais e antagônicas visões sobre o problema indígena, que foram elaboradas em quadros históricos distintos, mas que ainda hoje coexistem e disputam entre si a adesão da opinião pública e dos próprios especialistas.

3.9 Fronteiras: obstáculos na Aceitação Étnica

Para algumas pessoas, ainda causa estranheza ver representantes indígenas debatendo seus problemas, falando português, utilizando-se de dados estatísticos e de argumentos elaborados, freqüentando as universidades, o parlamento e os tribunais. Também considera-se anormal vê-los manobrando uma câmera de vídeo ou um aparelho de fax e, ainda, circulando pelas grandes cidades ou mesmo pelo exterior. Por que isso causa tanto estupor, quando ao mesmo tempo, se admite, sem pestanejar, que há uma grande diferença entre os padrões culturais do tempo de nossos avós e os dos dias de hoje, embora ambos constituam-se como expressões da cultura brasileira? Ou, ainda, por que aceitamos, sem vacilar, que os japoneses podem operar com as mais avançadas tecnologias de um estilo de vida moderno, mantendo, no entanto um apego muito forte a algumas de suas tradições?

Nota-se que a causa desse espanto está na existência de uma enorme discrepância entre os dois significados atribuídos à palavra índio. De um lado, estão os usos mais gerais e cotidianos, cristalizados no senso comum e na materialização mais óbvia e eficaz representada pelo sentido recapitulado pelo dicionário. De outro lado, visualiza-se um significado mais técnico dado ao termo índio apresentado por círculos mais especializados, como o de antropólogos, de advogados, de indigenistas e de missionários, vinculados à ideologia indigenista e que se reflete em usos administrativos e em definições legais.

Na primeira acepção, "índio" constitui um indicativo de um estado cultural, claramente manifestado pelos termos, que em diferentes contextos o podem substituí-lo por silvícola, aborígene, selvagem, primitivo, entre outros. Todos esses termos apresentam-se carregados com um claro sentido denotativo de morador das matas, de vinculação com a natureza, de ausência dos benefícios da civilização. Observa-se, dessa maneira, que a imagem típica expressa por pintores, ilustradores, artistas plásticos, produtores de desenhos infantis e chargistas, é sempre a de um indivíduo nu, que apenas lê o grande livro da natureza, que se

desloca livremente pela floresta e carrega consigo (ou exibe em seu corpo) marcas de uma cultura exótica e rudimentar, que se remete à origem da história da humanidade.

Na segunda acepção, "índio" indica um segmento da população brasileira que enfrenta problemas de adaptação à sociedade nacional em decorrência de sua vinculação com tradições pré-colombianas. Como um mecanismo compensatório àqueles que foram os primeiros moradores do território nacional, a legislação assegura aos índios uma assistência especial por parte da União, entre essas atribuições está o reconhecimento e a salvaguarda das terras que se fizerem necessárias para a plena reprodução econômica e cultural desses grupos étnicos.

Para uma parte expressiva da população brasileira ou mesmo das autoridades competentes, saber se um grupo indígena realmente tem direitos à terra e à proteção especial, implica em verificar se nesse grupo cabem as características de primitividade contidas na imagem genérica existente sobre os "índios". De acordo com Oliveira (1994:126), o que conta efetivamente é que uma dada coletividade se auto-identifique como indígena, sendo índios todos os indivíduos que são por ela reconhecidos enquanto membros desse grupo étnico. Para essa conceituação, que se reflete no plano jurídico-administrativo, não tem importância alguma saber se tal população apresenta características "primitivas", se mantém os "traços físicos" ou a "carga genética de populações pré-colombianas", ou se ainda se "preserva os elementos de sua cultura original". Não se trata, portanto, de resgatar o uso "adequado" da palavra índio, no sentido do dicionário, mas exclusivamente de verificar a aplicação de um status jurídico, o qual, por sua vez, não se articula com critérios biológicos nem com a persistência de padrões culturais, mas tão somente com a continuidade de uma auto-definição coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As observações feitas ao longo deste trabalho permitem dizer que os meios de comunicação, em particular a imprensa escrita, possuem uma importância fundamental para o conhecimento histórico. Por um lado, trata-se de uma fonte muito rica de informações, que possibilitam a reconstrução de uma realidade histórica e, por outro, pode ser o próprio objeto de investigação.

Discutir o conteúdo da imprensa regional sobre os Avá-Guarani, teve não o objetivo de criticar o valor documental ou estético destes textos, mas o de explicitar como essa questão foi tratada no decorrer de três décadas. Período este que abrange a construção da usina Hidrelétrica de Itaipu, a conseqüente inundação das terras indígenas e a luta deste povo em busca de um espaço que lhes é de direito.

Ao verificar um significativo acervo de fontes jornalísticas e efetuar leituras sobre o tratamento da imprensa relacionado à causa indígena, se constatou de modo geral, que a idéia formulada de quem sejam os índios e sobre o seu modo de viver e de pensar tem sido transmitida de maneira a desqualificá-los. Essa interpretação não está restrita apenas à mídia escrita (revistas, jornais), mas também se estabelece na televisão, na rádio, nos livros escolares mal preparados/informados, além da informação subjetiva diária transmitida por imagens utilizadas em produtos ou em referências indiretas.

A relação dos textos jornalísticos com o contexto histórico vivido pelos Avá-Guarani evidencia que nem sempre a imagem veiculada na imprensa local corresponde à realidade deste grupo. Percebe-se uma predominante estereotipia, que concebe os índios de modo simplista, como distantes de nossa cultura, especialmente no que diz respeito à tecnologia. Em determinados momentos, a imprensa regional assume uma idéia romantizada dos índios, como se estes fossem homens incapazes de gerirem por si só suas terras e riquezas, além de diminuí-los em termos de sua cultura.

No cotidiano regional, elementos da cultura indígena são encontrados fragmentados em produtos, como, por exemplo, em *Biscoitos Aymoré*, *Café Cacique*, *Mudanças Anhanguera*, etc. Isso também ocorre em nomes de cidades, bairros e ruas, poucas vezes, percebidos como nomes indígenas, como Guairá e Foz do Iguaçu, entre outras denominações, que identificam diferentes comunidades/localidades no interior do Oeste Paranaense. Apesar

disso, pouco é tratado sobre a presença e a identidade dos índios Avá-Guarani da Reserva Indígena de Santa Rosa do Ocoí. A imprensa, como farejadora do mercado, tem apresentado, muitas vezes, notícias que, em vez de produzir conhecimento, produzem desconhecimento daquilo que representa as atuais condições de existência deste grupo.

É possível perceber no Oeste do Paraná que as elites locais, logo cedo, percebem que podem utilizar os meios de comunicação como parte das estratégias de classe para a manutenção da liderança política e ideológica da sociedade. Em decorrência disso, grande parte dos periódicos da região são de propriedade dos representantes das camadas dominantes. Em diversas situações esse fator direcionou e moldou interesses hegemônicos sobrepondo-se aos direitos indígenas.

Esta ideologia política e capitalista pode ser compreendida como causadora fundamental do preconceito e da intolerância no contexto sócio-histórico veiculado na maior parte da imprensa regional. Por isso, é comum que muitas lutas sociais caiam em um beco sem saída, em um labirinto de reivindicações atendidas apenas por promessas que jamais se realizam em sua plenitude. E se não bastasse a morosidade e a negligência, algumas reivindicações quando deferidas, apresentam-se como saídas encontradas pelos governantes e chefias locais para colocarem os povos indígenas *na parede* para comemorar seu passado e negar seu futuro. A cultura indígena, patrimônio histórico e cultural, deveria ter a devida importância na política brasileira, mas observou-se através deste estudo, específico do grupo Avá-Guarani, que essa cultura está relegada em nome de interesses capitalistas e individualistas.

Na sociedade brasileira os valores muitas vezes encontram-se invertidos. Nas três décadas investigadas, nota-se que o acentuado processo de modernização tecnológica e avanços significativos no seu contexto mais generalizado, desconsideraram laços de valores históricos, como o Tekohá e direitos reconhecidos dos Avá-Guarani.

Apesar da ausência de notícias referentes aos Avá-Guarani, foi possível observar a incansável busca desse povo na luta pelo reconhecimento de seus direitos, pois com a implantação do Lago de Itaipu na década de 1980, perderam seu espaço com cerca de 1500 hectares e ficaram restritos a uma área de aproximadamente 250 hectares. Percebeu-se a constante resistência deste grupo, principalmente diante dos projetos de infra-estrutura oferecidos por intermédio da Itaipu com o intuito de torná-los *produtivos*. Não se deixaram enganar por soluções paliativas, entre outras propostas, a que oferecia parcelas de terra em

diferentes lugares, os mesmos se negaram a receber, pois persistiram na busca por uma área única onde todo o grupo pudesse viver conforme suas necessidades. Nas páginas jornalísticas não se enfatiza sobre a constante organização dos Avá, porém nas entrelinhas das notícias, verificou-se que todo esse movimento indígena disposto no Oeste do Paraná, demonstrou a insatisfação e a consciência de luta deste povo.

Esta pesquisa permitiu compreender que os Avá-Guarani desenvolveram estratégias próprias, que visaram não apenas sua sobrevivência, mas, também, a permanente recriação de sua identidade para adaptarem-se às novas situações a eles impostas. Essas estratégias, criadas e recriadas conforme a necessidade e as diferentes situações possibilitaram não só sua interação com a sociedade não-índia, mas também a conquista de muito do que lhes cabia. Porém, a imprensa regional nem sempre acompanhou o processo em seu todo, enfatizando e/ou omitindo informações conforme a conveniência.

Dentre os informativos analisados, observou-se a formação de dois grupos ideologicamente diferentes. O primeiro deles engloba: o jornal *O Paraná*, o *Jornal de Itaipu*, o jornal *Tribuna de Foz*, *Mega News - Informativo da Itaipu* e o jornal *O Mensageiro*. O segundo reúne a *Revista Nosso Tempo*, o *Jornal das Sete Quedas*, o jornal *Ilha Grande*, a *Revista Oeste*, o jornal *Oeste*, o jornal *O Globo*, o jornal *Visão*, o *Boletim do Cimi*, o *Informe do Cimi*, o *Informativo do Cimi Sul* e o jornal *O Porantim*.

A posição assumida pelo primeiro grupo, em muito promoveu o projeto da Itaipu, vinculando a empresa aos interesses locais, o que desencadeia o abafamento das necessidades das minorias indígenas e agrícolas. Estes informativos, em boa parte do período estudado, empenharam-se para construir uma imagem promitente do que viria ser a Usina Hidrelétrica de Itaipu. Para isso, constroem um *slogan* chamado “*Itaipu*”, que respectivamente tem um lugar privilegiado em seus noticiários.

Sobre as circunstâncias que envolviam os indígenas, estes informativos que conglomeram o primeiro grupo, tratam da situação sem maiores detalhes. Não acompanham com periodicidade o longo e constante processo das negociações entre os Avá-Guarani e a Itaipu, como também não pontuam maiores informações sobre as várias tensões que se formam contra a Itaipu, a partir da formação do lago. No entanto, preferem ladear o assunto com conteúdos que suplantam os agravantes circunstanciais sem tecer críticas maiores sobre a Binacional. À sombra da Itaipu, os indígenas Avá-Guarani foram tratados como meros coadjuvantes nas páginas destes jornais. Estes informativos evitam falar do índio das

redondezas, do índio *próximo*, do índio que é visto como *empecilho* para os projetos sociais. Muitas destas posturas estão vinculadas à política das elites regionais, cujo interesse era apoiar a implantação da Itaipu e o desenvolvimento da região, onde o índio é compreendido como um *estorvo*.

Dentre os jornais do primeiro grupo, *O Paraná* se destaca devido a sua tradição e história na região. Caracteriza-se por publicar os acontecimentos de cunho governamental, especialmente projetos que se instalavam no Oeste. Esse periódico é influenciado fortemente por fatores ideológicos e políticos. Em relação à Itaipu manteve uma postura protecionista que se repetia constantemente nos seus exemplares, engrandecendo tanto o projeto como as personalidades envolvidas neste entorno. Dessa forma, priorizou os interesses hegemônicos.

O segundo grupo de periódicos é formado paulatinamente por diferentes jornais, que começam circular no oeste paranaense. Ainda que com menor grandeza de circulação, estes não apresentam nenhuma forma de compromisso com a Itaipu, como os jornais antes referidos haviam constituído/assumido. Percebemos nestes periódicos – do segundo grupo – que as críticas se dão de forma mais direta. Uma possível explicação para essas posturas mais abertas, pode ser compreendida, pois estes informativos se constituíram num período quando os problemas com a Itaipu já despontavam. Por sua vez, estes jornais não negaram ou pouparam críticas em relação às problemáticas que envolviam o desequilíbrio ambiental provocado com a inundação das águas que formariam a represa de Itaipu.

Ao analisar os textos das décadas de 1970, 1980 e 1990, nota-se basicamente o predomínio desta distinta postura ideológica norteada pelos periódicos acima pontuados. Porém, com o alvorecer do ano 2000 percebe-se a constituição de um novo olhar sobre o grupo Avá-Guarani. Mesmo os jornais de cunho tradicionalista, que antes agiam indiferentemente com a causa indígena, agora organizam espaços para falar a respeito destes indígenas. Isto acontece devido às comemorações dos 500 anos do descobrimento, um evento oportuno em que o governo tenta constituir e divulgar uma identidade nacional. Verifica-se que, a imprensa tem a necessidade de um redirecionamento em suas notícias, ou seja, o discurso midiático é redirecionado conforme a indústria jornalística e os interesses econômicos ligados a ela.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Francisco das N. & TORRES, Luiz H. *Imprensa e História*. Porto Alegre: Associação dos Pós-Graduandos em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1997.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- ARBEX JR. José. *Showrnlismo: a notícia como espetáculo*. São Paulo, Casa Amarela, 2001.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Trad. Manuel Villaverde Caberal. Portugal: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas Fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- BELLAMY, Richard. *Liberalismo e sociedade moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- BHABHA, Homi K. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.
- BORGES, Paulo Porto. *O movimento indígena no Brasil: histórico e desafios*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Diefel, 1989.
- BRAGA, José Luiz. As relações entre o real e o simbólico. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- BRAND, Antônio. *O confinamento e o impacto sobre os Pãi/Kaiawá*. Dissertação (Mestrado em História), PUC-RS, Porto Alegre: 1993.
- BRAND, Antonio; PEREIRA, C. *Os Guarani na história e a história dos Guarani*. Campo Grande: UCDB, 2000.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CAMARCK, R, M. *Etnohistória y teoria antropológica*. Trad. F. R. LIMA, Guatemala: Ministério de Educacionm, 1979.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas Híbridas*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- CARDOSO, Ciro F. Santana; VAIFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história*. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de janeiro: Editora Campus, 1997.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do cotidiano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHAGAS, Carlos. A desconstrução do acontecimento e a domesticação do caos: um depoimento e algumas idéias. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

RODRIGUES, Adriano D. Sobre Estratégias da Comunicação. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CHAMORRO, Graciela; NASCIMENTO, Adir. Ayvu Avaite Recavo: reflexões sobre uma experiência de alfabetização em língua indígena. In.: *Revista Científica Cultural da UFMS*, Campo Grande, vol.6, nº 1, 1999.

CHARTIER, Roger. *A história Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand, 1988.

CHARTIER, Roger. O olhar do Historiador modernista. In.: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). *(Re) introduzindo História Oral no Brasil..* São Paulo: Xamã, 1996.

CHAUÍ, Marilena de S. *Seminários: o nacional e o popular na cultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CHAUVEAU, Agnés; TÉTARR, Philipp. *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSP, 1999.

CHMYZ, Igor. (coord.). *Projeto Arqueológico Itaipu*. Sétimo relatório das Pesquisas Realizadas na Área de Itaipu (1981/83). Curitiba, Convênio Itaipu/IPHAN, 1983.

CHMYZ, Igor. (coord.). *Projeto Arqueológico Itaipu*. Primeiro Relatório das Pesquisas Realizadas na Área de Itaipu (1975-1976). Curitiba: Convênio Itaipu/IPHAN. 1976.

CONRADI, Carla C. N. *As Estratégias do poder: a construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu e a articulação dos órgãos governamentais diante da presença indígena*. Trabalho Final de Conclusão de Curso/Monografia (Graduação em História), UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon/PR: 2003.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA. 3ª Edição. São Paulo: Editora RIDEEL, 2006.

COOLINGWOOD, R. G. *A idéia de história*. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1972.

CORDILIER, Serge (Coord). *Cultura e nacionalismos*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

CUNHA, Manoela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras/ Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992.

CUNHA, Manoela Carneiro da (Org.). *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense/ Editora da USP, 1986.

CUNHA, Manoela Carneiro da (Org.). Introdução a uma história indígena. In: CUNHA, M. C. (org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Fapesp/Cia das Letras, 1999.

CUNHA, Manoela Carneiro da (Org.). *Os Direitos dos Índios, Ensaios e Documentos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

DEPRÁ, Giseli. *A imprensa Escrita e a Greve nas Universidades Estaduais do Paraná*. Trabalho Final de Conclusão de Curso/Monografia (Graduação em História), UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon/PR: 2003.

FARIA, Maria A. *Como usar o jornal na sala de aula*. 4º ed. São Paulo: Contexto, 1999.

CUNHA, Manoela Carneiro da (Org.). *O jornal na sala de aula*. 10º ed. São Paulo: Contexto, 2000.

FAUSTO, Boris Fausto. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da USP, 2002

FEATHERSTOM, Mike (Org.) *Cultura Global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOCHEZATTO, Anadir. *Um estudo das experiências cotidianas de Resistências dos expropriados da Itaipu*. Trabalho Final de Conclusão de Curso/Monografia (Graduação em História), UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon/PR: 2003.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 1985.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003.

GEERTZ, Clifford. *Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1973.

GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GIROTTO, Renata Lourenço. *Por uma textura Histórica: o movimento de professores indígenas Guarani/Kaiová em Mato Grosso do Sul – 1988 a 2000*. Dissertação (Mestrado em História) UFMS – Dourados/MS: 2001.

GINZBURG, Carlo. *Micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.

GUINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo, Cia das Letras, 1999.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *Índios no Brasil* - Caderno da TV Escola. Brasília: MEC, 1999.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

HALL, Stuart (Org. Liv Sovik). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

HALL, Stuart. *A Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HOBSBAWM, Eric, RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

JOSÉ, Emiliano. *Imprensa e Poder: ligações perigosas*. São Paulo: Editora da UFB, Hucitec, 1996.

KELLNER, Douglas. *A Cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Trad: Ivone Castilho Beneditti. Bauru: EDUSC, 2001.

KHOURY, Yara Maria Aun; PEIXOTO; Maria do Rosário da Cunha; VIEIRA, Maria do Pilar Araújo. *A pesquisa em História*. 3. ed., São Paulo: Ática, 1995.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Argumentação e linguagem*. 8. ed., São Paulo: Cortez, 2002.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. São Paulo: Ática, 1989.

KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.

KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica: ética do jornalismo brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários nos Tempos da Imprensa Alternativa*. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda., 1991.

LANDOWSKI, Eric. *Não se brinca com humor: a imprensa política e suas charges*. In: *Face revista da Semiótica e da comunicação*. São Paulo: Vol. 4, n. 2, jul-dez, 1995.

LATTMAN WELTMAN, Fernando; CARNEIRO, José Alan; RAMOS, Plínio de Abreu Dias. *A imprensa faz e desfaz um presidente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LE GOFF, Jacques. *Reflexões sobre História*. Lisboa: Edições, 1990.

LEONARDI, Victor Paes de Barros. *Entre Árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil*. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1996.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

LIMA, Ivonete T. C. de. *Terras e Liberdade: a luta dos índios Awás-Guaranis no Oeste do Paraná*. Monografia (Especiliação em História) Faculdade de Ciências Humanas de Marechal Cândido Rondon/PR: 1994.

LINHARES, Lucy Paixão. Ação Discriminatória: Terras Indígenas como Terras Públicas. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. *Terras Indígenas no Brasil: Uma avaliação preliminar do seu reconhecimento oficial e de outras destinações sobrepostas*. São Paulo: CEDI/PETI - Museu Nacional, 1987

MACIEL, Laura A. *A Nação por um Fio: caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 1999.

MAFFESOLI, Michel. *No fundo das aparências*. Rio de Janeiro: VOZES, 1996.

MAHER Tereza Machado. Sendo Índio em Português. In: SIGNORINI, Maria Inês (org). *Lingua(gem) e Identidade*. São Paulo: Mercado de Letras, 1998.

MARQUES Francisca Ester de Sá. O processo de televisionamento do texto jornalístico. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1976.

MATOS, Maria Helena Ortolan. *O índio na imprensa: de “outro” exótico a “outro” ator político*. São Paulo: Rideel/Brasília, UniCEUB, 2001.

MATOSO, José. *A escrita da História: teoria e métodos*. Lisboa: Editorial ESTAMPA, 1988.

MELIÁ, Bartolomeu. A experiência religiosa guarani. In: Marzal, M. M. et al. *O rosto índios de Deus*. São Paulo: Vozes, 1989.

MELIÁ, Bartolomeu. *El Guaraní conquistado y reducido*. Biblioteca Paraguaya de Antropología. Assunção: CEADUC - CEPG, 1988.

MELIÁ, Bartolomeu. *El guaraní: experiencia religiosa*. Asunción: CEADUC-CEPG, 1991.

MELIÁ, Bartolomeu. *O Guaraní: uma bibliografia etnológica*. Santo Angelo: Fandames, 1987.

MONTEIRO, John M. O desafio da história indígena. In.: SILVA, A. Grupioni, L. D. B. (Orgs). *A temática indígena na escola*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

MURA, Fabio. O tekoha como categoria histórica: elaborações culturais e estratégias kaiowa na construção do território. *Fronteiras: revista de História*. Campo Grande: Vol. 8, n 15, UFMS, Jan/Jul, 2004.

MURA, Fabio. As relações entre os Guaraní Kaiowa e Guaraní Ñandeva e o mundo material: processos de transformação histórica. *I Encontro de Etnobiologia e Etnoecologia da região Centro-Oeste*. Dourados: 2003.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. *Ensaio em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: EDUFREA, 1999.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. (org.). *Indigenismo e Territorialização: Poderes, Rotinas e Saberes Coloniais no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. *Segurança das Fronteiras e o Novo Indigenismo: Formas e Linhagem do Projeto Calha Norte*. UFRJ, 1990.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. *Terras Indígenas no Brasil*. Boletim do Museu Nacional. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Os descaminhos da identidade*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: vol. 15, Nº 12, fev/2000.

OLIVEIRA, Jorge Eremides. Sobre os conceitos e as relações entre história indígena e etnohistória. Artigo. *Prosa Uniderp*. Campo Grande/MS: v. 3, nº1, jun. 2003.

PAES, Maria Helena; DUARTE, Geni Rosa; VANNUCHI, Camilo. *Leituras da imprensa. Fotografias Sebastião Salgado - Coleção êxodos: programa educacional*. São Paulo: Editora Bei Comunicação, 2000.

PEREIRA, Levi Marques. *Imagens Kaiowá do sistema social e seu entorno*. Tese (doutorado em Antropologia Social) – USP, São Paulo: 2004.

PREZIA, Benedito. *Caminhando na luta e na Esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

RAMONET, Ignácio. *A tirania da comunicação*. Trad. Lúcia Mathilde Endlic Orth. Petrópolis: Vozes, 1999.

RAMOS, Alcida R. *Os direitos do índio no Brasil, na encruzilhada da cidadania*. Brasília: UNB, 1991.

RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a Civilização*. Petrópolis: Vozes, 1970.

RIBEIRO, L. D. T.; PADRÓS, E. S.; FERNANDEZ, E. P. & GORKON, C. V. (Organizadores) *Contrapontos: Ensaio de História Imediata*. Porto Alegre: Folha da História/Livraria Palmarinca Editora, 1999.

RIBEIRO, Sara Iurkiv Gomes Tibes. *O horizonte é a terra: manipulação da identidade e construção do ser entre os guarani no Oeste do Paraná (1977-1997)*. Tese (Doutorado em História) PUC-RS, Porto Alegre, 2002.

RIBEIRO, Sara Iurkiv Gomes Tibes. *O Indígena e a colonização do Oeste do Paraná*. Marechal Cândido Rondon/PR: UNIOESTE. Relatório anual/final de Projeto de Pesquisa vinculado ao TIDE, 1997.

ROCHA, Eline Pereira. *Canal de desvio um estudo da experiência de agricultores e índios no confronto com a Itaipu*. Dissertação (Mestrado em História), PUC-SP, São Paulo, 1996.

RODRIGUES, Adriano Duarte. *Estratégias da Comunicação*, Lisboa: Editorial Presença, 1989.

RODRIGUES, Gabriela. *História: uma ciência do presente*. In.: VAN GORKON, Christiano (Org). *Contrapontos: Ensaio de História Imediata*. Porto Alegre: Folha da História Palmarinca, 1999.

ROSSATO, Veronice Lorato. *Os resultados da escolarização entre os kaiowá e guarani no mato grosso do sul*. “será o letrão ainda um dos nossos?”. Dissertação (Mestrado em Pedagogia), UCDB, Campo Grande, 2002.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTILLI, Márcio. Os direitos na constituição brasileira. In: RICARDO, Carlos Alberto (Ed.). *Povos Indígenas no Brasil : 1987/88/89/90*. (Aconteceu Especial, 18). São Paulo: Cedi, 1991.

SANTOS, S. C. & NACKE, Anelise. A Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu e os Índios do Ocoí. In: NACKE, Anelise (org.), *Hidrelétricas e Povos Indígenas*. Florianópolis: 2003.

SCHADEN, Egon. *Aspectos fundamentais da cultura guaraní*. 3. ed. São Paulo: EPU e EDUSP. 1974.

SCHARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil*. São Paulo: Cia das letras, 1993.

SCHILLING, Paulo & CANESE, Ricardo. *Itaipu: geopolítica e corrupção*. São Paulo: CEDI, 1991.

SCHMITZ, Pedro Ignacio. El Guaraní en Rio Grande do Sul : la colonización del Monte y los frentes de expansión. *Revista Estudos Leopoldenses*. v.18, n.64, São Leopoldo: Unisinos, 1982.

SCHWACZ, Lilia. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SHREINER, Davi Felix. *Entre a exclusão e a utopia: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais*. Tese (Doutorado em História), USP, São Paulo: USP, 2002.

SILVA, Ana Cristina da. *Juventude de papel: representação juvenil na imprensa contemporânea*. Maringá: Editora da Eduem. 1999.

SIQUEIRA, Priscila. Imprensa e Questão Indígena: relações conflituosas. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). *Índios no Brasil*. Brasília: MEC, 2000.

Sperança, Alceu. *Cascavel a historia*. Curitiba: Editora Lagarto, 1992.

SUESS, Paulo. *A causa Indígena na caminhada e a proposta do Cimi (1972-1989)*. Petrópolis: Vozes, 1989.

TÉTU Jean-François. A informação local: espaço público local e suas mediações. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. 2. ed. Brasília: Editora da UCDB, 2002.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da teoria: ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros. A reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro, Zahar, 1993.

TRAQUIBA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa, Comunicação e Linguagem, 1993.

TRIGGER, B. G. *Ethohistory: problems and propects*. Chicago: 1982.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Editorial Preseça, 1994.

PERIÓDICOS CONSULTADOS

Ver anexo K.

SITES PESQUISADOS

Disponível em: <http://www.ced.ufsc.br>

Disponível em: http://www.ibama.gov.br/novo_ibama/paginas/materia.php?id_arq=3662.
Acessado em: 29/03/2006.

Disponível em: http://www.socioambiental.org/pib/epi/guarani_kaiowa/guaranikaiowa.shtm.
Acessado em: 20/11/2005.

Disponível em: http://www.trabalhoindigenista.org.br/povos_indigenas_guarani.asp.
Acessado em: 20/02/2006.

Disponível em: http://www2.pucpr.br/educacao/comsocial/14outros/jornal_comunicare/jornal.
Acessado em 15/12/2005.

Disponível em: www.cimi.org.br. Acessado em: 25/11/2005

DOCUMENTOS

DOC. R.I (1º Relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu – 1976, nº 1151)

DOC. R.II (2º Relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu – 1977, nº 1152)

DOC. R.III (3º Relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu – 1978, nº 1153)

DOC. R.IV (4º Relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu – 1979, nº 1154)

DOC. R.IV (5º Relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu – 1980, nº 1155)

DOC. R.VI (6º Relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu – 1981, nº 1156)

DOC. R.VII (7º Relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu – 1982, nº 1157)

DOC ADESG I – (Associação dos Diplomatas da Escola Superior de Guerra. Iº Ciclo de Estudos Sobre Segurança e Desenvolvimento. Cascavel, abril/junho, 2005.

ANEXOS

ANEXO A

Local: Recortes virtuais da do Acervo da UFSC - <http://www.ced.ufsc.br/bibliote/virtual/catarina.html>

OBS.: Todos os documentos citados aqui podem ser encontrados no arquivo da Itaipu - NEPI

Nome do Jornal	data	Titulo do Artigo	Observação
Informativo do CIMI Sul	nov/96	Guarani do Ocoí: carta ao Banco Mundial	
Mega News - Informativo da Itaipu	abr/95	Itaipu e Funai atendem índios da reserva de Ocoi	
Boletim CIMI Sul	30/9/1991	Ocoí: os Guarani na ofensiva	
Relatório da Itaipu	1988	Os Avá - Síntese dos proc. da U.H.I na questão Indígena - 1975 à 1988	
Parecer Antropológico	1981	Parecer Antrop. Instituição: Desisgnado pela ABA	
Parecer Antropológico	1981	Avá-Guarani do Ocoí - Jacutinga - Município de Foz do Iguaçu - PR	
Jornal de Itaipu	mar/97	Ává-Guaranis ganham a terra prometida	
Abaixo Assinado - Com. Ava-Guarani - Ocoi	12/9/1986	Comunidade Ava-Guarani - Ocoi	texto escrito a mão
Boletim do CIMI		Ocoí: as esperanças se renovam	
Informe	fev/94	Informe - Profs. Silvio C. dos Santos e Anelise Nacke,	
Jornal de Itaipu	mai/97	Área é "paraíso", diz cacique	
Boletim do CIMI	Nov. Dez de 1994	Um ano com muitas vitórias	
Revista do Centro de Est. Humanitarios	jul/94	Mbyá-Guarani - Paraguay - Ocoi	
Informe do CIMI	mar/82	Itaipu e Funai contra os Guarani	
Informativo	jun/83	Luta Indígena	
Tribuna de Foz	22/6/1995	Itaipu se diz impedida de negociar com Avás	
Folha Paraná	6/7/1995	Itaipu endurece contra índios	
O Estado do Paraná	21/6/1995	Continua o impasse Avá-Itaipu em Foz	
Folha de Londrina	18/4/1997	Avá-guarani são levados para reserva	
Informe do CIMI	mar/82	Itaipu e Funai contra os Guarani	
Folha de Londrina	3/4/1995	Lago de Itaipu pode ser foco de malária	
Tribuna de Foz	22/6/1995	Itaipu se diz impedida de negociar com Avás	
O Estado do Paraná	21/6/1995	Continua o impasse Avá-Itaipu em Foz	
Folha Paraná	6/7/1995	Itaipu endurece contra índios	
Abaixo Assinado	12/9/1986	Comunidade Ava-Guarani - Ocoi	Texto escrito à mão
Documento da Itaipu	1988	Est. dos probl. da res. Ava e da participação da U.H.I. nas soluções	
Documento da Funai	12/5/1982	Acordo Itaipu, índios, CIMI, ANAI, FUNAI e outros	
Jornal de Itaipu	mar/97	Ává-Guaranis ganham a terra prometida	
Gazeta do Povo	26/8/1992	Índios podem ocupar o parque do Iguaçu	
Folha de Londrina	18/4/1997	Avá-guarani são levados para reserva	
Documento da Itaipu	jun/87	Croqui de Situação da Reserva Ava-Guarani	
Jornal de Itaipu	mai/97	Área é "paraíso", diz cacique	

Revista Nosso Tempo		Último aviso de Itaipu - saiam todos, que o dilúvio vem mesmo	
Revista Nosso Tempo	30/09 a 06/10/1983	Itaipu e Funai deportam índios para o Paraguai	
Revista Nosso Tempo	26/05 a 01/06/1983	Itaipu quer passar a perna nos índios	
A Gazeta	4/3/1989	Eles moravam nas margens do rio Paraná que está submerso	
Nota à Imprensa - CIMI	12/2/1992	Nota à Imprensa	
Folha de Londrina	24/10/1991	Avá-guarani querem ir para Parque do Iguaçu	
Jornal do Estado	26/8/1992	Pós-Itaipu: Ava-Guarani ainda sem terra	
Folha de Londrina	6/7/1995	Itaipu resiste e não negocia com índios	
A gazeta do Iguaçu	17/6/1995	Itaipu só negociará com os índios na segunda	
A Gazeta do Iguaçu	20/6/1995	Itaipu só negocia com índios longe da imprensa	
A Gazeta do Paraná		Sem Negócio	
Folha de Londrina	7/6/1995	Terra Ocupada	
Folha de Londrina		Avá-guarani, uma tribo encurralada	
A Gazeta do Iguaçu	16/6/1995	Índios invadem terra da Itaipu	
Ver. del CenT. de Est. Antrop. - Asunción - Py	1982	: Avá-Chiripá afetados por Itaipu	Suplemento Antropológico
Documentos da Funai	1977 a 1982	Documentos Índios X Itaipu Binacional	
Revista Nosso Tempo	18/03 a 25/03/1981	A Funai e a política genocida	
Revista Nosso Tempo	23/12/1981	Carta dos Índios à Funai	
Revista Nosso Tempo		A vida dos Avá-Guarani	
Revista Nosso Tempo	26/08 a 01/09/1983	Ódio e tensão entre os índios avá-guarani	
A Gazeta	21/2/1992	Continua o drama dos Avá-Guarani	
A Gazeta	1/12/1990	Avas Guaranis recebem apoio de entidade internacional	
Boletim do CIMI	30/9/1991	Ocoí: os Guarani na ofensiva	
Boletim do CIMI	1989	Fluxo Polpulacional dos Índios	
Relatório - CIMI	jun/91	Ava-Guarani ... Presente	

ANEXO B

Local: Redação do Jornal O Mensageiro

Cidade: Medianeira - Paraná

OBS: O jornal encontra-se com arquivo completo

Nome do Jornal	ano	dia	mês	ano	nº	pág.	Titulo do Artigo	Observação
O Mensageiro	IV	13	set	1978	208	4	Em Itaipu saude sera analisada	
O Mensageiro	V	2	jul	1979	239		Salvem as Sete Quedas	
O Mensageiro	VI	9	ago	1980	294	12	Municipios alagados pela Itaipu exige indenização	
O Mensageiro	VI	27	abr	1981	328	3	Agricultores pedem isenção de impostos	
O Mensageiro	VI	11	mai	1981	330	13	Prodopar atenderá as cidades de Itaipu	
O Mensageiro	VI	25	mai	1981	332	17	Tchau, tchau, Itaipu	
O Mensageiro	VI	1	jul	1981	333	10	Indios em são miguel	*
O Mensageiro	VI	1	jul	1981	333	13	161 milhões para os municipios alagados	
O Mensageiro	VI	17	jul	1981	336	capa	Itacora- cidade fantasma	ver pag 6
O Mensageiro	VI	29	jul	1981	337	18	Itaipu fechara o buraco	
O Mensageiro	VI	2	ago	1981	341	12	Itaipu - Incra desapropriados para o Acre	
O Mensageiro	VII	5	nov	1981	351	capa	A obra do século vale a pena?	
O Mensageiro	VII	10	nov	1981	352	capa	"Fala Costa Cavalcanti!"	ver pag 3
O Mensageiro	VII	26	jan	1982	358	3	Parque sera salvo do alagamento	*
O Mensageiro	VII	16	mar	1982	362	9	Reivindicações dos colonos foram aceitas pela Itaipu	
O Mensageiro	VIII	12	nov	1982	391	capa	Itaipu, a pedra que canta a grandeza deste pais	*
O Mensageiro	VIII	18	fev	1983	398	capa	Lago de Itaipu causa inundações fora da área indenizada	* ver pag 3
O Mensageiro	X	11	dez	1984	445	33	Convênio para repovoamento de peixes no lago de Itaipu	
O Mensageiro	XX	20	abr	1995	856	7	Alunos do Mandrone visitam Awá-guarani	*
O Mensageiro	XXII	24	abr	1997	956	capa	Indios recebem área comprada pela Itaipu	* ver pag 12-13
O Mensageiro	XXIII	15	jan	1998	992	capa	Eco verão mobilizando a costa Oeste	ver pag 12
O Mensageiro	XXIII	12	fev	1998	996	3	Royalties	*
O Mensageiro	XXIII	2	abr	1998	1003	capa	Projeto pioneiro cria animais silvestres para os indios	* ver pag 12-13
O Mensageiro	XXIV	14	jan	1999	1042	capa	Praia de São Miguel	
O Mensageiro	XXIV	21	jan	1999	1043	capa	Praia de Santa Terezinha	ver p. 25
O Mensageiro	XXIV	28	jan	1999	1044	capa	Praia de Itaipulândia	
O Mensageiro	XXIV	4	fev	1999	1045	capa	Praia de Missal	
O Mensageiro	XXIV	11	fev	1999	1046	capa	Praia de Foz do iguaçu	
O Mensageiro	XXIV	25	fev	1999	1048	capa	Praia de Santa Helena	
O Mensageiro	XXIV	4	mar	1999	1049	capa	Praia de Porto Mendes	

O Mensageiro	XXV	12	ago	1999	1072	31	Praias da Rota do Sul	*
O Mensageiro	XXV	24	fev	2000	1098	3	Cultura Indígena	*
O Mensageiro	XXV	30	mar	2000	1103	40	Índios Kaingang mostrando sua arte em Medianeira	*
O Mensageiro	XXV	6	abr	2000	1104	capa	89 famílias da tribo Avá-guarani em Santa Rosa do Ocoy	*
O Mensageiro	XXV	6	abr	2000	1104	26-27	Conheça os Avá-guarani	*
O Mensageiro	XXV	13	abr	2000	1105	28/29	Tupi Avá guarani: outra aldeia hospitaleira e de costumes curiosos	
O Mensageiro	XXV	20	abr	2000	1106	26	Índios Tupi-guarani em Guaíra	
O Mensageiro	XXV	1	jul	2000	1112	39	Índios tem cidadania plena	*
O Mensageiro							Poloneses visitam atração turística de São Miguel do Iguçu	
O Mensageiro		21	fev	2002		5	Índios são o tema da campanha da fraternidade 2002	
O Mensageiro		18	abr	2002			Índios promovem semana cultural	*
O Mensageiro		16	jan	2003		26	Aldeia Avá Guaraní recebe visita de Alunos da UEM	
O Mensageiro		23	jan	2003		capa	Índios inseridos no mundo globalizado	
O Mensageiro		23	jan	2003		24	Terra de Índios	
O Mensageiro		20	mar	2003		29	Poloneses visitam atrações turísticas de São Miguel do Iguçu	*
O Mensageiro		24	abr	2003		18	Índios promovem 2ª semana cultural	*
O Mensageiro		12	jun	2003		12	Famílias de índios são beneficiadas pelo programa Fome Zero	*

ANEXO C

Local: Fundo de Pesquisa Ernest Mann - Cepedal - Unioeste

Cidade: Marechal Cândido Rondon - Paraná

OBS.: Pasta 16 - estante 31 - prateleira 88

exemplares e recortes

Nome do Jornal	Data	Assunto
O Estado do Paraná	13/1/1981	Olho - vivo
O Estado do Paraná	1982	Operação "Mymba Kuaera": A água, o homem e o animal
O Estado do Paraná	5/8/1982	Figueiredo visita Itaipu e ouve Justificativas de gastos
O Estado do Paraná	8/8/1982	Colonos consideram baixa a indenização da Itaipu
O Estado do Paraná	15/8/1982	Itaipu terá problemas com seu próprio lago
O Estado do Paraná	26/9/1982	Itaipu não é aquilo que os paraquaios esperavam
O Estado do Paraná	26/9/1982	Dispensas em Itaipu em dose homeopáticas
Jornal das Sete Quedas	out/82	Ilhéus e ribeirinhos contra a Itaipu
O Estado do Paraná	10/10/1982	Itaipu autoriza criação de museu
O Estado do Paraná	10/10/1982	Itaipu fecha comportas ainda nesta semana
O Estado do Paraná	14/10/1982	A pedra não canta mais
O Estado do Paraná	14/10/1982	Nasce em Itaipu o maior lago artificial do país
O Estado do Paraná	15/10/1982	Lago de Itaipu interdita travessia para Argentina
O Estado de São Paulo	15/10/1982	Itaipu provoca acidente na Argentina
O Estado do Paraná	16/10/1982	Eletrobrás para prejuízo causado por Itaipu
O Estado do Paraná	16/10/1982	Quais as conseqüências do Lago de Itaipu
O Estado do Paraná	17/10/1982	Itaipu renderá lucro político ao Brasil
O Estado do Paraná	21/10/1982	Lago de Itaipu já tem 300 km ² de extensão
O Estado do Paraná	14/11/1982	Nasce uma nova atração
O Estado do Paraná	14/11/1982	Chuva na festa da América do Sul
O Estado do Paraná	14/11/1982	A maior do mundo
Folha de Londrina	21/12/1982	Itaipu
O Estado do Paraná	3/2/1983	Corte atrasa energia de Itaipu
O Estado do Paraná	22/2/1983	Rio Paraná pode invadir novamente a Argentina
Jornal Ilha Grande	16/4/1983	O desemprego em Itaipu
Folha de Londrina	19/4/1983	Itaipu trabalha em Silêncio
Jornal Ilha Grande	28/5/1983	Itaipu preocupada com uso do reservatório para outros fins
Folha de Londrina	16/6/1983	Itaipu permitirá pesca em novembro
Folha de Londrina	24/5/1983	Itaipu roda turbina para o general ver
O Estado do Paraná	mar/84	Itaipu da do atracadouro

O Estado do Paraná	21/3/1984	Itaipu segurando Fred na televisão alemã
Jornal Ilha Grande	31/3/1984	Itaipu começa a operar em abril
O Paraná	14/1/1986	Itaipu inicia hoje construção da casa de forças do canal de desvio
Paraná Oeste	4 a 10 /11/86	O lago 4 anos depois
Paraná Oeste	22,28/12/87	Itaipu e os municípios
O Paraná	7/1/1998	Funai no Paraná - um ótimo trabalho
O Paraná		Paraná dá exemplo de como cuidar dos índios
Costa Oeste		Malária ameaça índios de São Miguel do Iguçu
O Estado do Paraná	26/3/1981	Causa dos colonos apoiado no norte
Gazeta do Povo	17/5/1974	Itaipu e um novo Paraná
	4/7/1973	Itaipu vai alagar 60% da Gleba do Ocoí
	7/3/1975	Itaipu em obras
	20/4/1979	Segurança em Itaipu aumenta neste ano
	4/11/1980	Itaipu e conseqüências
	16/10/1982	Ação popular contra a cota máxima de Itaipu
		declarações do presidente da Itaipu Binacional revolta o povo de Guaíra
		Porto Mendes à espera do grande lago
		Itaipu só será útil em 89
		Itaipu começa resgate da fauna na área do lago
		Itaipu e suas lições
		O que é Itaipu
		Itaipu
		Paraná, apenas um córrego
		Lago já esta com 300 km quadrados
		A nossa resposta a palestra do dia 07/06/84
		Lago de Itaipu
		O mundo olha para a Itaipu
		Itaipu erro do século

ANEXO D

Local: CEPEDAL - Centro de Pesquisa e Documentação da América Latina

Cidade: Marechal Cândido Rondon - Paraná

OBS: A maioria dos jornais não tem arquivo completo - os recortes são armazenadas em pastas enumeradas

Nome do Jornal	dia	mês	ano	pág.	titulo do artigo	OBSERVAÇÃO
O Presente	23	abr	1994		Profs. e estudantes rondonenses buscam apoio para os índios Avá-guaraní	
O Presente	20	abr	2000	9	Com o massacre do índio, o PR à consanguinidade européia	
O Presente	24	abr	2000	4	Serão apenas 500 anos de Brasil?	
Costa Oeste	11	jan	2001	6	Malária ameaça índios em São Miguel do Iguaçu	
Costa Oeste	25 a 31	jan	2001	8	Tribo vai comercializar milho	
Costa Oeste	03 a 09	mai	2002	7	Alunos visitam a Aldeia Indígena	
Costa Oeste	7 a 13	jul	2002		Lixo preocupa reserva indígena	
Costa Oeste	21 a 27	jun	2002		Copa do Mundo é maior atração na Aldeia	
Nova Integração do Oeste	31 a 5	ago	2003		Professores estudam currículo para escolas indígenas	
Nova Integração do Oeste	15 a 20	fev	2003	3	Saneamento Básico para índios	*
Nova Integração do Oeste	1 a 5	dez	2002	3	Índios exportam CD com músicas sagradas	
Nova Integração do Oeste	7 a 12	abr	2002	5	Semana Indígena	
Nova Integração do Oeste	23 a 30	jul	2002	5	Inspiração indígena	
Nova Integração do Oeste	19 a 30	mai	2002	3	Área indígena Avá-guarani esta sendo Reflorestada	
Nova Integração do Oeste					Índios ganham novos bascos para transporte escolar e pesca	
Nova Integração do Oeste	4 a 10	mai	2002	3	Índios de São Miguel promovem semana cultural	
Nova Integração do Oeste	11 a 17	mar	2003	3	Cresce população indígena em São Miguel do Iguaçu	
Nova Integração do Oeste	7 a 16	fev	2002	2	Fraternidade e os povos indígenas	

ANEXO E**Local:** Museu Willy Barth**Cidade:** Toledo - Paraná**OBS.:** Projetos Arqueológicos - Convênio Itaipu - IPHAN - Curitiba - Paraná

Referencia do relatório	Nº do Relatório	Localização
1º Relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu - 1976	1151	Pasta 84
2º Relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu - 1977	1152	Pasta 84
3º Relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu - 1978	1153	Pasta 84
4º Relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu - 1979	1154	Pasta 84
5º Relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu - 1980	1155	Pasta 84
6º Relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu - 1981	1156	Pasta 84
7º Relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu - 1982	1157	Pasta 84

ANEXO F

Local: Museu Willy Barth e Cepedal - Uniãoeste

Cidade: Toledo e Marechal Cândido Rondon - Paraná

OBS.: Oeste: revista mensal de informação - não continha arquivo completo

Nome da Revista	ano	mês	ano	nº	pág.	titulo do artigo	OBSERVAÇÃO
OESTE	I	jul	1986	10	capa e pag 25-27	Os Guaranis - a luta dos guaranis	Pasta 78 - Museu
OESTE	II	fev	1987	18	capa e pag 21-23	A luta dos avá-guaranis	Pasta 77 - Museu
OESTE	III	mai	1988	27	29	Avá-guaraní, uma tribo incuralada	Pasta 79 - Museu
OESTE	VI	set	1990	52	capa e pag 22	Aldeia em crise - o futuro dos Guarani do Ocoí é incerto...	Pasta 78 - Museu
OESTE	VII	nov	1991	66	capa e pag 26-27	Os últimos Guaranis: apesar das perseg., famil. de índios tentam viver dignamente	Pasta 78 - Museu
OESTE		jun	2001		30	O Índio sob um novo Olhar	* - CEPEDAL
OESTE				63	21	UM beco sem saída	* - CEPEDAL
OESTE				81	53	O inventário de Itaipu	CEPEDAL

Local: Arquivo do Jornal O Mensageiro

Cidade: Medianeira - Paraná

REVISTA MOSAICOS - ANUAL

Ano I, Nº 1, 1975

ANEXO G

Local: Museu Willy Barth

Cidade: Toledo - Paraná

OBS.: Diversos recortes foram catalogados aqui, parte deles sem identificação completa

Nome do Jornal	ano	mês	ano	nº	pág.	Título do Artigo	Observação
GAZETA DO POVO		17/mai	1974			Itaipu e um novo Paraná	Pasta 18
		6/jun	1975			Itaipu motiva criação e faculdade binacional	Pasta 18
O PARANÁ						Itaipu: erro do século	Pasta 18
O PARANÁ		17/mar	1981			Os dois lados em Foz apresentam condições	Pasta 18
O ESTADO		8/mar	1981			Agric. da reg. Oeste que terão suas terras alagadas pela UIH organizam-se para reiv.	Pasta 18
		15/mar	1981			Um problema crônico	Pasta 18
O ESTADO		17/mar	1981			Colonos iniciam marcha para Foz	Pasta 18
O ESTADO		20/mar	1981			Itaipu não propõe soluções	Pasta 18
O ESTADO		23/mar	1981			o documento: Eis na integra o doc. Da Itaipu rejeitado pelos colonos	Pasta 18
O ESTADO		28/mar	1981			Itaipu: Impasse pode terminar	Pasta 18
ESTADO DO PARANÁ		24/mar	1981			Colonos querem Ney Braga	Pasta 18
ESTADO DO PARANÁ		24/mar	1981			Revolta dos colonos: classificação das terras irrita desapropriados	Pasta 18
ESTADO DO PARANÁ		19/mar	1981			OAB também apoia colonos	Pasta 18
		26/mar	1981			A obra e o "pepino" do século XX	Pasta 18
						Itaipu apresenta proposta para colonos	Pasta 18
HOJE		16/ago	1980	161	10	Os "reflexos de Itaipu": 8 municípios discutem problemas q o futuro lago trará	Pasta 18
HOJE		4/set	1981			Itaipu já salvou 600 animais	Pasta 18
JORNAL DO OESTE		14/fev	2002		3	Índios são tema da campanha da fraternidade	Pasta 18
OESTE	VII	dez	1991	67	21	Final feliz - Prefeitura reassenta famílias de Índios	
OESTE	VII	ago	1991	63	20	Um beco sem saída: prop. de transf. dos Guar. para o P. Nac. do Iguazu gera Polem.	
OESTE	VII	maio	1992	72	48	Ossadas no meio da Floresta	
OESTE	VIII	abr	1993	81	52	O inventário de Itaipu	
OESTE	VIII	fev	1993	79	31	Um dia no Guayrá; o cotidiano dos padres jesuítas e índios em territ. Pr.	
OESTE	IX	fev	1994	91	capa	Quem veio depois dos Índios?	
OESTE	XI	set	1995	110	29	Vestígios do passado	
OESTE	XI	set	1995	110	29	Herança indígena: material lítico encontrado na região Oeste	
O PARANÁ	VII	dez	1983	1723	5	Terras inundadas devem ser compensaas	
GAZETA DO PARANÁ		29/abr	1982		32	Solução no Rio Ocoí	
O ESTADO DO PARANÁ		29/abr	1982		9	Índios aceitam última proposta de Itaipu	

FOLHA DE SÃO PAULO		7/mai	1982		6	Avá-guaranis irão receber nova terra	
O PARANÁ						Índios do ocoí podem ganhar mais terras	
FOLHA DE SÃO PAULO		8/mai	1982		6	Mais guaranis beneficiados	
O ESTADO DO PARANÁ		29/abr	1982		3	Usina vai pagar terras	
GAZETA DO POVO		8/mai	1982		28	Reassentamento dos índios do Ocoí terá a solução em breve	
ESTADO DO PARANÁ		26/mar	1981			Causa dos colonos apoiada no Norte	
PORANTIM		jan/fev	1983		13	Cimi Sul lança apelo por Xokleng e Guarani	
PORANTIM		nov	1986		14	área do Ocoí: Lesados, Guarani denunciam Itaipu	
O PARANÁ		19/out	1982	1907	5	águas do reservatório sobem além do previsto	
O PARANÁ		1/set	1983		13	Cacique expulsou inclusive o filho	Probl. pós aldeamento
GAZETA DO POVO		30/mar	1983		3	Cimi faz críticas contra Itaipu	fala dos Avá Guarani
O ESTADO DO PARANÁ		9/mai	1982		1	Nosso Índio é precionado	
NOSSO TEMPO		maio/jun	1983		16	Itaipu quer passar a perna nos índios	
O ESTADO DO PARANÁ						pobres aculturados, os índios do Paraná definham	
O ESTADO DO PARANÁ		15/jan	1982		11		
						Em defesa dos Gu8arani	
						Índio sem terra pode parar lago de Itaipu	
						Índios e Itaipu	
JORNAL DO BRASIL		15/jan	1982		4	Guaranis querem área de Itaipu	
GAZETA DO POVO		29/abr	1982		32	Enchimento do reservatório ainda sem data	sobre desapropriações
O ESTADO DE SP		fev	1982		2	Ainda o roblema de Setre Quedas	
O ESTADO DE SP		fev	1982		9	Guaranis reivindicam nova área	
O ESTADO DE SP		jan	1982		10	Advogados de iios podem acionar Itaipu	
O ESTADO DE SP		16/jan	1982		9	Itaipu nega imposições aos guaranis	
ALERTA GERAL						Os Guaranis devem ocupar o parque? Reflita você mesmo	
NOSSO TEMPO		10-11/out	1991			Os índios Avá guaranis devem ocupar o Parque Nacional do Iguaçu?	Sim/Não: opiniões
FOLHA DE LONDRINA		3/mar	1982		7	Proposta de Itaipu sera estudada pelos índios	
FOLHA DE SÃO PAULO		4/abr	1982		8	Os ava-guaranis rejeitam a nova oferta de Itaipu	artigo assinado
O ESTADO DO PARANÁ		5/mar	1982		1	Os colonos reivindicam	
O ESTADO DO PARANÁ		5/mar	1982		9	Índios esperam área	
O ESTADO DE SP		14/mai	1982		14	Índios chegam a um acordo com a Itaipu	
FOLHA DE SP		8/mai	1982		6	Mais guaranis beneficiados	
O GLOBO		24/mar	1981		10	Funai debate indenização de terras indígenas em Itaipu	
O GLOBO		29/abr	1982		8	Índios recusam proposta de remoçãoi feita pela Itaipu	
VISÃO		26/abr	1982		33	Luta pela terra: avás-guaranis não querem sair.	
GAZETA DO PARANÁ		14/fev	1982		15	Índios guaranis recusam oferta de terras e apelam para a Funai	

ANEXO H

Local: Arquivo da Biblioteca Pública de Cascavel

Cidade: Cascavel - Paraná

OBS.: Jornal diário de grande circulação no estado - Organizado em Cascavel - PR

O jornal encontra-se com arquivo completo, encadernado por ano

Nome do Jornal	ano	dia	mês	ano	nº	pág.	Titulo do Artigo	Observação
O PARANÁ	I	4	dez	1976	168	9	Programa visa salvar cultura indígena	
O PARANÁ	I	5	dez	1976	169	2	Uma força aérea singular	Suplemento especial
O PARANÁ	I	22	dez	1976	182	7	Padre denuncia: desrespeito ao estatuto do índio	
O PARANÁ	I	23	dez	1976	183	capa	Foz, uma cidade sob o signo de Itapu	*
O PARANÁ	I	23	dez	1976	183	2	Uma cidade nova nasce sobre a antiga - Foz sobre o signo da Itapu	*
O PARANÁ	I	29	dez	1976	187	6	Indigenistas repudiam determinação de Rangel	
O PARANÁ	I	31	dez	1976	189	7	Indigenistas contestam atitude de Rangel Reis	
O PARANÁ	I	31	dez	1976	189	12	Calendário promove o índio	
O PARANÁ	I	1	jan	1977	190	6	Índios poderão reaver mangueirinha	
O PARANÁ	I	4	jan	1977	191	6	Caciques também criticam Rangel Reis	
O PARANÁ	I	8	jan	1977	195	7	"Questão do Índio": Rangel Reis apresenta sua retratação	
O PARANÁ	I	13	jan	1977	199	capa	Os caingangues de Laranjeiras	
O PARANÁ	I	13	jan	1977	199	5	Índio é obrigado ser índio	
O PARANÁ	I	21	jan	1977	206	6	Funai quer entrar em contato com os "Zorros"	
O PARANÁ	I	1	fev	1977	215	6	CIMI - Sul divulga documento: "Funai, uma ameaça a causa indígena"	
O PARANÁ	I	3	fev	1977	217	14	Reflexos de Itapu	
O PARANÁ	I	16	fev	1977	228	2	Prodopar avalia progresso de Foz	*
O PARANÁ	I	11	mar	1977	246	10	Banco do Brasil inaugura Posto de Serviço em Itapu	
O PARANÁ	I	13	mar	1977	248	7	Foz do Iguaçu, o extremo Oeste do Paraná	Suplemento especial
O PARANÁ	I	15	mar	1977	250	6	Cardeal Vicente Sherer reitera apoio aos índios	
O PARANÁ	I	15	mar	1977	250	7	Funai demarcará áreas indígenas a curto prazo	
O PARANÁ	I	24	mar	1977	257	10	Rota das Cataratas - Itapu	uso de imagens/propaganda de Itapu
O PARANÁ	I	30	mar	1977	263	10	Rota das Cataratas - Itapu	uso de imagens/propaganda de Itapu
O PARANÁ	I	31	mar	1977	264	10	Rota das Cataratas - Itapu	uso de imagens/propaganda de Itapu
O PARANÁ	I	1	abr	1977	265	12	Rota das Cataratas - Itapu	uso de imagens/propaganda de Itapu
O PARANÁ	I	3	abr	1977	267	10	Em foz, a primeira Igreja Ecumênica do Oeste: Itapu	Suplemento especial

O PARANÁ	I	6	abr	1977	268	6	Itapu responde a Porto Mendes	*
O PARANÁ	I	7	abr	1977	269	12	Grupos de pessoas ligadas às atividades da binacional	*
O PARANÁ	I	10	abr	1977	271	2	Trinta dias depois	
O PARANÁ	I	10	abr	1977	271	11	Itapu Binacional: números e dados da maior hidrelétrica do mundo	pag de fotos
O PARANÁ	I	12	abr	1977	272	7	Hidrelétricas: O assunto de Geisel é no Rio	
O PARANÁ	I	13	abr	1977	273	13	Repercussão do encontro entre Geisel e Stroessner já atinge Foz do Ig.	
O PARANÁ	I	13	abr	1977	273	10	Itapu, fase atual das obras	
O PARANÁ	I	15	abr	1977	275	16	Brasil e Paraguai, Dois países unidos pela Binacional Itapu	*
O PARANÁ	I	17	abr	1977	277	capa	ACIC, interesse em Itapu	*
O PARANÁ	I	17	abr	1977	277	17	Itapu, uma construção de gigantes	*
O PARANÁ	I	19	abr	1977	278	capa		grande foto da construção da Itapu
O PARANÁ	I	19	abr	1978	278	capa	Índio não pode ler j., mas mesmo assim queremos hom., pelo seu dia	*
O PARANÁ	I	19	abr	1979	278	2	concurso de caracterização promovido nas escolas	*
O PARANÁ	I	19	abr	1977	278	16	Itapu: surge uma cidade entre dois países	
O PARANÁ	I	23	abr	1977	281	16	Itapu: uma solução energética para o desenvolvimento de um continente	
O PARANÁ	I	26	abr	1977	283	16	O problema do Índio no Brasil	*
O PARANÁ	I	27	abr	1977	284	capa	Itapu só cm Brasil e Paraguai	
O PARANÁ	I	27	abr	1977	284	6	Itapu é assunto com Brasil e Paraguai	
O PARANÁ	I	30	abr	1977	287	12	Itapu e dia do trabalho	
O PARANÁ	I	1	mai	1977	288	12	Foz do Iguaçu para você	
O PARANÁ	I	15	mai	1977	299	12	Ministro egípcio visita Paraguai	
O PARANÁ	I	18	mai	1977	302	5	Mais de 1 bi e 300 para Itapu	
O PARANÁ	I	19	mai	1977	303	16	Itapu: mais 1,3 bilhões de dólares para o gigantesco empreendimento	
O PARANÁ	II	4	jun	1977	317	capa	Deputado pede que Itapu indenize já	
O PARANÁ	II	4	jun	1977	317	5	Agricultores pedem indenização imediata à Binacional	
O PARANÁ	II	11	jun	1977	322	2	Ministro lança em foz programa para Itapu	
O PARANÁ	II	19	jun	1977	329	17	Índios (o grande renome da história americana)	
O PARANÁ	II	22	jun	1977	331	5	Ciclagem de Itapu só em julho	
O PARANÁ	II	23	jul	1977	332	capa	AMOP reúne-se em Foz e vê Itapu	
O PARANÁ	II	23	jul	1977	332	3	AMOP reúne-se em Foz do Iguaçu	
O PARANÁ	II	13	jul	1977	349	3	Itaipu	
O PARANÁ	II	16	jul	1977	352	12	Itaipu concorda para apoiar Br 163	
O PARANÁ	II	28	jul	1977	362	3	Banestado abre agência em Itaipu	
O PARANÁ	II	1	set	1977	392	8	Deputados visitam Itaipu	
O PARANÁ	II	15	set	1977	403	4	Foz no império da Itaipu	
O PARANÁ	II	16	set	1977	405	4	Itaipu comemora dia da criança	
O PARANÁ	II	18	set	1977	407	16	Simplesmente Itaipu	

O PARANÁ	II	29	set	1977	416	capa	Negociação com argentina	
O PARANÁ	II	29	set	1977	416	6	Integração da Itaipu e corpus	
O PARANÁ	II	12	out	1977	424	capa	Itaipu, a barragem começou	
O PARANÁ	II	19	out	1977	430	13	Itaipu: um pequeno relato	*
O PARANÁ	II	21	out	1977	432	5	Universidades atuarão em Itaipu	*
O PARANÁ	II	4	dez	1977	436	13	No bronze, os primeiros passos de Itaipu	
O PARANÁ	II	10	dez	1977	470	capa	Índio morre porque é um contestador	
O PARANÁ	II	10	dez	1977	470	5	Padre critica política do índio	
O PARANÁ	II	10	dez	1977	470	16	caixa financia hospital para Itaipu	
O PARANÁ	II	15	dez	1977	474	4	Alimento é problema em Itaipu	
O PARANÁ	II	13	jan	1978	497	6	Nenhuma decisão sobre Itaipu	
O PARANÁ	II	14	jan	1978	498	18	Itaipu terra cursos superiores	
O PARANÁ	II	29	jan	1978	511	capa	Itaipu é no oeste: mesmo assim poucos sabem algo sobre a obra	
O PARANÁ	II	29	jan	1978	511	12	Itaipu	
O PARANÁ	II	1	fev	1978	513	capa	Itaipu recebeu mais de 16 mil visitantes	ver: pag 17 e 19
O PARANÁ	II	19	fev	1978	527	capa	Metralhadoras garantem paz na Reserva indígena	ver: pag 3
O PARANÁ	II	21	fev	1978	527	capa	General vê de perto abuso contra os índios	ver: pag 3 e dia 24 capa e p. 16
O PARANÁ	II	11	mar	1978	544	5	Aumenta o afluxo à área de Itaipu	
O PARANÁ	II	15	abr	1978	573	15	governantes gaúchos visitam Itaipu	
O PARANÁ	II	24	abr	1978	581	capa	comemoração de 5 anos de início da obra	
O PARANÁ	II	4	mai	1978	587	7	US\$ para Itaipu este ano	
O PARANÁ	II	12	mai	1978	594	17	Rotary debate o futuro depois de Itaipu	
O PARANÁ	III	10	jun	1978	617	capa	Ponte Internacional da amizade	
O PARANÁ	III	11	jun	1978	618	15	Itaipu; estágio atual da obra	
O PARANÁ	III	17	jun	1978	623	2	Sete quedas, dias contados	
O PARANÁ	III	10	ago	1978	669	capa	AMOP elogia Itaipu nas desapropriações	*
O PARANÁ	III	10	ago	1978	669	3	Itaipu usa critérios humanos para desapropriação	*
O PARANÁ	III	12	ago	1978	671	8	Preocupação é com a Itaipu	*
O PARANÁ	III	19	abril	1979	873	capa	Res. Indígena com. hoje, com festa o dia nac. dedicado aos índio	
O PARANÁ	III	19	abril	1979	873	4	Hoje é dia do Índio	
O PARANÁ	IV	1	jul	1979	938	9	Deputados visitam a Itaipu Binacional	*
O PARANÁ	IV	6	jul	1979	939	9	Deputados, após ver Itaipu: é a grande obra do século	
O PARANÁ	IV	7	jul	1979	940	9	Japoneses interessados em emprestar dólares à Itaipu	
O PARANÁ	IV	11	jul	1979	943	capa	compensação para o fim de sete Quedas	* ver pag 12
O PARANÁ	IV	13	jul	1979	945	11	Bolsa par desapropriado de Itaipu	*
O PARANÁ	IV	15	jul	1979	947	capa	Guaira busca a compensação	* ver pag 12
O PARANÁ	IV	17	jul	1979	948	capa	Colonos preocupados com suas indenizações	* ver pag 9
O PARANÁ	IV	18	jul	1979	949	9	Guaira pede compensação pelo desap. Da maravilha do mundo	

O PARANÁ	IV	20	jul	1979	951	9	Professores conhecem obras da Itaipu	
O PARANÁ	IV	20	nov	1979	1048	13	Uma ação contra a destruição de Sete Quedas	
O PARANÁ	IV	26	jan	1980	1003	capa	Pistoleiro caça cacique	
O PARANÁ	IV	31	jan	1980	1107	capa	Caso do Cacique na Onu	ver pag 5
O PARANÁ	IV	31	jan	1980	1107	10	Itaipu mostra situação das obras	
O PARANÁ	IV	1	mar	1980	1131	3	Foz quer melhor estrutura p/ turismo	ver pag 9
O PARANÁ	IV	19	mar	1980	1171	capa	Índio: Herói nacional	ver pag 10
O PARANÁ	V	16	jun	1980	1212	capa	Deputados preoc. com a doação de terras dos índios de S.J da Serra	
O PARANÁ	V	2	ago	1980	1256	capa	O gigantesco lago em debate	*
O PARANÁ	V	3	ago	1980	1257	16	S.Helena será polo turístico	*
O PARANÁ	V	10	ago	1980	1263	capa	O este depois de Itapu	
O PARANÁ	V	10	ago	1980	1263	16	O que será do oeste após Itapu	
O PARANÁ	V	3	out	1980	1310	capa	Agric. manifestam contra bolsa e indenização de sugeridos pela Itapu	
O PARANÁ	V	11	nov	1980	1342	3	Expropriados de Itapu voltam a se reunir hoje em S. Helena	
O PARANÁ	V	25	nov	1980	1345	capa	Índios: raça oprimida no Brasil	*
O PARANÁ	V	8	abr	1981	1456	11	As razões de Itapu	
O PARANÁ	V	10	abr	1981	1458	capa	Costa Cavalcante se reúne Domingo com Bispo de Foz	
O PARANÁ	V	12	abr	1981	1460	capa	Itapu: impasse pode ser solucionado hoje	
O PARANÁ	V	14	abr	1981	1461	capa	Itapu: solução a vista	
O PARANÁ	V	19	abr	1981	1454	13	O problema indígena em debate na UFPR	*
O PARANÁ	V	3	mar	1982	1715	6	Itapu Binacional recebe 1os. Rotas	
O PARANÁ	V	6	mar	1982	1718	capa	Agricultores estão sendo prejudicados	*
O PARANÁ	V	10	mar	1982	1721	capa	Reivindicações dos colonos foram aceitas pela Itapu	
O PARANÁ	V	12	mar	1982	1723	5	Terras indígenas devem ser compensadas	*
O PARANÁ	V	20	abr	1982	1755	capa	Semana do Índio	*
O PARANÁ	VII	3	out	1982	1895	19	Sete Quedas, Itapu e Porco no Rolete	
O PARANÁ	VII	12	out	1982	1902	capa	Itapu poderá fechar as comportas amanhã	*
O PARANÁ	VII	17	out	1982	1906	capa	As águas começam a cobrir as Sete Quedas	
O PARANÁ	VII	19	out	1982	1907	capa	Águas do Paraná já cobrem as 7 Quedas	* ver pag 5
O PARANÁ	VII	26	out	1982	1908	capa	Sete Quedas desaparecem sexta-feira	
O PARANÁ	VII	26	out	1982	1913	capa	Sete Quedas desaparecem e peixes estão morrendo	*
O PARANÁ	VII	28	out	1982	1915	capa	Itapu abre 6 comportas	
O PARANÁ	VII	2	nov	1982	1919	capa	Figueiredo e Stroessner visitam a Itapu dia 5	*
O PARANÁ	VII	6	nov	1982	1922	capa	Nasce em Foz maior espetáculo da terra	*
O PARANÁ	VII	30	nov	1982	1941	capa	Até Juruna pede votos em Corbéia e Braganey	* ver pag 4
O PARANÁ	VIII	1	jan	1983	1968	capa	O Ano que afogou 7 Quedas	
O PARANÁ	VIII	27	jan	1983	1989	capa	Águas do "grande lago "formam rios subt. que destroem os armazéns	* ver pag 8
O PARANÁ	VIII	6	fev	1983	1998	capa	Agricultores ameaçam nova marcha a Itapu	

O PARANÁ	VIII	10	fev	1983	2001	capa	Águas continuam subindo e aumentando o nº de vítimas	
O PARANÁ	VIII	12	fev	1983	2003	capa	Professores conhecem obras da Itaipu	
O PARANÁ	VIII	14	abr	1983	2052	8	Energia no br e Itapu no seu contexto será o tema de palestra em MCR	
O PARANÁ	VIII	19	abr	1983	2056	8	Dia do índio	
O PARANÁ	VIII	3	ago	1983	2157	capa	As águas estão baixando no lago de ITAPU	ver pag 5
O PARANÁ	VIII	4	ago	1983	2158	capa	o Rio Paraná baixa. No lugar de 7 Quedas, areia	
O PARANÁ	XX	19	abr	1995	5671	capa	Evocando o Índio	**
O PARANÁ	XX	19	abr	1995	5671	2	Nos, os índios	**
O PARANÁ	XX	19	abr	1995	5671	2	19 de abril, dia do Branco	**
O PARANÁ	XX	19	abr	1995	5671	12	Itapu promove programação especial na semana do índio	**
O PARANÁ	XXI	18	abr	1997	6276	capa	Índios ocupam área comprada pela Itapu	***
O PARANÁ	XXII	17	abr	1998	6580	capa	9 mil índios	ver pag 15
O PARANÁ	XXII	19	abr	1998	6582	23	Índios : crianças aprendem língua dos antepassados	
O PARANÁ	XXIII	16	abr	1999	6881	16	Dança, música e jogo na Semana do Índio	***

ANEXO I

Local: Centro de Documentação Kaiowá/Guarani - UCDB

Cidade: Campo Grande - MS

Nome do Jornal	ano	mês	ano	número	pág.	titulo do artigo	OBSERVAÇÃO
PORANTIM	IV	mar	1982	37	16	Guarani Não tem onde ir - ITAIPU	**
PORANTIM	V	jan/fev	1983	47/48	6	Pelos jornais, uma luta destemida	
PORANTIM	VI	jun/jul	1983	52/53	10	Situação atual dos povos indígenas na América Latina	
PORANTIM	VI	jun/jul	1983	52/53	18	A luta pela reforma agrária	
PORANTIM	VI	out	1983	56	11	Consciência étnica e consciência política	
PORANTIM	VI	dez	1983	58	8	Brasil não em política indigenista	
PORANTIM	VI	jan/fev	1984	59/60	19	Resenha: uma nova visão da relação índio/branco	
PORANTIM	VI	mar	1984	61	14	Terras indígenas e Reforma Agrária	
PORANTIM	VI	abr	1984	62	10 - 11	O inido e a luta de classes	
PORANTIM	VI	abr	1984	62	10 - 11	Sobreviver, viver juntos: a questão indígena e a reconstrução nacional	
PORANTIM	VII	jul/ago	1984	65	18	No serviço aos Guarani, a conjunção de esforços	
PORANTIM	VII	mai	1984	63	4	O que é, afinal, "Terra Indígena"?	
Especiais Sobre Hidrelétricas em terras indígenas							
Nome do Jornal	ano	mês	ano	número	pág.	titulo do artigo	OBSERVAÇÃO
PORANTIM	IV	jan/fev	1982	36	8 e 12	Tudo em troca de represas	
PORANTIM	V	jun/jul	1982	40/41	4 - 5	Hidrelétricas	
PORANTIM	V	set	1982		7	Tratores invade, áreas dos Kaponawá	
PORANTIM	V	out	1982	44	14	Povos do PR e SC em luta indígena	
PORANTIM	V	jan/fev	1983	47/48	13	Itaipu	
PORANTIM	VIII	mar	1986	85	2	Economia, Educação e Religião Guarani	Suplemento Especial
PORANTIM	VIII	jun	1986	88	6	Governo não demarca área Indígena na fronteira	
PORANTIM	IX	nov	1986	93	14	Lesados, Guarani denunciam Itaipu	
PORANTIM	XII	abr	1990	127	10	Org. Indígena: Índios do Sul criam entidade p/ defender seus direitos	
PORANTIM	XIII	abr	1990	129	11	Quem são os inimigos dos índios?	
PORANTIM	XIII	abr	1990	130	12	Encurralados, Guarani do ocoí fazem desabafo	
PORANTIM	XIII	set	1990	131	5	Novo presidente é amigo de Jucá	
PORANTIM	XIII	nov/dez	1990	133/134	12	Criada a organização geral Guarani	
PORANTIM	XVI	abr	1993	158	16	Não somos Preguiçosos	
PORANTIM	XVI	jul	1993	160	10	Avá-Guarani as marcas do dilúvio de Itaipu	*

ANEXO J

Modelo da ficha, adotada para a coleta das informações dos jornais

Nome do jornal	Título do artigo	Ano (controle do jornal)	Data (dia, mês, ano)	Página
Resumo/síntese:				
Quem escreve (editorial, artigo, nota...)				
Observações				

ANEXO K

JORNAL, REVISTA OU INFORMATIVO	CIDADE DE EDIÇÃO
Jornal das Sete Quedas; Folha de Notícias; Alerta Geral; Jornal Ilha Grande; O Globo; Visão.	Oeste do Paraná*
Nosso Tempo (revista); jornal Nova Integração.	Toledo
Jornal de Itaipu; Mega News - Informativo da Itaipu; Tribuna de Foz.	Foz do Iguaçu
O Mensageiro; Revista Mosaicos.	Medianeira
O Estado; Estado do Paraná.	Curitiba
O Paraná; Oeste; Revista Oeste.	Cascavel
Boletim do Cimi; Informe do Cimi; Informativo do CIMI Sul; O Porantim.	Cimi – Brasília.

* Devido a falta de informação nos arquivos em que este material foi catalogado, não foi possível registrar exatamente a cidade de editoração destes informativos, já que são apenas recortes identificados apenas com o nome do jornal. Sabe-se, contudo, que todos eles são jornais de produção e circulação regional. Trata-se de pequenos informativos elaborados no Oeste do Paraná, assim como consta nas pastas de identificação.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 20 de agosto de 2006.

GISELI DEPRÁ